



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FAMÍLIA, PODER E REPRESENTAÇÕES:
TRAMAS DO CENÁRIO POLÍTICO AGRESTINENSE NO CONTEXTO DA
EXPERÊNCIA DEMOCRÁTICA (1947-1969)**

JOSÉ ROMILDO SOUZA LEMOS JÚNIOR

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

JOSÉ ROMILDO SOUZA LEMOS JÚNIOR

**FAMÍLIA, PODER E REPRESENTAÇÕES:
TRAMAS DO CENÁRIO POLÍTICO AGRESTINENSE NO CONTEXTO DA
EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1947-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História, Cultura e Sociedade.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima

CAMPINA GRANDE-PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L556f

Lemos Júnior, José Romildo Souza.

Família, poder e representações : tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969) / José Romildo Souza Lemos Júnior. – Campina Grande, 2014.

110 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr^a. Elizabeth Christina de Andrade Lima".

Referências.

1. Poder Local. 2. Familismo. 3. Representações. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 981:322 (043)

JOSÉ ROMILDO SOUZA LEMOS JUNÍOR

**FAMÍLIA, PODER E REPRESENTAÇÕES:
TRAMAS DO CENÁRIO POLÍTICO AGRESTINENSE NO CONTEXTO DA
EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1947-1969)**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)
Orientadora

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)
Examinador Interno

Prof. Dr. José Adilson Filho (UEPB)
Examinador Externo

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)
Suplente Interno

Prof.^a Dr.^a. Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG)
Suplente Externo

DEDICATÓRIA

A Nívea, minha companheira.

Aos meus pais, Amara e Romildo.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da pesquisa e produção deste trabalho tive a contribuição, de forma direta ou indireta, de diversos sujeitos seja no campo acadêmico ou mesmo pessoal. Seria difícil, para não dizer quase impossível, lembrar de todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram na caminhada até a conclusão do presente texto. No entanto, mesmo correndo o risco de esquecer alguns, tenho o dever de agradecer àqueles que ajudaram a tornar possível a materialização dos desejos e objetivos que precederam e impulsionaram a realização desta pesquisa. Assim, Agradeço, antes de tudo, a Deus pela vida, pelas oportunidades e pelas pessoas que encontrei nas trilhas que me trouxeram até aqui.

Agradeço aos meus familiares nas pessoas da minha mãe, Amara, cujos esforços, o apoio e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui; minha irmã, Rosymara, que, apesar da distância que tem nos privado de contatos mais frequentes, também sempre esteve a me incentivar e minha esposa, Nívea, que viveu comigo as alegrias e angústias dos dois últimos anos de estudos, tempo este em que o seu apoio e compreensão foram fundamentais.

Agradeço à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e, sobretudo, a todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela oportunidade, sob todos os aspectos absolutamente fundamental, de cursar o Mestrado em História. Agradeço ainda a todos os colegas da turma do mestrado que, apesar da pouca convivência, contribuíram, tanto através dos debates na sala de aula como em conversas informais, para o meu crescimento intelectual e, também, aos professores do PPGH, sobretudo aqueles com que tive a oportunidade de ter aulas, pela imensurável contribuição que deram para a minha formação acadêmica.

Agradeço à minha orientadora, Elizabeth Christina de Andrade Lima ou, simplesmente, Bebete, que soube apontar caminhos, apresentar possibilidades e exigir rigor acadêmico sem qualquer traço de autoritarismo ou arrogância e respeitando sempre minha autonomia, postura esta que, aliada ao ser humano que é, a transformou também em uma grande amiga.

Durante a pesquisa para a produção desta dissertação, diversas foram as instituições e os cidadãos agrestinenses que contribuíram para que a mesma se tornasse possível. Deste modo, quero agradecer à Câmara Municipal de Agrestina, especialmente na pessoa do seu presidente, o vereador José Pedro da Silva, por ter disponibilizado os Anais desta instituição

para a pesquisa e aos seus funcionários que me atenderam sempre com solicitude e boa vontade nas diversas ocasiões em que precisei consultar o acervo documental que se encontra localizado neste espaço. Gostaria de agradecer também à Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude, na pessoa do secretário Josenildo Santos, por ter cedido o precioso acervo fotográfico desta secretaria.

Quero agradecer ainda ao amigo Paulo Júnior, também um pesquisador da história local, pelos documentos dos quais tomei conhecimento através de sua pessoa e pela disponibilidade em esclarecer determinadas questões acerca de certas personagens e da própria história política de Agrestina. Gostaria de agradecer ainda à família Correia e Sá, na pessoa da senhora Maria de Lourdes Tavares Correia e Sá, mais conhecida como Dona Lurdinha, por ter aberto e disponibilizado os álbuns de fotografias da família para esta pesquisa.

Para finalizar, não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que se disponibilizaram a conceder entrevistas. O meu desejo, contido com grande dificuldade e até certo desapontamento, seria citar, individualmente, cada um dos entrevistados agradecendo tanto pela forma cordial com que me receberam como pelas informações que forneceram. No entanto, devido à necessidade de manter sigilo quanto aos seus nomes, por questões relacionadas à política local, fui privado de lhes demonstrar, de forma direta, toda a minha gratidão. Contudo, posso afirmar, sem sombra de dúvidas, que sem eles e seus relatos este trabalho não seria possível.

RESUMO

O tempo da breve experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar foram marcados, no município de Agrestina-PE, pelo domínio de um grupo político que tinha como base a família Ribeiro, grupo este que teve o controle das instituições políticas da cidade, de forma ininterrupta, entre 1947 e 1969. Neste sentido, o objetivo central deste trabalho é compreender a forma como foi construída, pensada e legitimada, em meio a práticas e representações do poder, a hegemonia política do grupo Ribeiro naquele município. Para tanto, utilizamo-nos de fontes como os Anais da Câmara Municipal, Fotografias, Jornais, Dados Estatísticos e Relatos Orais, sendo que o cruzamento destes registros nos permitiu abordar a questão acima proposta. No que diz respeito ao referencial teórico, se, por um lado, esta pesquisa pode ser pensada como fruto do processo de renovação pelo qual passou a história política nas últimas décadas, por outro, a própria utilização dos conceitos de práticas e representações e, talvez, até mesmo os objetivos deste trabalho, indicam a nossa opção por uma história cultural do político a partir, sobretudo, das contribuições do historiador francês Roger Chartier do qual tomamos por empréstimo os conceitos acima citados. O pressuposto central desta pesquisa gira em torno da ideia de que é, principalmente, do crédito concedido às representações que um grupo propõe de si e do seu poder, através de suas práticas, que depende o domínio ou o estabelecimento de uma hegemonia política, no que se refere ao município de Agrestina, supomos que a crença partilhada no poder e autoridade do grupo Ribeiro tenha contribuído de forma decisiva para a efetivação de sua hegemonia, já que estas representações costumam ter o caráter de verdadeiras instituições sociais, além de orientarem práticas.

Palavras-Chaves: Poder Local; Familismo; Representações.

ABSTRACT

The time of the brief democratic experiment and the early years of the military regime were marked in the municipality of Agrestina -PE , the area of a political group that was based on the Ribeiro family, a group that had control of the political institutions of the city, uninterruptedly between 1947 and 1969 . Accordingly, the main objective of this work is to understand how it was built , designed and legitimized amid practices and representations of power, the political hegemony of Ribeiro group that municipality . For this, we use them as sources of the Proceedings of City Hall , Photography , Newspapers , Stats and Oral Reports , and the intersection of these records enabled us to address the question proposed above . With regard to the theoretical framework , if on the one hand , this research can be thought of as the result of the renewal process by which it became the political history in the last decades , on the other , the very use of the concepts of practices and representations , and perhaps even the objectives of this study indicate our choice of a cultural history from the political , especially the contributions of the French historian Roger Chartier took for a loan which the concepts mentioned above . The central assumption of this research revolves around the idea that it is mainly of credit extended to a group proposes that representations of themselves and their power , through their practices , which depends on the domain or the establishment of a political hegemony in referred to the municipality of Agrestina , we assume that shared the power and authority of the group Ribeiro belief has contributed decisively to the realization of its hegemony , since these representations often have the character of true social institutions, and orient practices.

Key Words : Local Government ; familism ; Representations .

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1.O aporte teórico.....	10
1.2. Metodologia e fontes.....	19
1.3. Estrutura da dissertação.....	26
2. GRUPOS DE BASE FAMILIAR NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO PARA A ORDEM DEMOCRÁTICA.....	28
2.1. Conjuntura político-partidária e cenário municipal à época de ascensão do grupo Ribeiro	28
2.2. Entre a tradição e a ascensão: trajetória política e representações em torno das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina	38
3. OS RIBEIRO EM CENA: DISPUTAS POLÍTICAS E MANDATOS DO GRUPO ENTRE 1947 E 1969.....	54
3.1. “É preciso assegurar a continuidade”: o primeiro mandato do líder do grupo Ribeiro (1947-1951).....	54
3.2. Finda o mandato, mas continua em cena o líder do grupo: o primeiro governo de Olímpio Pontes (1951- 1955)	60
3.3. Chega o momento de atuar em outros cenários: o segundo mandato de Elias Libânio (1955-1959).....	64
3.4.Quando tudo conspira a favor: O governo de Sebastião Grande (1959-1963).....	69
3.5.Golpe de Estado, reveses políticos e derrota nas eleições municipais de 1968: O segundo governo de Olímpio Pontes (1963-1969)	72
4. CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA HEGEMONIA: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PODER DO GRUPO RIBEIRO	79
4.1.Do clientelismo à exclusão dos adversários: estratégias de poder do grupo Ribeiro	79
4.2.Da crença partilhada na autoridade às táticas populares: representações e práticas em torno do poder do grupo Ribeiro	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	106

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: Percentual da população rural e urbana do município de Agrestina na década de 1940.....	33
GRÁFICO 2: População economicamente ativa do município de Agrestina na década de 1940.....	34
IMAGEM 1: Feira livre no centro de Agrestina na década de 1940.....	35
IMAGEM 2: Elias Libânio Silva Ribeiro.....	41
IMAGEM 3: Benildes de Souza Ribeiro.....	42
IMAGEM 4: Benito de Souza Ribeiro.....	43
IMAGEM 5: Sinval Ribeiro de Melo.....	44
IMAGEM 6: Vereadora Albertina Adelina de Vasconcelos discursando na década de 1980.....	45
IMAGEM 7: Abel Guilherme de Azevedo Lira.....	46
IMAGEM 8: João Guilherme de Azevedo Lira.....	48
IMAGEM 9: Pedro de Alcântara de Azevedo Lira.....	49
IMAGEM 10: Olímpio Pontes Belo.....	59
IMAGEM 11: Praça pública no centro de Agrestina na década de 1950.....	62
IMAGEM 12: Praça pública no centro de Agrestina na década de 1950.....	62
IMAGEM 13: Sotero Alves da Silva.....	68
IMAGEM 14: Sebastião Grande da Silva.....	69
IMAGEM 15: Antônio Geraldo Guedes em Agrestina, 1966.....	74
IMAGEM 16: Rua próxima ao centro de Agrestina no final da década de 1960.....	80
IMAGEM 17: Evento religioso em Agrestina da década de 1960.....	81
IMAGEM 18: Olímpio Pontes com amigos.....	92

1. INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa está relacionado à história política do município de Agrestina. Em sua relativamente curta história, tendo em vista que a emancipação ocorreu apenas em 1928, esta pequena cidade do interior de Pernambuco, localizada no Agreste e distante 154 km da capital Recife, apresenta um cenário político marcado pela disputa entre grupos que, de forma geral, tinham como base famílias consideradas abastadas e com grande prestígio político no âmbito municipal.

Um cenário como este, onde predominava a disputa e o revezamento no poder de grupos de base familiar, no entanto, não chega ser uma especificidade deste município, já que parece ter sido característico também em outras cidades da região¹. Contudo, o que chama a atenção na trajetória política de Agrestina é que, durante um período considerável de sua história, não houve propriamente um revezamento dos grupos opositores no poder, isto porque um dos tais grupos, que tinha como núcleo a família Ribeiro, conseguiu tornar-se hegemônico no controle da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Este grupo político, que teve como principal liderança o ex-prefeito e deputado estadual Elias Libânio Silva Ribeiro, exerceu um domínio ininterrupto na vida política local entre 1947 e 1969. Nos quase vinte e dois anos de hegemonia do grupo Ribeiro a oposição, formada por um grupo que tinha como núcleo a família Guilherme, não conseguiu vencer nenhuma disputa eleitoral.

Neste sentido, o principal objetivo do presente trabalho é compreender como foi construída, pensada e legitimada, entre práticas e representações do poder, a hegemonia política do grupo Ribeiro no município de Agrestina durante o período compreendido entre o tempo da breve experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar. Este recorte temporal, no entanto, não abarca todo o tempo em que o grupo Ribeiro atuou no cenário político agrestinense ou mesmo todo o período pelo qual se estendeu sua hegemonia, tendo em vista que, por um lado, um membro desta família já havia ocupado cargos representativos antes de 1947 e, por outro, após a derrota nas eleições municipais de 1968, o grupo retomou o controle das instituições políticas locais, tendo governado a cidade por mais vinte anos entre 1972 e 1992.

¹. Como exemplo de pesquisa relacionada a esta temática em uma cidade do interior de Pernambuco, podemos citar o seguinte trabalho: ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários na política belojardinense**. Recife: COMUNIGRAF, 2009. Neste livro, o autor analisa a permanência das famílias Mendonça e Galvão, por cerca de quatro décadas, no poder municipal da cidade de Belo Jardim.

Embora tenhamos feito menção, obviamente de forma bastante superficial, ao domínio político ou aos cargos ocupados por membros do grupo Ribeiro em períodos históricos anteriores ou posteriores aos anos transcorridos entre 1947 e 1969, o foco deste trabalho esteve mesmo voltado para este recorte temporal com ênfase, sobretudo, no chamado Período Democrático. Tal opção se justifica, basicamente, por duas razões, a primeira delas está relacionada ao fato de que foram as transformações ocorridas no contexto de transição que o país vivenciou após o fim do Estado Novo que possibilitaram ao grupo Ribeiro assumir, pela primeira vez, o controle da Prefeitura e da Câmara Municipal, tendo sido exatamente no tempo da breve experiência democrática, iniciada após a queda do governo autoritário capitaneado por Getúlio Vargas e que teve lugar no Brasil entre 1937 e 1945, que este grupo construiu e legitimou sua hegemonia.

A segunda razão se deve ao fato de que durante todo o Período Democrático o grupo Ribeiro exerceu um domínio ininterrupto no cenário político agrestinense, domínio este que alcançou, ainda, os primeiros anos do Regime Militar, tendo sido interrompido apenas com a derrota no pleito de 1968, derrota esta que, em nossa concepção, representou uma ruptura, já que a volta do grupo à cena política deste município ocorreu em outro contexto – num momento em que Ditadura Militar já se encontrava plenamente institucionalizada, tendo em vista que os anos imediatamente posteriores ao golpe podem mesmo ser considerados, sob certos aspectos, uma extensão do período anterior – e com os herdeiros de Elias Libânio assumindo o papel de protagonistas no âmbito das disputas políticas locais.

Desta forma, a partir do cruzamento de fontes como os Anais da Câmara Municipal, Fotografias, Jornais, Dados Estatísticos e Relatos Orais procuramos abordar, por um lado, as práticas, tanto em termos de estratégias de poder do grupo Ribeiro como as táticas dos eleitores, e, por outro, as representações em torno do poder deste grupo, sendo que estas reflexões partiram do pressuposto de que é do crédito concedido à representação que um grupo político constrói de si e do seu poder, a partir de suas práticas, que depende o seu domínio e autoridade, já que estas representações tendem a se transformar em verdadeiras instituições sociais, inclusive, orientando práticas.

Nesta perspectiva, tentamos perceber, também, até que ponto a crença partilhada no poder e na autoridade do grupo Ribeiro contribuiu para efetivar o seu domínio político, isto a despeito de terem se confrontado, na época, representações contraditórias acerca deste poder, vale lembrar que todas estas reflexões tiveram como objetivo central a compreensão de como foi construída, pensada e legitimada, em meio a práticas e representações, a hegemonia deste

grupo no município de Agrestina durante o período da breve experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar.

Noutro plano, mais especificamente no que diz respeito à relevância de ordem pessoal, social e científica desta pesquisa, importa ressaltar que o esforço no sentido de tentar compreender o período em que as instituições políticas da cidade de Agrestina estiveram sob o controle do grupo Ribeiro assumiu para mim, e talvez possa ser assim também para boa parte da população agrestinense, ao menos aqueles que vivenciaram de alguma forma este período, uma importância que está situada, antes de tudo, na ordem da afetividade.

Com efeito, a lembrança mais antiga que guardo na memória, a respeito da política, são comentários feitos por pessoas mais velhas, geralmente da minha família, sobre o imenso poder e o longo período de domínio deste grupo na cidade. Aliás, este é um tema que ocupa um lugar de destaque na memória coletiva do município, pois as pessoas, ainda hoje, discutem apaixonadamente o tema em questão. Este, porém, carece ainda de uma pesquisa historiográfica, uma análise científica. Portanto, apesar da significativa carga emocional envolvida na escolha do tema, não é apenas disto que se trata.

Todavia, quando falamos em análise científica, não estamos desconsiderando os debates que tem ocorrido em torno das dimensões retórica e narrativa da história, que tem levado alguns historiadores a assumirem uma postura cética com relação à possibilidade de produção de conhecimento no campo historiográfico. Nesta perspectiva, estamos de acordo com a postura assumida por Ginzburg (2002) de que reconhecer a dimensão retórica da história não implica negar sua condição de conhecimento verdadeiro, este autor argumenta que retórica e prova não são incompatíveis e que há muito a história conseguiu elaborar técnicas que permitem separar o verdadeiro do falso. Além do mais, a noção de ciência que temos em mente é aquela proposta por Certeau (2008), ou seja, a de um conjunto de regras que possibilitam o controle sobre as operações de construção e análise do objeto histórico.

Dada a ausência de pesquisas a respeito do tema, entendemos que a importância deste trabalho ultrapassa os limites de questões pessoais, ainda, por apresentar, também, uma relevância social. Isto porque uma pesquisa histórica com um tema de tamanho significado para a memória coletiva da cidade seria de grande relevância, tanto para as pessoas que vivenciaram este período como para as gerações mais jovens, por abordar parte significativa da história política do município.

Tendo como tema central a questão de como foi construída pensada e legitimada, em meio a práticas e representações do poder, a hegemonia de um grupo político em uma cidade do interior do Nordeste brasileiro em dado contexto histórico, esperamos que esta dissertação

possa contribuir também para ampliar os debates em torno do poder local, tendo em vista que as pesquisas ligadas a esta temática, sobretudo aquelas que trabalham com o conceito de coronelismo, em sua maioria, tem enfatizado, sobretudo, a questão da dominação dos chefes políticos ou de determinados grupos, enquanto que a forma como os demais atores sociais experimentam e representam o universo político tem sido pouco consideradas, o que dificulta a compreensão de como estes atores, em especial as camadas populares, orientam suas práticas em meio às relações de poder no campo político. Pretendemos, ainda, chamar a atenção para a necessidade de relacionar a dominação dos grupos políticos hegemônicos à crença partilhada na autoridade, tendo em vista que todo poder precisa de um mínimo de legitimidade.

1.1. O aporte teórico

Em termos de fundamentação teórica este trabalho está inserido, se assim podemos chamá-lo, no campo de uma história cultural do político, tendo em vista que trabalhamos com a questão das práticas e representações do poder com o objetivo de compreender como foi construída, pensada e legitimada a hegemonia política do grupo Ribeiro no município de Agrestina durante o período compreendido entre o tempo da breve experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar. Neste sentido, procuramos fugir da associação quase automática e ainda bastante comum – sobretudo quando se trata da análise de questões ligadas ao campo político em pequenas e médias cidades do interior – entre poder local e coronelismo, assim, apesar de trabalharmos com um objeto que envolve, também, a relação entre família e poder, não utilizamos este conceito².

². O modo como pensamos o conceito de coronelismo o torna inadequado para a análise do nosso objeto de estudo, isto porque, sobretudo a partir das contribuições de José Murilo de Carvalho, o entendemos como um sistema político situado historicamente na chamada Primeira República. Ainda segundo este autor, tem ocorrido, inclusive, uma confusão conceitual e esta, por sua vez, tem prejudicado as pesquisas acerca do poder local, tendo em vista que muitos autores tem confundido Mandonismo, Clientelismo e Coronelismo, sendo que, para José Murilo de Carvalho, os autores que veem Coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do Brasil estão, muito provavelmente, se referindo simplesmente a relações de cunho clientelístico ou mesmo a práticas que envolvem certos aspectos do Mandonismo, embora este tenda a seguir uma curva descendente à medida que se amplia a cidadania. Estas considerações encontram-se em CARVALHO, Jose Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, n°. 2, 1997.

Por outro lado, é evidente que este trabalho se insere no processo de renovação teórico-metodológica pelo qual vem passando nas últimas décadas, e em especial nos últimos anos, a história política, processo este que desembocou no chamado retorno ao político ou, ainda, na chamada nova história política, motivo pelo qual procuramos estabelecer um diálogo com este processo de renovação.

Neste sentido, para compreendermos as transformações pelas quais passou a história política nas últimas décadas e que estão diretamente relacionadas às opções de cunho teórico que norteiam este trabalho, é preciso que façamos algumas considerações, mesmo que breves, sobre a sua trajetória desde o final do século XIX. De forma bastante esquemática, esta trajetória pode ser dividida em três momentos principais, todos eles relacionados tanto às tendências dominantes como às transformações ocorridas no campo historiográfico.

Em um primeiro momento, ainda no século XIX, a história política foi considerada o objeto por excelência dos estudos históricos pela chamada história tradicional. Esta corrente historiográfica, capitaneada pela escola metódica francesa, caracterizava-se, grosso modo, por uma postura cientificista – que advogava uma separação absoluta entre o objeto e o historiador, já que este deveria apenas expor os fatos tal como aconteceram, extraindo-os dos documentos oficiais ou, para usarmos uma expressão bem conhecida, fazendo os documentos falarem por si sós – e por uma narrativa factual, cronológica e linear, que enfatizava os feitos dos grandes homens.

No entanto, a partir, sobretudo, do final da década de 1920, com o advento da chamada escola do *Analles*, essa história política perdeu prestígio, passando a ser considerada o símbolo maior da história tradicional e tornando-se, desta forma, o principal alvo das críticas dos historiadores dos *Analles*. Os membros desta corrente propuseram uma renovação historiográfica pautada numa história-problema, interdisciplinar e socioeconômica, além de inovarem também com a utilização de novas fontes e uma nova concepção de tempo histórico. Isto acabou levando a história política a passar algumas décadas numa espécie de ostracismo, pois sendo considerada “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia [...] todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência”³.

O terceiro momento, que já é o do processo de renovação da história política, depois do longo período em que ela permaneceu num segundo plano, é bem mais difícil de precisar, pois são múltiplos os fatores que impulsionaram esta renovação, mesmo assim tentaremos

³. RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 18.

seguir algumas pistas na tentativa de compreendê-lo. Uma contribuição decisiva para este processo foi dada pelo grupo liderado pelo historiador francês René Rémond que, a partir do final dos anos 1960, quando o campo historiográfico ainda era dominado pelo paradigma braudeliano da segunda geração dos *Analles*, defendeu o retorno, sob nova roupagem, da história política.

Por outro lado, o advento da chamada terceira geração dos *Analles* questionou o modelo historiográfico braudeliano e ajudou a restabelecer a história política. Este processo de renovação pelo qual passou a história política foi ainda influenciado e impulsionado pelo desenvolvimento da história social e cultural e pelo contato com outras disciplinas como a sociologia, a ciência política e a antropologia, pois estas disciplinas também empreenderam renovações teórico-metodológicas relacionadas às pesquisas em torno do político, pense-se, por exemplo, no desenvolvimento da antropologia da política⁴.

Em uma rápida comparação entre a história política predominante no século XIX e a, assim denominada, nova história política, o historiador José D’assunção Barros, além de enfatizar o contato desta última com outros campos da pesquisa historiográfica como o cultural, o econômico e o social, aponta, como uma das principais diferenças entre elas, o novo enfoque a partir do qual a nova história política trata a questão do poder, isto porque enquanto a história política do século XIX direcionava suas preocupações, de forma quase que exclusiva, para política dos grandes estados nacionais que, por sua vez, era conduzida pelos grandes homens,

a Nova História Política – principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 – passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o indivíduo comum, e que por isto mesmo pode se mostrar como portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. [...] Por outro lado, tal como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder ou do discurso. Em muito destes âmbitos, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica, ou, sobretudo, a história social⁵.

⁴. Conferir KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor., 2007.

⁵. BARROS, José D’assunção. **História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface**. SAECULUN – Revista de História [12]; João Pessoa, jan./jun. 2005. p 128-129.

Deste modo, a partir da forma como este autor definiu a nova história política, fica evidente que este trabalho tem muitos pontos em comum com esta corrente historiográfica, podendo mesmo ser considerado fruto do processo de renovação pelo qual passou a história política nas últimas décadas. Nesta perspectiva, apenas para ficarmos nas mais importantes, ao menos duas das características apontadas acima são de fundamental importância para esta pesquisa, qual sejam, a preocupação com a questão das representações e o estabelecimento de um diálogo com a história cultural.

No entanto, foram justamente estas questões que nos levaram, sob certos aspectos e em termos de referencial teórico, a um distanciamento da nova história política propriamente dita, tendo em vista que não trabalhamos com nenhum teórico ou pesquisador desta área. Isto porque optamos por trabalhar com a noção de representações proposta pelo historiador francês Roger Chartier, um historiador cultural que tem desenvolvido pesquisas ligadas, sobretudo, à história do livro e da leitura.

A opção se justifica pelo fato de termos considerado, apesar da necessidade de adaptação, o instrumental teórico proposto por este autor mais adequado ao nosso objeto de estudo. Sendo assim, vejamos como Chartier define e trabalha com a questão das representações, a relação que este autor estabelece entre este conceito e as noções de práticas e apropriações, além da forma como utilizamos todo este instrumental teórico na análise do nosso objeto.

Ao se apropriar do conceito de representações, Chartier o tornou central, não apenas em sua obra, mas também para a própria história cultural já que, da forma como ele a define, esta corrente historiográfica tem por objetivo principal “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”⁶.

A importância atribuída ao conceito se justifica pelo fato de que, Segundo este autor, as representações não são simples imagens, falsas ou verdadeiras, do real, para além disto, elas tem uma energia própria que convence os atores sociais de que o real corresponde efetivamente ao que elas afirmam ou mostram. Outro aspecto da formulação do conceito, do modo como foi pensado por Roger Chartier, que amplia sua importância, é que as representações são consideradas, ainda, as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social.

⁶. CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. São Paulo, Difel, 1988, pp, 16-17.

Desta forma, associado às noções de prática e apropriação, como discutiremos a seguir, este conceito possibilita ao historiador refletir acerca da forma como os atores sociais, de acordo com o seu pertencimento e inserção em grupos, apreendem e atribuem sentido à realidade, permite também pensar a forma como orientam suas práticas em meio ao contexto social no qual interagem.

Em relação ao nosso objeto, estas primeiras características do conceito de representações já o tornam bastante interessante, pois, como afirmamos anteriormente, procuramos refletir acerca da forma como o crédito concedido à representação que o grupo Ribeiro construiu, através de suas práticas, de si e do seu poder, assim como as práticas decorrentes desta crença partilhada na autoridade, contribuíram para a construção, efetivação e legitimação da hegemonia política deste grupo no município de Agrestina entre a segunda metade da década de 1940 e o final dos anos 1960.

Entendidas como esquemas de classificações, delimitações e juízos que organizam a apreensão da realidade, as representações incorporam nos indivíduos as próprias divisões do mundo social e, Segundo Roger Chartier, “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”⁷.

As representações do mundo social, construídas desta maneira, apesar de aspirarem a uma verdade e validade universal, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as formulam. Sendo Assim, o autor chama a atenção para a necessidade de relacionar os discursos proferidos com a posição social de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas⁸.

Roger Chartier alerta, ainda, para a necessidade de pensar as representações colocando-as num campo de concorrências que possibilite uma reflexão acerca das relações de poder e dominação que elas implicam. Nesta perspectiva,

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta

⁷. CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

⁸. CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio⁹.

No que se refere à análise do nosso objeto, também nos foi de grande valia esta questão das lutas de representações, isto porque, apesar da crença no poder do grupo Ribeiro ter sido generalizada, a forma como tal poder era interpretado variava de acordo com a inserção dos atores sociais agrestinenses no próprio grupo Ribeiro ou no grupo opositor, ou seja, o grupo Guilherme, o que gerava também representações contraditórias acerca deste poder, representações estas que se transformavam em armas na arena das disputas políticas entre os partidários dos Ribeiro e dos Guilherme.

Neste sentido, a análise das fontes, deixou clara a existência de certa disputa entre os partidários dos dois grupos acerca da “verdade” em torno de determinadas temáticas como as estratégias, as vitórias e os governos do grupo Ribeiro, o que será abordado no terceiro capítulo. Porém, acreditamos que as versões conflitantes em torno destes temas estão diretamente relacionadas tanto à inserção dos atores sociais agrestinenses em um ou outro grupo como às experiências decorrentes do lugar social e político por eles ocupado. Com isso, o que pretendemos deixar claro aqui é que se, por um lado, não pretendemos encontrar “a” verdade em torno destas questões, por outro lado, não pretendemos relativizar ao ponto de afirmarmos que o que existe são apenas discursos.

É importante ressaltar ainda que, segundo este autor, a reflexão acerca das representações não afasta a pesquisa historiográfica do social, ele propõe, inclusive, acabar com os “falsos” debates entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Isto porque, em sua perspectiva, os esquemas geradores de classificações e juízos, próprios de cada grupo, são verdadeiras instituições sociais, tendo em vista que incorporam nos indivíduos, sob a forma de representações coletivas, como já havíamos frisado antes, as divisões da própria organização social.

Outro ponto a se destacar é que, como também já havíamos brevemente ressaltado, em Roger Chartier o conceito de representações não pode ser dissociado da noção de prática. Segundo o autor, esta associação, entre práticas e representações, permite articular três tipos de relação dos atores sociais com o mundo

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as

⁹. CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade¹⁰.

Para Roger Chartier, o recurso e a importância atribuída à noção de prática, assim como sua associação às representações, se justifica pela necessidade de considerar e refletir a cerca da irredutibilidade das maneiras de fazer aos discursos que as prescrevem ou as proscovem ou, ainda, as organizam. Outro conceito associado à noção de representações e de fundamental importância, como já havíamos insinuado anteriormente, é o de apropriação, isto porque, nas palavras do próprio autor

A problemática do “mundo como representação”, moldado através de séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e pensar o real¹¹.

Na perspectiva de Roger Chartier, o conceito de apropriação é entendido ao mesmo tempo como controle e uso, ou seja, enquanto as autoridades ou os grupos hegemônicos expressam sua vontade de posse e estruturação das representações e da própria realidade social, os consumidores comuns reinventam o que lhes é imposto. Com relação ao nosso objeto, acreditamos que todo este instrumental teórico pode ser bastante frutífero para a sua análise, tanto que, conforme já havíamos mencionado, procuramos situá-lo no campo de uma história cultural (nos termos propostos por Chartier) do político. Isto devido à nossa, exaustivamente declarada, intenção de compreendermos a forma como foi construída, pensada e legitimada, em meio a práticas e representações do poder, a hegemonia política do grupo Ribeiro no município de Agrestina no contexto da experiência democrática e dos primeiros anos do Regime Militar.

Aliás, no que se refere à questão das práticas, as abordamos em termos de estratégias de poder e táticas de resistências, isto no sentido proposto por Michel de Certeau, ou seja, a primeira entendida como “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do

¹⁰. CHARTIER. Op. Cit. p. 23-24.

¹¹. CHARTIER. Op. Cit. p. 23-24.

momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente”¹², enquanto que a segunda seria

um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro [...] sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas¹³.

Nesta perspectiva, procuramos mapear as estratégias do grupo Ribeiro em dois níveis, sendo que o primeiro diz respeito a sua atuação no âmbito político-institucional no qual estava inserido durante o período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, isto no que se refere tanto às opções partidárias e às alianças que o grupo tentou costurar com as lideranças estaduais como em relação às disputas políticas locais contra os Guilherme, enquanto que, num segundo nível, tratamos das estratégias do grupo referentes à sua relação com os eleitores, estratégias estas que eram, basicamente, de cunho clientelístico. Por outro lado, buscamos mapear ainda as táticas dos atores sociais agrestinenses, especialmente no que diz respeito à forma como se apropriaram e tentaram converter em benefício próprio as práticas clientelísticas tão comuns no contexto no qual estavam inseridos.

No entanto, além da preocupação com a questão das práticas e representações, o esforço no sentido de compreender a forma como foi construída, pensada e legitimada a hegemonia do grupo Ribeiro no cenário político agrestinense exigiu também algumas reflexões em torno das relações entre família e poder político, pois, como insinuamos anteriormente, os dois grupos que disputavam o controle das instituições políticas no município de Agrestina, durante o período que coincide com o nosso recorte temporal, ou seja, entre 1947 e 1969, tinham como núcleo famílias consideradas abastadas e com significativo prestígio no âmbito local.

Uma dessas famílias, inclusive, a família Guilherme, apresentava um longo histórico de atuação política, que se iniciara ainda na época da emancipação do município. Sendo assim, finalizaremos as reflexões acerca do referencial teórico que embasa este trabalho justamente com a questão das relações entre família e poder político, além de algumas considerações acerca da forma como abordamos tal questão em nossa pesquisa.

¹². CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994. p. 46.

¹³. CERTEAU. Op. Cit. pp. 46-47.

Esta temática, da relação entre poder político e família, tem sido abordada há décadas e hoje contamos com inúmeros trabalhos e toda uma tradição acadêmica que se traduz em produções sociológicas, antropológicas e historiográficas em torno deste tema¹⁴. De modo geral, estes trabalhos tem apontado a importância da família nas estruturas do poder político ao longo de toda a história brasileira. Rego (2008), por exemplo, afirma que a família representou papel essencial no estabelecimento das estruturas sobre as quais foi construído o estado brasileiro e que a família é tão indissociável das estruturas de poder no Brasil, que estudá-la é estudar essas mesmas estruturas. Exageros a parte, esta postura ajuda, ao menos, a chamar a atenção para as relações entre família e poder político.

Sendo assim, tivemos a preocupação de abordar, mesmo que de forma breve, a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina. No entanto não utilizamos, especificamente, o conceito de família neste trabalho. Isto porque consideramos mais apropriado para a análise do nosso objeto a noção de grupo de base familiar proposta por Lewin (1993), tendo em vista que os grupos Ribeiro e Guilherme não eram formados apenas por membros destas famílias, mas também por aliados, já que os vínculos e alianças destes grupos eram definidos por diversos elementos que iam desde interesses conjunturais até a amizade política.

Ainda com relação às famílias Ribeiro e Guilherme abordamos, também, a questão da maneira pela qual os atores sociais agrestinenses representavam estas famílias, as lutas em torno destas representações e a importância disto tanto para o prestígio político dos Ribeiro e dos Guilherme como dos seus respectivos grupos, já que representações contraditórias acerca de temáticas relativas a estas famílias também foram usadas como armas nas disputas políticas locais.

Para fecharmos estas breves considerações acerca do nosso referencial teórico, vale lembrar que todas estas reflexões e conceitos adquirem sentido apenas na relação com o objetivo central que norteou o presente trabalho, qual seja, compreender, sobretudo a partir das contribuições de Roger Chartier, a forma como foi construída, pensada e legitimada, em meio a práticas e representações do poder, a hegemonia política do grupo Ribeiro no município de Agrestina durante o período da breve experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar.

¹⁴. Conferir, entre outros: LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993. LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo, Annablume/Edições UFC, 1995. RÉGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo, A Girafa Editora, 2008.

1.2. Metodologia e fontes

Para darmos conta da problemática central deste trabalho, foi preciso cruzar vários tipos de fontes documentais, sendo assim, fizemos uso de registros como os Anais da Câmara Municipal, Jornais, Fotografias, Dados Estatísticos e Relatos Oraís. Desta forma, tendo em vista que, se abordados isoladamente, estes registros teriam pouco a dizer a cerca das práticas e representações do poder que possibilitaram a construção e legitimação da hegemonia dos Ribeiro no cenário político agrestinense entre 1947 e 1969, procuramos estabelecer, em termos metodológicos, o cruzamento de fontes.

Com efeito, só a partir do cruzamento destes diferentes tipos de registros se tornou possível a abordagem da temática a qual nos propomos a discutir nestas páginas, sendo que a forma e a intensidade com que estas fontes foram utilizadas, ao longo do presente trabalho, variaram, por um lado, de acordo com a temática abordada em cada capítulo ou tópico e, por outro, conforme a especificidade de cada uma delas.

Deste modo, no que se refere às Fontes Escritas, fizemos uso, basicamente, de Documentos Oficiais – no caso estamos nos referindo, mais especificamente, às Atas da Câmara de Vereadores – de alguns poucos recortes de Jornais que eram, em sua maioria, de circulação estadual em Pernambuco e ainda de alguns exemplares de um periódico da cidade de Agrestina que circulava em alguns municípios da região, sendo que este foi editado e distribuído, entre 1957 e 1960, por um membro da família Guilherme, personagem esta que chegou, ainda no período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, a se tornar uma das lideranças do grupo que fazia oposição aos Ribeiro no âmbito local.

Com relação às Atas da Câmara de Vereadores, este é um acervo documental surpreendentemente rico e bem conservado apesar do município de Agrestina não dispor de um arquivo público e dos livros, conseqüentemente, estarem guardados na própria sede da Câmara. Para se ter uma ideia do que estamos falando, existem registros de reuniões para todos os anos desde a ascensão do grupo Ribeiro em 1947 até 1969, ano limite do nosso recorte temporal.

Nas cinco legislaturas transcorridas dentro dos limites do recorte temporal deste trabalho, o domínio do grupo Ribeiro sobre a Câmara de Vereadores do município de Agrestina foi quase que absoluto, isto levando em consideração o fato de que em nenhuma delas os Guilherme chegaram a contar com mais do que dois dos nove vereadores que

compunham o legislativo da cidade naquele período, por outro lado, em três oportunidades os Ribeiro chegaram mesmo a eleger todos vereadores da Câmara Municipal.

Neste sentido, estivemos cientes, durante o trabalho de análise, que estes registros foram produzidos de acordo com os interesses do grupo Ribeiro ou, dito de outra forma, que eles revelam, sobretudo, aspectos considerados positivos dos governos deste grupo e que, mesmo quando são abordados conflitos ou reveses políticos sofridos pelo grupo, é sempre a visão dos Ribeiro que prevalece.

No entanto, ocorre que até mesmo esta parcialidade, presente em praticamente todo documento histórico, contribuiu para a compreensão, por exemplo, dos conflitos que permearam o contexto de domínio dos Ribeiro em Agrestina, tendo sido possível, ainda, perceber nestes documentos aspectos importantes da realidade passada a qual procuramos abordar, isto porque, muito provavelmente, estes documentos não foram produzidos visando a posteridade, já que seria difícil, isto para não dizermos impossível, que os Ribeiro pudessem prever as perguntas que futuros historiadores fariam a tais registros.

Desta forma, nos foi possível abordar, a partir dos Anais da Câmara Municipal, questões importantes para os nossos objetivos como as disputas políticas entre os Ribeiro e os Guilherme no âmbito municipal, as estratégias do grupo Ribeiro no que se refere a estas mesmas disputas e às alianças que este grupo procurou estabelecer ao nível estadual, além dos próprios mandatos de cada um dos prefeitos do grupo no período que coincide com o nosso recorte temporal.

No que diz respeito aos Jornais, fizemos uso de alguns recortes que traziam notícias relacionadas à cidade. Neste sentido, utilizamos alguns recortes do Jornal do Commercio (esta é a grafia do próprio jornal) e do Diário Oficial do Estado de Pernambuco, sendo que também no que se refere a estes registros procuramos analisá-los levando em consideração o contexto em que foram produzidos.

Por outro lado, como afirmamos anteriormente, encontramos também alguns exemplares de um periódico local chamado Jornal de Agrestina e editado mensalmente por Pedro de Alcântara de Azevedo Lira, membro da família Guilherme que, inclusive, foi o candidato vencedor nas eleições municipais de 1968, vitória esta que interrompeu a hegemonia do grupo Ribeiro. Este periódico deve ter começado a circular por volta de julho de 1957, tendo sido editado, no mínimo, até o final de 1960, ao menos, isto é o que podemos deduzir a partir das datas e numeração dos exemplares de que dispomos. O periódico possuía colunas com temáticas relativas a política, história, religião, curiosidades, educação e saúde,

além de fazer a propaganda de alguns estabelecimentos locais de comércio e de lojas pertencentes à membros da família Guilherme na cidade de Caruaru, em Pernambuco.

Nesta perspectiva, se os registros dos Anais da Câmara Municipal, no período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, se encontram permeados pelos interesses e visão de mundo dos Ribeiro, este periódico, por sua vez, era um reduto dos Guilherme, sendo utilizado, embora provavelmente este não fosse o seu objetivo central, tanto para a propaganda política deste grupo como para fazer críticas à administração e hegemonia dos Ribeiro, o que possibilitou a abordagem de algumas questões ligadas às estratégias dos Guilherme no âmbito das disputas políticas locais, estratégias estas que, embora não fossem o foco principal deste trabalho, nos ajudaram a compreender o contexto no qual atuou o grupo Ribeiro.

Também fez parte do acervo documental utilizado nesta pesquisa, como afirmamos anteriormente, algumas Fontes de caráter Iconográfico, para sermos mais específicos, fizemos uso de uma série de Fotografias com imagens de algumas das personagens que ocuparam cargos políticos no município, além de imagens da cidade de Agrestina e de seus habitantes, sendo que a imensa maioria delas são relativas ao período que coincide com nosso recorte temporal, ou seja, entre a segunda metade da década de 1940 e o final dos anos 1960. Vale relatar que tivemos acesso a essas imagens, por um lado, por meio de cidadãos agrestinenses, que nos cederam fotografias de valiosas coleções pessoais ou mesmo de álbuns familiares e, por outro, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude da cidade, que dispõe de um considerável acervo fotográfico.

Muito se tem discutido acerca da utilização de fotografias em pesquisas históricas, sendo inúmeras as possibilidades que se apresentam ao historiador neste sentido. Em um ensaio que aborda questões teóricas e metodológicas acerca da utilização deste tipo de imagem como fonte, AIRES (2013) argumenta que muitos dos historiadores culturais, que trabalham com fotografias tem partido do Método Iconológico desenvolvido por Panofsky no final dos anos 1930.

Ainda segundo este autor, tal método consiste, basicamente, na análise iconográfica, na qual se procura descrever a cena, o espaço e os personagens, e na análise iconológica propriamente dita, que consiste na interpretação dos possíveis significados da fotografia, isto em consonância com o contexto histórico na qual foi produzida a mesma. Tendo em vista a relevância e atualidade deste método, foi justamente este o procedimento que adotamos na análise das Fontes Iconográficas utilizadas nesta dissertação.

Tal poção se justifica pelo fato de as imagens utilizadas neste trabalho não foram pensadas como meras ilustrações, mas como fontes históricas que apresentam indícios da realidade passada a qual procuramos abordar. Ao refletir acerca da fotografia enquanto fonte histórica Boris Kossoy afirma que

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. [...] O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica¹⁵.

Ainda segundo este autor, a análise do artefato fotográfico, enquanto fonte histórica, requer a consideração, por um lado, do que ele chama de elementos constitutivos, que seriam o assunto, o fotógrafo e a tecnologia utilizada, e, por outro, das coordenadas da situação, que nada mais são do que as informações relativas ao espaço e tempo, procedimento este que também procuramos realizar.

No entanto, neste ponto encontramos algumas dificuldades já que, para a maior parte das imagens utilizadas, não dispúnhamos de informações precisas acerca das datas em que foram produzidas, por quais fotógrafos e se estes estavam ou não a serviço de terceiros ou mesmo de instituições, informações estas que procuramos estabelecer, de forma aproximada, a partir da comparação com outras imagens que estavam datadas ou a partir de outras fontes como registros escritos e relatos orais. Desta forma, apesar destes percalços, as fotografias nos ajudaram a abordar e pensar diversos aspectos relativos aos objetivos de nossa dissertação.

Já com relação às Fontes de caráter Estatístico, a que já havíamos nos referido anteriormente, e que também fizeram parte do acervo documental de que dispomos, fizemos uso de alguns dados coletados no portal eletrônico do IPEADATA – uma base de dados micro e macroeconômicos relativos ao Brasil e suas regiões, estados e municípios, organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – onde é possível obter informações estatísticas acerca de temas como população, emprego, produção, renda, entre outros, tanto no que se refere à atualidade, quanto com relação a determinados períodos históricos.

Neste sentido, os dados obtidos neste portal nos possibilitaram uma melhor compreensão do contexto sócio-econômico no qual atuou o grupo Ribeiro, contexto este que influenciou e, até certo ponto, determinou as estratégias de poder deste grupo. De fato, atuando em um cenário predominantemente rural, já que, nos anos transcorridos entre 1947 e 1969, a imensa maioria da população agrestinense estava localizada no campo e a economia

¹⁵. KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. – 4. ed. – São Paulo, Ateliê Editorial, 2012. p. 47-48.

dependia, principalmente, das atividades de caráter agropecuário, os Ribeiro precisaram desenvolver estratégias condizente com tal cenário para estabelecer e legitimar sua hegemonia política.

Para finalizarmos estas considerações a cerca dos métodos e das Fontes Documentais utilizadas neste trabalho, seguiremos com algumas reflexões em torno dos Relatos Oraís. Tendo em vista que esta foi uma fonte que precisou ser produzida, determinadas questões relativas à sua produção não poderiam deixar de ser consideradas, o que requer uma abordagem com mais vagar. Sendo assim, discutiremos a questão das entrevistas, enquanto técnica de pesquisa; a maneira como se deu o contato e a relação que estabelecemos com os informantes; além da forma como foi utilizado este tipo de fonte.

Com relação à questão das entrevistas, dentre as diversas possibilidades de organização deste instrumento técnico para a coleta de Relatos Oraís, optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas e com roteiro prévio de perguntas. Isto porque este tipo de organização da entrevista, por representar um meio termo entre aquelas abertas ou estruturadas, nos permitiu trabalhar tanto com uma margem de flexibilidade, que contribuiu para adequar as perguntas à especificidade dos relatos de cada informante, quanto com um norte, em termos de questionário, que direcionou as entrevistas e possibilitou a construção de fontes adequadas à análise do nosso objeto de estudo.

A partir desta escolha e com a intenção de compor um *corpus* de relatos orais acerca do nosso objeto de estudo, realizamos quatorze entrevistas. A seleção dos informantes foi feita, sobretudo, a partir do lugar que ocupavam nos grupos Ribeiro e Guilherme – fossem membros das próprias famílias que formavam a base destes grupos ou políticos a eles ligados – e da relação que mantinham – no caso dos eleitores – com estes mesmos políticos durante o período de que trata este trabalho ou, ainda, pelo fato destes eleitores serem reconhecidos, no âmbito municipal, como aliados históricos de um ou outro destes grupos políticos.

Obviamente, além dos critérios acima citados, outros fatores foram determinantes para a realização das entrevistas, deste modo, por exemplo, não conseguimos entrevistar todas as pessoas que pretendíamos, fosse pela recusa de alguns ou mesmo pela impossibilidade, devido a problemas de saúde, no caso de outros. Ainda assim, realizamos entrevistas com um membro da família Ribeiro e outro da família Guilherme; dois ex-vereadores, sendo um de cada grupo, que, embora não tenham chegado a atuar entre 1947 e 1969, ocuparam este cargo ainda num contexto de hegemonia do grupo Ribeiro, depois que estes voltaram a controlar o cenário político agrestinense a partir de 1972; duas esposas de políticos, sendo também uma de cada grupo; além de oito eleitores, destes, cinco pertencentes ao grupo Ribeiro e três ao

grupo Guilherme sendo quase todos, reconhecidamente, aliados históricos de seus respectivos grupos.

Com relação à questão da identidade dos informantes, optamos pela não identificação dos mesmos, neste sentido, usamos pseudônimos para citá-los. Esta opção está relacionada à preocupação de preservar os entrevistados, tendo em vista que deram informações que podem ainda hoje, apesar do significativo tempo decorrido dos fatos relatados, exaltar os ânimos e trazer problemas por se tratar de um tema tão delicado e, ao mesmo tempo, tão apaixonante como o poder local. Por outro lado, a não identificação também foi solicitada por alguns de nossos informantes, de forma geral, pelos mesmos motivos acima expostos.

No que diz respeito ao contato e à relação que estabelecemos com os informantes, e vale lembrar que este aspecto do trabalho com relatos orais é de fundamental importância para a produção de fontes adequadas à análise do objeto de estudo, não tivemos grandes problemas, aliás, muito pelo contrário, tendo em vista que podemos afirmar, de modo geral, que nossos informantes foram muito solícitos em termos de disponibilidade para a concessão das entrevistas e bastante generosos no tocante às informações concedidas. Isto, no entanto, não significa que não tenhamos encontrado dificuldades, sendo exatamente estes aspectos da pesquisa que passamos a expor a partir de agora.

Em termos de dificuldades, o maior obstáculo que encontramos foi justamente a questão de trabalharmos com um tema como o poder local. Nesta perspectiva, diversas foram as vezes em que se estabeleceu, ao menos inicialmente, um clima de desconfiança por parte dos entrevistados que desejavam saber de imediato, e por vezes até externavam isto através de perguntas diretas, a que grupo o entrevistador pertencia e quais os objetivos políticos, se é que eles existiam, desta dissertação. No entanto, a partir da explicação de que se tratava de uma pesquisa para fins acadêmicos e do estabelecimento de uma relação de cordialidade, foi possível criar um clima de confiança que permitiu aos entrevistados conversarem à vontade, por vezes, pareciam mesmo se esquecer do gravador ou de que aquilo era uma entrevista para a realização de um trabalho para a universidade.

Outro obstáculo que experimentamos foi a recusa de pessoas que considerávamos importantes para os objetivos da pesquisa em gravar entrevistas, uma delas, inclusive, se dispôs a conversar apenas informalmente, enquanto que outras, apesar de não negarem diretamente, acabaram desmarcando repetidas vezes o encontro, o que fez com que não conseguíssemos entrevistá-las. Por vezes, pequenos infortúnios também acabaram atrapalhando, como ruídos externos, toques de celulares, intervenção de terceiros ou mesmo

entrevistados que falavam muito baixo, o que acabou prejudicando o áudio em alguns momentos de certas gravações.

No entanto, como afirmamos anteriormente, os aspectos positivos prevaleceram amplamente em relação aos obstáculos. Sendo assim, vale ressaltar que quase a totalidade das entrevistas se deu em condições favoráveis, geralmente na residência dos entrevistados, e com o predomínio de um clima de confiança e cordialidade, o que certamente contribuiu para a considerável qualidade das entrevistas, pois, como já havíamos ressaltado, conseguimos produzir fontes adequadas aos nossos objetivos e isto graças à generosidade dos nossos informantes que não se furtaram ao relato das experiências, emoções e, sobretudo, das representações que nortearam suas práticas durante o período de domínio do grupo Ribeiro em Agrestina.

No que se refere à análise das fontes orais procuramos estender a estas os procedimentos da crítica documental utilizados em relação aos registros escritos ou iconográficos, desta forma, estivemos atentos, por um lado, ao contexto em que foram produzidas tais fontes, já que questões relativas ao presente podem influenciar a reorganização da memória, e, por outro, aos interesses de grupo que permearam os depoimentos coletados.

Voltando à questão inicial destas breves considerações acerca da metodologia e fontes utilizadas nesta pesquisa, como pudemos perceber, apesar da importância e da contribuição de cada um dos registros que fizeram parte do acervo documental que possibilitou a produção deste trabalho, se utilizados de forma isolada, nenhum deles daria conta da problemática a que nos propusemos a abordar, no entanto, a partir do cruzamento de todas estas fontes, foi possível acompanhar e refletir sobre a forma como foi construída, pensada e legitimada, entre práticas e representações, a hegemonia política do grupo Ribeiro no município de Agrestina no contexto da experiência democrática e primeiros anos do Regime Militar.

Para finalizarmos este tópico, passamos a descrever algumas considerações sobre o significado pessoal desta pesquisa. Antes de tudo, vale lembrar que o tema surgiu de um anseio, enquanto cidadão agrestinense, de compreendermos o período de hegemonia do grupo Ribeiro no município, cujo domínio, enquanto temática presente na memória coletiva da cidade, tomamos conhecimento e travamos os primeiros contatos justamente através de alguns relatos de pessoas, particularmente da nossa família, que vivenciaram este período, tendo em vista que não tivemos a oportunidade de testemunhá-lo. Nesta perspectiva, podemos afirmar que a pesquisa alterou, em alguns aspectos, e, sobretudo, ampliou a percepção que tínhamos do nosso objeto.

Apesar de termos entrado em contato com a temática de que trata este trabalho muito tempo antes de iniciarmos esta pesquisa, a percepção que tínhamos acerca do período de domínio do grupo Ribeiro no município de Agrestina, e só agora temos condições de refletir sobre isso, era bastante limitada, isto no sentido de que desconhecíamos diversas personagens e acontecimentos relacionados ao nosso objeto de estudo, mas, em especial, também desconhecíamos as experiências, as práticas – tanto em termos estratégicos quanto táticos – e as representações dos atores sociais agrestinenses sobre este período. Desta forma, em certo sentido, a pesquisa representou para nós, enquanto cidadão agrestinense, uma redescoberta da cidade, alterando, também, a própria maneira como enxergávamos nosso objeto.

Por outro lado, além de limitada, a percepção e o conhecimento que possuíamos sobre o período de que trata esta pesquisa eram fundamentados em informações dispersas e pouco confiáveis. Neste sentido, o contato com as fontes possibilitou, também, a articulação de informações antes fragmentadas o que contribuiu para ampliarmos e tornarmos mais coerente a forma como compreendemos o nosso objeto de estudo e a própria história política do município de Agrestina.

1.3. Estrutura da dissertação

O presente texto encontra-se dividido, além da introdução e considerações finais, em três capítulos, no primeiro deles abordamos, basicamente, a conjuntura que possibilitou a ascensão do grupo Ribeiro no cenário político agrestinense, isto levando em consideração o contexto nacional e estadual no processo de transição para a ordem democrática após o fim o Estado Novo; o cenário municipal, sobretudo em termos sócio-econômicos, do município na segunda metade da década de 1940, período em que este grupo assumiu pela primeira vez o controle da Prefeitura e da Câmara de Vereadores; e a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme, além das representações em torno destas famílias e de seus membros que chegaram a ocupar cargos políticos na cidade, tendo em vista que estes grupos políticos eram de base familiar.

No segundo dos três capítulos que compõem esta dissertação, procuramos abordar as disputas políticas entre os Ribeiro e os Guilherme que tiveram lugar na cena política do município de Agrestina entre 1947 e 1969; as estratégias do grupo Ribeiro no âmbito da

política institucional, sobretudo no tocante às opções de cunho partidário e às alianças que este grupo buscou estabelecer com as lideranças estaduais em Pernambuco; além dos próprios mandatos dos prefeitos do grupo Ribeiro no período em que este teve o controle das instituições políticas locais.

Já no último capítulo, as nossas atenções estiveram voltadas para as estratégias dos Ribeiro no tocante às relações que estes procuraram estabelecer com os seus potenciais eleitores; a representação que este grupo construiu de si através de suas práticas e das sucessivas vitórias conquistadas nas eleições municipais; o crédito concedido a estas representações pelos atores sociais agrestinenses e a forma como se apropriaram delas de acordo com o pertencimento a este ou àquele grupo político, além das disputas, no campo das representações geradas pelos interesses de grupo, no que diz respeito às interpretações acerca do poder do grupo Ribeiro; e, por fim, a forma como os eleitores agrestinenses orientavam suas práticas no contexto de hegemonia do grupo Ribeiro.

2. GRUPOS DE BASE FAMILIAR NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO PARA A ORDEM DEMOCRÁTICA

15 de novembro de 1947. O então pequeno proprietário rural, tabelião público e ex-vereador, Elias Libânio Silva Ribeiro, que acabara de se sagrar vencedor nas eleições municipais de 26 de outubro daquele ano, assume o cargo de prefeito no município de Agrestina-PE, dando início à hegemonia política do grupo Ribeiro naquela cidade, hegemonia esta que se estenderia, de forma ininterrupta, por mais de duas décadas, atravessando, portanto, praticamente todo o tempo da breve experiência democrática, que teve lugar no Brasil entre 1945 e 1964, e chegando a alcançar, ainda, os primeiros anos do Regime Militar.

A ascensão do grupo Ribeiro no cenário agrestinense, durante a segunda metade da década de 1940, está relacionada às mudanças de cunho político-institucional ocorridas no País após o fim do Estado Novo. Sendo assim, neste capítulo, pretendemos discutir como as transformações ocorridas no contexto de transição para a ordem democrática possibilitaram aos membros do grupo Ribeiro a entrada na cena política local. Por outro lado, tanto os Ribeiro como os seus opositores, os Guilherme, eram grupos de base familiar, desta forma, temos ainda a intenção de abordar a trajetória política destas famílias no município, além das representações em torno delas, já que estas mesmas representações chegaram a figurar como armas nas disputas políticas entre os dois grupos durante todo o período de hegemonia dos Ribeiro.

2.1. Conjuntura político-partidária e cenário municipal à época de ascensão do grupo Ribeiro

O cenário no qual atuou o líder do grupo Ribeiro desde a candidatura, passando pelo processo eleitoral e chegando até a posse, em novembro de 1947 – tomada aqui como marco inaugural do domínio político deste grupo na cidade de Agrestina – foi permeado por um processo de transição. O Brasil acabara de sair da ditadura do Estado Novo e tentava se reorganizar em moldes democráticos.

Esta conjuntura possibilitou a volta das eleições diretas e do pluripartidarismo. Com relação a este último, uma das novidades do período foi que, a partir de uma exigência prevista na legislação, os partidos políticos passaram a se organizar em bases nacionais. Com

efeito, a chamada lei Agamenon, de 28 de maio de 1945, determinava como condição obrigatória para a legalização de qualquer agremiação política, o registro em cinco ou mais estados da federação; referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; e personalidade jurídica de acordo com o código civil¹⁶.

No entanto, apesar deste esforço no sentido de evitar o surgimento de partidos ligados exclusivamente a interesses estaduais, como ocorria durante a chamada Primeira República (1889-1930), poucos foram aqueles que conseguiram se inserir de forma efetiva nas disputas políticas a nível nacional. Desta forma, três partidos acabaram por dominar o cenário político durante todo o período compreendido entre 1945 e 1964: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Contudo, apesar desta predominância, não podemos deixar de lembrar que os partidos de menor expressão, ao figurarem em diferentes coligações, tiveram uma importância nada desprezível no processo eleitoral deste período. Este era o caso, por exemplo, de agremiações como o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL) e o Partido Democrata Cristão (PDC), este último, inclusive, foi o partido pelo qual Jânio Quadros se elegeu presidente da república em 1960, com o apoio da UDN.

Vale ressaltar, ainda, a importância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período. Porém, ele foi rapidamente posto na ilegalidade, isto devido ao alinhamento do Brasil com o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, episódio este que expõe os limites da democracia liberal que então vigorava no país. A volta à ilegalidade acabou por excluir o PCB das disputas eleitorais, mas não impediu que alguns de seus membros disputassem e vencessem eleições por outras legendas, sobretudo pelo PTB.

Voltando aos partidos dominantes neste breve Período Democrático, talvez não seja exagero afirmar que tenham se estruturado, sobretudo em termos ideológicos, a partir da relação que mantinham com a herança política deixada por Getúlio Vargas. Nesta perspectiva, a UDN era um partido de tendências liberais e antigetulistas que nasceu de uma frente ampla de oposição ao Estado Novo, sua base social era composta por grupos como as oligarquias destronadas com a chamada Revolução de 1930 e liberais com uma forte identificação regional. Por outro lado, o PSD tinha como principais características o pragmatismo e a força eleitoral tendo sido fundado na perspectiva getulista de continuísmo na transformação, sua

¹⁶. Conferir DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia.** In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano v. 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

estrutura estava enraizada na máquina administrativa do governo Vargas. Com relação ao PTB, sua organização esteve alicerçada nos sindicatos urbanos e na burocracia do ministério do trabalho, caracterizando-se por uma forte tendência getulista.

No que diz respeito a Pernambuco, a situação político-partidária, de modo geral, refletia a conjuntura predominante no País. Neste sentido, O grupo político ligado a Agamenon Magalhães – interventor durante todo o período do Estado Novo – vinculou-se ao PSD, enquanto que o grupo opositor se filiou à UDN. O próprio PCB e demais grupos considerados de esquerda também chegaram a ter participação significativa na política pernambucana deste período. De fato, apenas a título de exemplo, os três deputados federais eleitos pelo partido, antes mesmo que ele fosse posto na ilegalidade, tiveram votação significativa na grande Recife, enquanto que Miguel Arraes de Alencar, que se aproximou progressivamente das forças populares, inclusive apoiando as chamadas Ligas Camponesas, chegou a ser eleito prefeito da capital e, posteriormente, governador do estado, isto dois anos antes do golpe de 1964, quando ele acabou sendo deposto.

Contudo, o cenário político pernambucano, neste período, foi mesmo marcado pelas disputas, nas eleições majoritárias, entre o PSD e a UDN, com o primeiro conseguindo impor amplo domínio, o que se verificava também a nível nacional. Apesar disto, a linha divisória que separava os dois partidos no Estado de Pernambuco não era, em certas conjunturas, tão nítida quanto possa parecer à primeira vista, já que estas agremiações chegaram a apoiar o mesmo candidato a governador, isto a partir de um acordo político feito após a morte de Agamenon Magalhães em 1952. É verdade, no entanto, que este acordo durou pouquíssimo tempo e logo os dois partidos voltaram ser adversários.

Segundo ANDRADE (1997), no Estado de Pernambuco, o PSD era composto, sobretudo, por antigos funcionários governamentais e prefeitos do interior que exerceram cargos no período do Estado Novo – tendência esta que, como abordaremos adiante, se verificava no município de Agrestina – enquanto que a UDN tinha como base, sobretudo, usineiros e parte significativa das classes médias urbanas.

Ao nível municipal, mais especificamente na cidade de Agrestina, os grupos Ribeiro e Guilherme, que disputavam o controle das instituições políticas locais, se filiaram, para a disputa das eleições municipais de 1947, respectivamente, à UDN e ao PSD¹⁷. Neste contexto, para compreendermos a vinculação dos Ribeiro à UDN e dos Guilherme ao PSD, além da

¹⁷. Apesar de não termos encontrado registros relativos às eleições desse período, seja no cartório eleitoral do município ou mesmo no site do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, foi possível obter estas informações nos Anais da Câmara Municipal de Agrestina, especialmente no livro nº 2.

óbvia relação com os cenários políticos nacional e estadual, é preciso atribuir um peso considerável a opções pragmáticas, orientadas pelas alianças com as lideranças estaduais e pelas relações de força no cenário político local. Sendo assim, as questões de caráter ideológico teriam uma menor importância, embora provavelmente elas não estivessem ausentes.

Nesta perspectiva, a filiação dos Guilherme ao PSD estava relacionada às alianças com o grupo político de Agamenon Magalhães ao nível estadual, aliança esta que foi estabelecida ainda durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945. Com efeito, apesar de ter sido um dos conselheiros municipais a renunciar logo após a chamada Revolução de 1930, Abel Guilherme de Azevedo Lira, líder do grupo Guilherme no período, foi nomeado, pelo então interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, prefeito do município, que na época ainda se chamava Bebedouro¹⁸, tendo governado entre 1937 e 1941, em seguida, o mesmo interventor nomeou ainda João Guilherme de Azevedo Lira, que governou o município de 1941 a 1945 e era filho de Abel Guilherme. Este chegou, ainda, a ser novamente nomeado prefeito, isto no intervalo entre a queda de Vargas e as eleições municipais de 1947, porém, nesta oportunidade, governou apenas um ano entre 1946 e 1947.

Por outro lado, a vinculação dos Ribeiro à UDN pode ser compreendida a partir da exclusão de seu líder do cenário político agrestinense durante todo o período em que vigorou o governo autoritário implantado por Getúlio Vargas e da consequente oposição ao grupo político de Agamenon Magalhães, ao nível estadual, e ao grupo Guilherme, no âmbito municipal. De fato, apesar de ter feito parte da junta governativa revolucionária, instaurada após a Revolução de 1930, e de ter ocupado um lugar no legislativo municipal, após a vitória nas eleições de 1936, Elias Libânio foi um dos vereadores exonerados do cargo após o golpe de novembro de 1937 e permaneceu alijado do poder público local durante todo o período em que vigorou a ditadura do Estado Novo¹⁹.

Desta forma, é apenas com o fim do governo autoritário implantado por Vargas, já no contexto de transição para a ordem democrática, e com a volta das eleições diretas, que o líder do grupo Ribeiro tem a possibilidade de voltar à cena política agrestinense, o que acabou se efetivando graças à vitória no pleito de 1947, quando concorreu ao cargo de prefeito do município.

¹⁸. Esta é a antiga denominação do município de Agrestina, a mudança no nome da cidade ocorreu a partir de um decreto estadual datado de 31 de dezembro de 1943.

¹⁹. Todas as informações acerca da política agrestinense na década de 1930 foram retiradas do livro nº 1 dos Anais da Câmara Municipal.

Portanto, apesar de ter estabelecido uma hegemonia política que se estendeu por mais de duas décadas – o que sugere, ao menos à primeira vista, um domínio arbitrário – foi justamente em um contexto democrático que o grupo Ribeiro começou a construir esta hegemonia. Vale lembrar, ainda, que Elias Libânio já havia atuado com desenvoltura num contexto democrático-eleitoral, isto durante o período constitucional do governo de Getúlio Vargas, quando foi eleito vereador do município, então denominado Bebedouro, em 1936. No entanto, esta experiência acabou sendo bastante efêmera, já que, conforme mencionado em parágrafo anterior, foi abortada pelo golpe de novembro de 1937 que inaugurou o período autoritário em que vigorou o Estado Novo, período este em que as instituições políticas locais estiveram sob o domínio dos Guilherme.

Contudo, isto não significa que o grupo Ribeiro se caracterizasse, em termos ideológicos, por uma defesa vigorosa dos princípios democráticos ou mesmo que o grupo Guilherme fosse favorável, independentemente da conjuntura, aos governos autoritários. Ao que parece, como também insinuamos anteriormente, estes grupos orientavam suas opções políticas de forma pragmática, já que priorizavam as disputas políticas relativas ao âmbito municipal e procuravam estabelecer alianças que pudessem lhes favorecer neste sentido.

Esta afirmativa se justifica, entre outros, pelo fato dos dois grupos terem transitado, ao sabor das conjunturas políticas, por diferentes partidos entre 1947 e 1964, além de terem chegado, apesar de toda a rivalidade existente entre eles, a fazer um acordo, lançando candidatura única nas eleições municipais de 1951, acordo este, no entanto, que se estendeu por um curtíssimo espaço de tempo, o que será abordado no próximo capítulo.

Feitas estas observações acerca da conjuntura político-partidária, voltemos nossas atenções para o cenário municipal à época da ascensão do grupo Ribeiro. A Agrestina para a qual Elias Libânio fora eleito prefeito era uma pequena cidade do interior do Estado de Pernambuco, que contava, na segunda metade da década de 1940, com uma população predominantemente rural; uma infra-estrutura urbana que, mesmo para os padrões da época, pode ser considerada precária; uma economia cujas principais atividades eram agropecuárias, embora houvesse um pequeno comércio local; e, para administrar tudo isso, uma prefeitura com poucos recursos e uma arrecadação bastante limitada.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que Agrestina, enquanto município, contava com apenas dezenove anos de existência, tendo em vista que a emancipação do antigo distrito da cidade de Altinho-PE havia ocorrido só em 1928. De acordo com dados do IPEADATA²⁰

²⁰. Disponível no site WWW.ipeadata.gov.br.

para a década de 1940, Agrestina detinha, nesta época, uma população total de 15.355 habitantes, sendo que 13.160 estavam localizados na área rural, enquanto que 2.195 habitam a zona urbana. Apesar de não possuímos informações desta natureza em termos anuais, podemos ter, a partir destes números, uma noção relativamente precisa da composição populacional do município quando Elias Libânio foi eleito prefeito, em 1947.

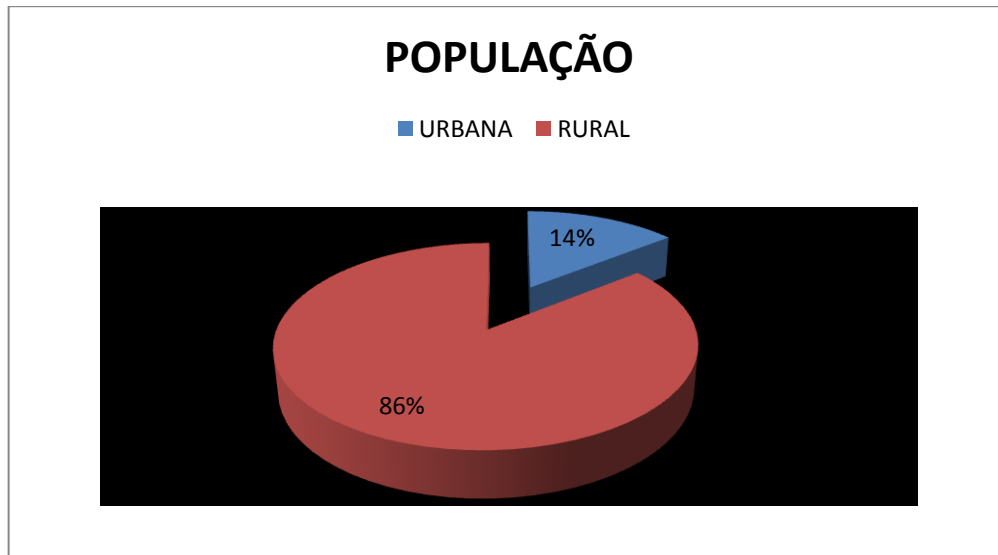


Gráfico 1: Percentual da população rural e urbana do município de Agrestina na Década de 1940.

A partir do gráfico acima, que traduz em percentual os números relativos à população agrestinense que acabamos de apresentar, é possível visualizar a ampla superioridade numérica da população rural, neste município, na década de 1940. Sendo assim, é provável que este cenário, predominantemente rural, tenha influenciado e até determinado algumas das práticas, em termos de estratégias de poder, do grupo Ribeiro, tanto na conquista da primeira vitória, em 1947, como na própria construção da hegemonia política do grupo, o que abordaremos no último capítulo.

Com relação à economia local, predominavam as atividades de caráter agropecuário. Desta forma, o município partilhava, de modo geral, a tendência econômica da área geográfica na qual está inserido: o Agreste pernambucano. Com efeito, historicamente a pecuária desempenhou um papel preponderante na economia desta região, isto porque quando o Agreste começou a ser ocupado pelos colonizadores, ainda no século XVII, o principal objetivo era justamente estabelecer a criação de gado, o que, obviamente, não impediu o desenvolvimento de outras atividades como a agricultura e o comércio, embora estas ocupassem um lugar periférico. Esta situação não se alterou de forma significativa até a

segunda metade do século XX, embora tenha ocorrido, já em períodos anteriores, um processo de diversificação das atividades econômicas.

À época da ascensão do grupo Ribeiro, além de atividades ligadas à agricultura e pecuária, que estavam predominantemente voltadas para o mercado local, havia na cidade de Agrestina um pequeno comércio que contava com estabelecimentos como lojas de tecidos, padarias e mercearias. Entretanto, o grosso da população economicamente ativa do município estava mesmo empregada na agropecuária, o que podemos observar no gráfico abaixo, que apresenta números, também estes do IPEADATA, relativos à década de 1940.

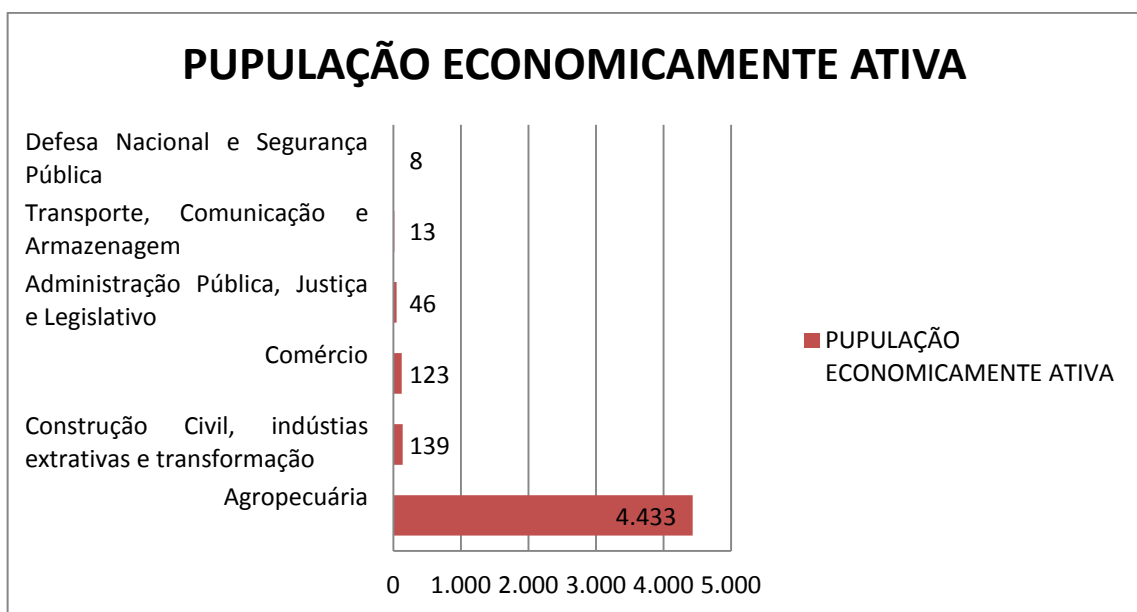


Gráfico 2: População Economicamente Ativa do município de Agrestina na década de 1940.

Para além desta ampla predominância das atividades relacionadas à agricultura e pecuária, este gráfico nos permite observar, também, a importância de outros ramos econômicos como é o caso do comércio, da construção civil e do extrativismo, que aparecem logo abaixo da agropecuária, em ordem de importância, na economia local. Ainda a partir destes dados, vamos encontrar agrestinenses, embora em número proporcionalmente pequeno, envolvidos com atividades relacionadas ao transporte e à comunicação, havendo também pessoas trabalhando em áreas como justiça, legislativo, segurança e administração pública.

Ainda assim, o número de pessoas ocupadas em atividade não relacionadas à agropecuária, tanto em termos absolutos quanto proporcionais, era muito reduzido. Nesta perspectiva, é provável que predominasse, entre a população agrestinense, a sensação de que fora da agricultura não havia oportunidades de emprego, já que a pecuária costumava ser

praticada apenas pelos fazendeiros do município e região, ao menos é nesta direção que apontam alguns relatos como o que se segue, “Agrestina não tinha trabalho, a não ser a roça. A maioria do pessoal trabalhava na agricultura”²¹.

A falta de emprego aliada à condição de pobreza predominante na cidade fazia ainda com que muitos agrestinenses migrassem, em determinadas épocas do ano, para o sul do Estado de Pernambuco em busca de emprego, como podemos observar nestes outros relatos: “na minha época era um pobreza muito grande, meus pais eram agricultores e às vezes meu pai ia para o sul, trabalhar na usina, para poder dar sustento a nossa família”²², “muita gente daqui ia para o sul, passavam três meses e depois voltavam, eles não tinham emprego”²³.

Outra atividade importante para a economia do município – tanto no que diz respeito aos produtores e comerciantes, quanto para a própria prefeitura, em termos de arrecadação de impostos, embora não apareça explicitamente nos dados apresentados anteriormente – era a feira livre semanal, onde eram comercializados, basicamente, produtos agrícolas como cereais, frutas e legumes, além de carnes e laticínios, entre outros²⁴.



Imagem 1: Feira livre no centro de Agrestina na década de 1940²⁵.

²¹. Francisco (78 anos).

²². Maria Tereza (75 anos).

²³. Francisco (78 anos).

²⁴. Tanto estas informações como aquelas relativas aos estabelecimentos comerciais do município na década de 1940, foram reunidas a partir das seguintes fontes: Anais da Câmara de Vereadores, Relatos Orais e dados do IPEADATA.

²⁵. Esta imagem faz parte do arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina, tendo sido cedida por esta secretaria. Não temos informações acerca de quem a produziu, com que objetivo, ou mesmo a mando de quem, também não sabemos a data precisa de sua produção. No entanto, podemos afirmar, com grande margem de probabilidade, que é uma imagem da década de 1940, isto

A partir da fotografia acima, temos a possibilidade de visualizar a feira livre agrestinense na década de 1940, feira esta que acontecia no centro da cidade. Apesar de não termos muitas informações acerca da produção desta imagem, o próprio fato de ter sido feito um registro fotográfico, numa época em que este ainda era pouco acessível, indica a importância desta feira para o município. Talvez não seja desprovido de sentido o fato de nos perguntarmos se a fotografia não teria sido produzida a partir de uma solicitação da própria prefeitura.

A este respeito, a imagem pode nos dar algumas pistas. Como podemos observar, a fotografia foi produzida a partir de um ponto acima do térreo, o que nos dá essa vista panorâmica do espaço onde acontecia a feira. Ocorre que exatamente onde a imagem parece ter sido produzida ficava localizado um sobrado²⁶ que pertencia a Abel Guilherme de Azevedo Lira, este, como já havíamos mencionado, foi prefeito de Agrestina entre 1937 e 1941 e de 1946 a 1947, já seu filho, João Guilherme de Azevedo Lira, governou a cidade entre 1941 e 1945. Desta forma, é possível que a fotografia tenha sido produzida deste sobrado, durante o período em que os Guilherme governaram o município, e a mando de uma dessas personagens.

Toda esta conjectura se justifica pelo fato de neste período a feira ter uma importância considerável para a prefeitura, isto em termos de arrecadação de impostos. Tanto é assim que, já em 1936, a Câmara de Vereadores aprovou uma mudança no dia em que ela ocorria, tendo passado do sábado para a segunda feira, e o objetivo era justamente aumentar a arrecadação²⁷. Importante enfatizar ainda que embora o registro mais antigo relacionado à feira livre agrestinense, ao qual tivemos acesso, seja de 1936, o início desta deve ter ocorrido algum tempo antes, neste caso, apesar de não podermos precisar a data, é provável que a feira já existisse antes mesmo da emancipação política.

Ainda a partir da imagem acima, podemos visualizar um fragmento da infra-estrutura urbana do município na segunda metade da década de 1940. Neste sentido, a imagem revela, por exemplo, que o centro da cidade não era pavimentado, o que indica que não havia pavimentação em parte alguma. Por outro lado, o número de edifícios públicos era bastante reduzido, além da igreja pertencente à paróquia local, havia apenas dois: a sede da prefeitura e o açougue municipal. A própria Câmara de Vereadores funcionava em uma sala dentro da

principalmente a partir da comparação com outras fotografias do mesmo espaço que estão datadas, tanto desta década como de períodos posteriores.

²⁶. Este sobrado pode ser visualizado na imagem n° 12.

²⁷. Estas informações foram retiradas do livro n° 1 dos Anais da Câmara de Vereadores.

prefeitura, enquanto que o cartório local, onde Elias Libânio ocupava o cargo de tabelião público, funcionava improvisado em uma casa.

As residências não possuíam, neste tempo, água encanada, enquanto que energia elétrica era privilégio de algumas poucas famílias abastadas²⁸. No que diz respeito ao abastecimento de água, atividades como banho, lavagem de roupa e limpeza da louça, eram realizadas, sobretudo, com a água de um rio localizado na própria cidade e chamado popularmente de Rio Torrão. As pessoas com menos recursos precisavam carregar, em recipientes os mais variados, a água do rio até as suas casas como afirmou uma de nossas informantes: “eu, criança ainda, ia buscar água no Rio Torrão carregando um pote na cabeça”²⁹.

Já aqueles que tinham uma melhor condição financeira, mas não ao ponto de ter empregados que realizassem este serviço, compravam água, deste ou de outros rios, a trabalhadores que se ocupavam em carregá-la para vender, isto de acordo com outra de nossas informantes: “tinha um açude aí e o pessoal trazia água num jumentinho para vender ao povo”³⁰. Havia ainda banheiros públicos, administrados pela prefeitura, com chuveiros para o banho, no entanto, era cobrada uma pequena taxa pela utilização o que, devido à condição de pobreza predominante, reduzia drasticamente a procura.

Com relação à energia elétrica, podemos visualizar, ainda na imagem acima, alguns postes, estes faziam parte da pequena iluminação pública que o município possuía e que provavelmente se restringia à área central da cidade e a algumas poucas residências. A eletricidade que os alimentava era gerada por um motor que ficava localizado em um prédio no próprio centro de Agrestina, aliás, este motor era constantemente objeto de preocupação por parte da prefeitura, que precisava consertá-lo sempre que ele parava de funcionar³¹. Vale salientar ainda que este motor era ligado às 18h e desligado às 22h, neste sentido, ele funcionava quase como um toque de recolher já que, segundo relatos³², quando se aproximava o horário em que era desligado as pessoas costumavam voltar para suas residências.

²⁸. Isto de acordo com fontes como Relatos Orais, Jornais e Anais da Câmara.

²⁹. Maria Tereza (75 anos).

³⁰. Josefa (80 anos).

³¹. Era frequente, na década de 1940, os prefeitos solicitarem a aprovação, na Câmara de Vereadores, do que chamavam de créditos especiais, isto para a compra de peças e conserto do motor da “usina elétrica”, o que pode ser observado, por exemplo, nos livros nº 1 e 2 dos Anais da Câmara Municipal.

³². Neste sentido, o senhor João (64 anos), afirmou: “antigamente a luz daqui era um motor que ligava 6h da noite e desligava de 10h [...] antes de desligar dava três sinais e aí todo mundo ia para casa.” Estas afirmações foram feitas a partir da sua vivência na década de 1950, no entanto, estamos supondo que a situação não fosse diferente no final da década de 1940.

Em síntese, esta era, de modo geral, a Agrestina na qual Elias Libânio disputou e venceu, pela UDN, as eleições municipais de 1947, tornando-se prefeito do município. Com isto, ele retornava à cena política local, após um breve período afastado, e desbancava o grupo até então dominante: os Guilherme, grupo este que passaria a figurar na oposição durante quase todo o período de domínio dos Ribeiro. Era esta ainda a cidade que, a partir de então, o líder do grupo passaria a administrar ao mesmo tempo em que desenvolvia estratégias para se manter no controle das instituições políticas do município.

2.2. Entre a tradição e a ascensão: trajetória política e representações em torno das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina

Apesar de estarem devidamente filiados a partidos e sempre concatenados ao contexto político-institucional no qual atuavam, os grupos Ribeiro e Guilherme, como foi apontado ainda na introdução, eram de base familiar. Desta forma – mesmo incluindo aliados os mais diversos, definidos por questões que iam desde interesses conjunturais até a amizade política, e, em alguns casos, até lançando estes aliados como candidatos a prefeito – a trajetória política e o prestígio destes grupos estavam fortemente relacionados às famílias que lhes serviam de base e a partir das quais se estruturavam.

Neste sentido, para além das disputas de cunho político-partidário, que obviamente ocupavam um espaço considerável no que diz respeito às estratégias destes grupos, em Agrestina, as disputas pelo poder eram, também, lutas entre famílias. Este é um aspecto do cenário político do município que se torna bastante evidente a partir dos relatos de diversos atores sociais agrestinenses, tanto daqueles que pertenciam ao grupo Ribeiro como dos que estavam, na época, ligados aos Guilherme.

Nesta perspectiva, quando perguntados acerca dos grupos políticos que disputavam o poder neste período³³, nossos informantes não hesitaram em definir estes grupos a partir das

³³. Um esclarecimento de ordem cronológica: estas afirmativas são válidas para todo o período de que trata este trabalho, ou seja, de 1947 a 1969. Neste sentido, algumas das temáticas abordadas neste estudo serão discutidas a partir de generalizações que, acreditamos, sejam válidas para todo o período em análise, isto se justifica, em algumas delas, pelo tipo de fontes de que dispomos, já neste caso, em específico, a generalização ocorre porque este é um aspecto do cenário político agrestinense – polarização das disputas políticas entre os grupos Ribeiro e Guilherme – que parece não ter se alterado durante todo o tempo que coincide com o recorte desta pesquisa. Por outro lado, embora também neste tópico nossas atenções estejam predominantemente voltas para estes vinte e dois anos de domínio do grupo Ribeiro, estaremos fazendo referências a episódios ocorridos antes ou mesmo depois deste período, tendo em vista que abordaremos a trajetória política de alguns personagens destas famílias.

famílias que formavam seu núcleo, como podemos observar nas seguintes afirmativas: “Era a família dos Guilherme e a família encabeçada por Elias Libânio”³⁴, “em Agrestina, eram os Guilherme e os Ribeiro”³⁵, “Só eram dois grupos, Ribeiro e Guilherme”³⁶.

Mesmo quando a pergunta, devido ao caminhar das conversas, era direcionada para os possíveis adversários do grupo Ribeiro, as respostas não deixam dúvidas acerca do papel proeminente desempenhado por essas famílias no cenário político local: “era o grupo de Abel Guilherme. [...] Eles era que disputavam a política aqui com o partido de seu Elias”³⁷, “O grupo dos Guilherme. Era o grupo de Seu Elias contra os dos Guilherme”³⁸.

Deste modo, ao refletirmos acerca das disputas políticas no município de Agrestina, no período compreendido entre o tempo da experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar, não podemos deixar de considerar questões relativas a estas famílias, já que aspectos como os recursos econômicos de que dispunham e o capital social que acumularam, além da própria trajetória política de seus membros, foram fundamentais para a construção e legitimação do poder dos grupos Ribeiro e Guilherme.

Dito de outra forma, apesar de não se restringirem aos Ribeiro e Guilherme, enquanto famílias, estes grupos políticos mantiveram, durante todo o período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, uma relação de dependência, em diversos aspectos, com as famílias a partir das quais se estruturavam. Sendo assim, as representações acerca dos grupos, por exemplo, estavam diretamente ligadas à trajetória dos membros destas famílias, sobretudo, daqueles que ocuparam um lugar de destaque no cenário político local. Tanto é assim que, embora haja certo consenso quanto à questão das “origens” das famílias Ribeiro e Guilherme, chegou a existir uma disputa entre os partidários dos dois grupos, no campo das representações, acerca da forma como se deu a ascensão econômica, política e, conseqüentemente, social de Elias Libânio, o que será discutido adiante.

Aliás, é justamente a partir desta personagem que abordaremos a trajetória da família Ribeiro. Esta, ao que parece, não era uma família tradicional na região ou mesmo ao nível local, diferentemente dos Guilherme – família abastada e com personagens de considerável prestígio político que remontam final do século XIX e início do século XX – os Ribeiro, provavelmente, são de origem humilde. Talvez justamente por esta razão não tenhamos

³⁴. Joaquim (59 anos).

³⁵. Sandra (63 anos).

³⁶. Sônia (64 anos).

³⁷. Pedro (84 anos).

³⁸. Beatriz (75 anos).

encontrado registros, sejam escritos ou iconográficos, acerca desta família para o período anterior à ascensão política de Elias Libânio³⁹.

Desta forma, são escassas, já que provenientes apenas de fontes orais, as informações acerca da família Ribeiro quando se trata das gerações anteriores à do líder do grupo, mesmo com relação ao período de sua juventude o conhecimento de que dispomos é bastante vago. Por outro lado, no que diz respeito à origem desta família, os depoimentos coletados apontam, quase que unanimemente, para o seu caráter rural, assim como para a posse de poucos recursos econômicos.

Com efeito, filho de agricultores, Elias Libânio Silva Ribeiro nasceu no dia 06 de setembro de 1905, provavelmente em Bebedouro, então distrito do município de Altinho-PE. Primogênito de uma família de dez irmãos, iniciou sua vida profissional em atividades ligadas à agropecuária, dedicando-se, sobretudo, à criação de um pequeno número de animais⁴⁰. Ainda na juventude, segundo relatos, perdeu um olho em um acidente, possivelmente numa queda de cavalo.

No que diz respeito a sua formação escolar, não conseguimos obter muitas informações. Nesta perspectiva, quase nada sabemos sobre as instituições nas quais estudou ou mesmo a respeito do seu grau de instrução. No entanto, podemos supor, com certa segurança, que tivesse ao menos uma formação primária já que ocupou o cargo de tabelião público, função para a qual foi nomeado, ao que tudo indica, ainda na primeira metade da década de 1930.

Paralelamente às tarefas relativas ao cargo de tabelião, Elias Libânio se envolveu em algumas outras atividades no município de Agrestina. Deste modo, criou e esteve à frente, por vários anos, de uma cooperativa agropecuária que fornecia sementes e fazia empréstimos a pequenos agricultores tanto do município de Agrestina como da região. Por outro lado investiu, inicialmente, na compra de pequenas propriedades rurais e, posteriormente, na aquisição de fazendas, chegando a se tornar um dos maiores proprietários e criadores de gado do agreste pernambucano⁴¹.

³⁹. Todas as informações relativas a esta temática foram obtidas por meio de relatos orais, com destaque para o depoimento de uma sobrinha de Elias Libânio que teve uma relação de proximidade tanto com esta personagem como com seus filhos e outros sobrinhos, chegando, inclusive, a ser candidata a vereadora em Agrestina nas eleições municipais de 1988.

⁴⁰. Isto de acordo com o depoimento de correligionários e familiares.

⁴¹. Segundo um ex-administrador de suas propriedades, Elias Libânio chegou a possuir fazendas em alguns municípios do agreste pernambucano como São Caetano, Altinho e São Joaquim do Monte, além de diversas propriedades no município de Agrestina.



Imagem 2: Elias Libânio Silva Ribeiro⁴².

Na imagem acima, podemos visualizar o líder do grupo Ribeiro discursando, possivelmente em um comício ou mesmo em algum evento público da cidade de Agrestina. O próprio fato de ter sido produzida esta fotografia aponta no sentido de que havia, por parte desta personagem, certa preocupação com o registro e a divulgação de suas atividades políticas, embora este seja o único vestígio iconográfico de que dispomos deste tipo de atividade.

Esta imagem nos remete, ainda, aos mandatos que Elias Libânio exerceu no município. Nesta perspectiva, o primeiro cargo representativo para o qual se elegeu, foi o de vereador de sua cidade natal chegando, inclusive, a ser presidente da Câmara, mandato que exerceu entre agosto de 1936 e novembro de 1937 quando acabou sendo, como afirmamos anteriormente, exonerado após o golpe que implantou o Estado Novo.

Elias Libânio exerceu ainda, por duas vezes, o cargo de prefeito do município de Agrestina, tendo governado a cidade entre 1947 e 1951 e de 1955 a 1959. No final deste último mandato renunciou, isto por ter sido eleito deputado estadual nas eleições de 03 de outubro de 1958. Exerceria ainda um segundo mandato de deputado, no entanto, acabou sendo cassado e tendo seus direitos políticos suspensos em outubro de 1966, já no período da

⁴². Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Não temos informações acerca da data em que foi produzida esta fotografia.

Ditadura Militar. Ao longo dos anos 1970 e início da década de 1980 – período que ultrapassa os limites temporais deste trabalho, mas no qual, entretanto, o grupo Ribeiro manteve sua hegemonia – continuou a liderar o grupo articulando alianças e estratégias políticas. Faleceu em 14 de julho de 1985, aos 79 anos de idade.

Mesmo a partir destas poucas informações, é possível perceber que esta foi, sem dúvidas, a personagem que mais contribuiu tanto para a construção do patrimônio como para que a família Ribeiro ocupasse um lugar proeminente no cenário político local. De fato, é sobretudo a partir da atuação de Elias Libânio, embora certamente não apenas dela, que os Ribeiro ascendem econômica e politicamente, o que os levou a adquirir status social no município de Agrestina. No entanto, ainda durante o período de que trata este trabalho, outros membros desta família começaram a ocupar diferentes cargos, sobretudo de cunho representativo, nas instituições políticas da cidade, este foi o caso dos filhos do líder do grupo Benildes de Souza Ribeiro e Benito de Souza Ribeiro.



Imagem 3: Benildes de Souza Ribeiro⁴³.

⁴³. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Também neste caso, não temos informações acerca da data em que foi produzida esta fotografia, embora pareça ser de um período posterior ao recorte temporal deste trabalho.

O primeiro foi eleito vereador em 1951 e – provavelmente por influência de Elias Libânio, já que ele não contava com nenhuma experiência política – chegou a ocupar a presidência da câmara. No entanto, ao que parece, teve dificuldades em conciliar as atividades políticas e acadêmicas, tanto é assim que, ao longo de seu mandato, entre 1951 e 1955, pediu e obteve várias licenças, tendo ainda renunciado no último ano deste período. Com efeito, formado em direito, Benildes Ribeiro acabou optando pela carreira no campo jurídico chegando a tornar-se desembargador, sem deixar, porém, de assessorar o grupo Ribeiro. Desta forma, coube a seu irmão ocupar o lugar de herdeiro político do líder do grupo Ribeiro.

Imagem 4: Benito de Souza Ribeiro⁴⁴.

De fato, Benito Ribeiro, apesar de ter trabalhado como fiscal de renda do Estado, optou pela atuação no campo político, tendo exercido diversos mandatos no município de Agrestina. No período de que trata este trabalho, acumulou três mandatos de vereador tendo sido eleito nos pleitos de 1955, 1959 e 1963. Já neste período se tornou uma das lideranças do grupo Ribeiro no município, chegando a ocupar a presidência da Câmara nas duas últimas legislaturas acima citadas.

⁴⁴. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que se encontra na própria sede da prefeitura municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Apesar de não podermos precisar a data de sua produção, parece ser da década de 1980.

Ainda no período compreendido entre 1947 e 1969 outros membros da família Ribeiro chegaram a atuar no cenário político agrestinense. Um destes, inclusive, talvez também possa ser considerado um legítimo herdeiro político do líder do grupo, sobretudo pela sua atuação nas décadas de 1970 e 1980, estamos nos referindo a Sinval Ribeiro de Melo, sobrinho de Elias Libânio.



Imagem 5: Sinval Ribeiro de Melo⁴⁵.

Sinval Ribeiro trabalhou, inicialmente, com seu tio, Elias Libânio, no cartório da cidade de Agrestina, tendo ocupado ainda o cargo de secretário da prefeitura durante o governo do prefeito Sebastião Grande da Silva (1959-1963) e durante segundo mandato de Olímpio Pontes Belo (1963-1969). Outra figura que pertencia à família Ribeiro e que chegou a ocupar um cargo representativo no município, ainda no período de que trata esta pesquisa, foi Albertina Adelina de Vasconcelos, prima de Elias Libânio. Ela foi eleita vereadora em 1959 e em 1963, segundo relatos, Albertina era tabeliã do cartório de Barra do Jardim, um dos Distritos de Agrestina, tendo nesta área seu reduto eleitoral.

No que se refere a esta personagem, vale ressaltar que ela conseguiu se eleger pela primeira vez no final da década de 1950, período em que a participação feminina no campo da

⁴⁵. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta mesma secretaria. Não temos informações acerca da data em que foi produzida esta imagem, embora ela pareça ser da década de 1970.

política institucional era muito restrita. E mais, ela não se limitou a estas duas eleições, na verdade exerceu seis mandatos de forma ininterrupta entre 1959 e 1988, tendo ainda ocupado em diversas ocasiões a presidência da Câmara.

Por outro lado, a citação dos mandatos de vereadora exercidos por Albertina, que são posteriores a 1969, nos remetem a atuação política destes membros da família Ribeiro a partir da década de 1970, período em que o grupo volta à cena política local após a derrota nas eleições de 1968. Neste sentido, com a perda dos direitos políticos por Elias Libânio, após a cassação do seu mandato de deputado estadual em 1966, foram Benito e Sinval Ribeiro que assumiram os papéis principais, enquanto o líder do grupo passou a atuar nos bastidores.

Com efeito, a partir dos anos 1970, Benito Ribeiro foi eleito duas vezes prefeito, em 1972 e em 1982, enquanto que seu primo, Sinval Ribeiro, foi eleito para o cargo de chefe do executivo municipal em 1978 e em 1988, ou seja, estas personagens se revezaram no controle da Prefeitura de Agrestina por vinte anos, isto sem falar nos mandatos de vereadora exercidos por Albertina e citados anteriormente.



Imagem 6: Vereadora Albertina Adelina de Vasconcelos discursando na década de 1980⁴⁶.

Nesta imagem podemos visualizar a vereadora Albertina Adelina de Vasconcelos (quarta da esquerda para a direita) discursando em um comício, provavelmente no segundo mandato de Benito Ribeiro (primeiro da esquerda para a direita) no início da década de 1980

⁴⁶. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da secretaria de cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta mesma secretaria. Também neste caso não temos como precisar a data de sua produção, no entanto, é provável, pelos personagens nela representados, que seja do início da década de 1980.

o qual, como também temos a possibilidade de observar, se fazia presente. Outra presença que chama a atenção, nesta fotografia, é a do radialista da cidade na época, Dielson Colombo (segundo da esquerda para a direita), isto, no entanto, nos lembra que estes já eram outros tempos que, apesar de termos trazido algumas informações e personagens a eles pertencentes, não fazem parte dos objetivos desse trabalho.

No que se refere aos Guilherme, mesmo nas décadas anteriores à emancipação do município, como insinuamos anteriormente, esta já era uma família abastada e considerada tradicional na região, tendo contado com personagens que exerceram liderança política no agreste pernambucano entre o final do século XIX e o início do século XX. Talvez por isso mesmo, ao contrário do que ocorre em relação a família Ribeiro, existem registros acerca de alguns de seus membros para os períodos acima citados.

Neste sentido, o memorialista caruaruense Nelson Barbalho, por exemplo, cita os Guilherme em algumas de suas obras⁴⁷. No entanto, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, abordaremos a trajetória desta família apenas a partir da atuação de Abel Guilherme de Azevedo Lira, sem nos remetermos às gerações anteriores a sua.



Imagem 7: Abel Guilherme de Azevedo Lira⁴⁸.

⁴⁷. SIQUEIRA, Nelson Barbalho de. **Altinho: de antes da fazenda até a freguesia de Nossa Senhora do Ó**. Recife: FIAM-CEHM/Prefeitura municipal do Altinho, 1988.

⁴⁸. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que

Filho do comerciante e proprietário rural João Guilherme de Azevedo Lira e de Anália de Azevedo Lira, Abel Guilherme nasceu no distrito de Bebedouro na cidade de Altinho-PE em 11 de setembro de 1882, sendo o primogênito de uma família de cinco irmãos. Foi produtor de café e comerciante na sua terra natal – onde possuía uma loja de fazenda (tecido) e chapéu que ficava localizada na área urbana do referido distrito, mais precisamente no sobrado ao qual já havíamos feito menção – estudou na capital pernambucana, tendo atuado, ainda, como professor e adjunto de promotor⁴⁹.

No que diz respeito à sua atuação política, esta remonta à década de 1920 no município de Altinho. Com efeito, Abel Guilherme foi prefeito desta cidade entre 1925 e 1928, sendo justamente no último ano deste mandato que o então distrito de Bebedouro conseguiu a emancipação. Favorável a autonomia desta área, tendo em vista que aquele distrito era o palco privilegiado de sua atuação política, além do fato de que lá estavam localizadas grande parte de suas propriedades e comércio, é provável que Abel Guilherme tenha contribuído ou ao menos facilitado a autonomia de Bebedouro em relação à cidade de Altinho. Neste sentido e apenas em termos de conjectura, é possível que outro prefeito altinense, com menos interesses naquela área, tivesse tentado dificultar a emancipação.

Coincidência ou não, a emancipação política de Bebedouro ocorreu justamente no dia de seu aniversário, ou seja, 11 de setembro. Nesta cidade, Abel Guilherme foi conselheiro municipal entre 1928 e 1930, tendo renunciado, conforme citado no tópico anterior, após as mudanças político-institucionais ocorridas neste ano. Voltaria à cena política local durante o período do Estado Novo, quando foi nomeado prefeito do município, tendo governado de 1937 a 1941. Seria ainda, uma vez mais, nomeado prefeito da cidade, já denominada Agrestina, no período de transição para a ordem democrática, isto entre o fim do governo Vargas e a realização das eleições municipais de outubro de 1947. Seu segundo mandato de prefeito, no entanto, foi curto já que se estendeu apenas de fevereiro de 1946 a janeiro de 1947.

No período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, entre 1947 e 1969, Abel Guilherme permaneceu sendo uma das lideranças e mentores políticos dos Guilherme enquanto o grupo fazia oposição aos Ribeiro, ele faleceu em junho de 1975. Aliás, em termos

se encontra na própria sede da Prefeitura Municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Não temos informações acerca do ano em que foi produzida.

⁴⁹. Tanto estas como as demais informações acerca da família Guilherme foram reunidas a partir das seguintes fontes: relatos orais, sobretudo o de um neto de Abel Guilherme, Anais da Câmara municipal e alguns exemplares do Jornal de Agrestina, (editado por Pedro de Alcântara de Azevedo Lira, filho de Abel Guilherme), além da obra de Nelson Barbalho acima citada.

de liderança, entre os Guilherme, ao que parece, esta não era tão centralizada como no grupo Ribeiro, desta forma, outros, inclusive pessoas que não faziam parte da família, chegaram a ocupar um lugar proeminente no seio do grupo.

Voltando à questão da trajetória política desta família, é mais difícil acompanhar os Guilherme na época da hegemonia do grupo Ribeiro, isto devido à escassez de fontes, já que eles estavam na oposição e as fontes de que dispomos nos permitem abordar, sobretudo, aquelas personagens que ocuparam cargos políticos, seja neste ou em outros períodos. Nesta perspectiva, um dos primeiros membros da família Guilherme a ocupar um cargo representativo no município, além do líder do grupo, foi João Guilherme de Azevedo Lira.

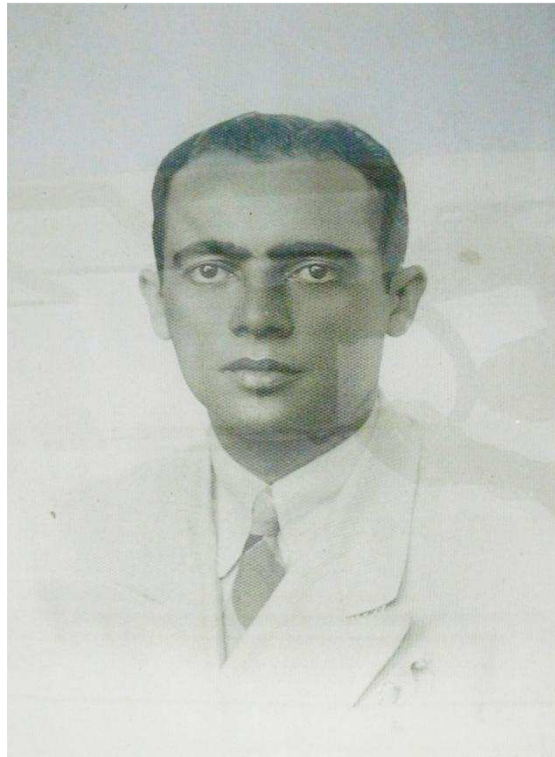


Imagem 8: João Guilherme de Azevedo Lira⁵⁰.

Filho de Abel Guilherme, ele trabalhou inicialmente com o pai e chegou a ser caminhoneiro antes de se estabelecer como comerciante na cidade de Caruaru-PE, onde possuía um armazém de estivas⁵¹. Nomeado prefeito em 1941, provavelmente por intermédio de Abel Guilherme que na época gozava de considerável prestígio junto ao então interventor

⁵⁰. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que se encontra na própria sede da prefeitura municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Não temos informações acerca da data de sua produção.

⁵¹. Estas informações foram obtidas através do relato de um de seus filhos.

federal em Pernambuco Agamenon Magalhães, João Guilherme governou a cidade, como afirmamos em outra oportunidade, entre 1941 e 1945. Foi em seu governo, mais especificamente em 1943, que o nome do município foi alterado, passando a se chamar Agrestina.

Outros membros da família Guilherme que atuaram no cenário político agrestinense, estes durante o período que coincide com o nosso recorte temporal, foram José Guilherme de Azevedo Lira (conhecido popularmente como Zito Guilherme) e Antônio Guilherme de Azevedo Lira, ambos filhos de Abel Guilherme. O primeiro, comerciante que trabalhava com seu irmão em Caruaru, onde este possuía uma loja de eletrodomésticos, foi eleito vereador em Agrestina nas eleições de 1947, tendo sido ainda o candidato a prefeito derrotado por Elias Libânio no pleito de 1955. O segundo, também comerciante, conseguiu se eleger vereador no mesmo pleito em que seu irmão perdeu a disputa relativa ao cargo de prefeito. Ainda neste período, outro filho de Abel Guilherme, Pedro de Alcântara de Azevedo Lira (conhecido popularmente como Dr. Pedro), começou a ocupar um lugar entre as lideranças do grupo.



Imagem 9: Pedro de Alcântara de Azevedo Lira⁵².

⁵². Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que se encontra na própria sede da prefeitura municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Não temos informações acerca da data de sua produção.

Formado em direito e filosofia, Pedro de Alcântara chegou a ser seminarista, embora tenha desistido de se tornar padre. Na capital pernambucana, onde concluiu os estudos, trabalhou no jornal Diário de Pernambuco, de volta a Agrestina passou a lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Católico praticante, frequentava assiduamente a igreja – a ligação desta personagem, assim como de outros membros da família Guilherme com os párocos locais contribuiu, inclusive, para o surgimento de conflitos entre os Ribeiro e esta instituição na cidade – e participava da organização de diversas atividades da mesma. Em 1964, fundou, como uma instituição filantrópica, o Ginásio Industrial Santo Antônio, primeiro colégio em Agrestina a oferecer o antigo curso de admissão (hoje, fundamental II), e que funcionava na antiga residência da família Guilherme, também localizada no centro da cidade.

Fundou e dirigiu ainda, juntamente com Constâncio Maranhão e provavelmente aproveitando a experiência que teve no Diário de Pernambuco, o Jornal de Agrestina, um periódico que circulou no agreste pernambucano⁵³ entre 1957 e 1960, a partir do qual fazia oposição ao grupo então dominante, embora esta não fosse a única razão para a existência deste periódico. No que diz respeito à sua atuação política, foi eleito prefeito do município no pleito de 1968, naquela que foi a primeira vitória do grupo Guilherme em mais de vinte anos de domínio dos Ribeiro, isto já no contexto do Regime Militar no Brasil.

Outros membros da família Guilherme que chegaram a se envolver na política agrestinense, embora não tenham atuado de forma direta, através da ocupação de cargos representativos, foram os irmãos Xisto Albano de Azevedo Guedes e Antônio Geraldo de Azevedo Guedes, ambos sobrinhos de Abel Guilherme. O primeiro, que era engenheiro agrônomo, foi o candidato a prefeito do grupo nas eleições municipais de 1963 sendo, no entanto, derrotado por Olímpio Pontes Belo. Já Antônio Geraldo Guedes, que exerceu cinco mandatos de deputado federal por Pernambuco entre 1958 e 1983, foi um importante aliado político dos Guilherme na oposição ao grupo Ribeiro.

Até aqui temos abordado de forma bastante descritiva as questões acerca das famílias Ribeiro e Guilherme, além da trajetória política de alguns de seus membros. No entanto, estas informações básicas nos permitem discutir e tentar compreender certos aspectos relativos ao campo das representações. Neste sentido, No que diz respeito à questão das “origens” destas famílias, conforme afirmamos anteriormente, parece não haver grandes contradições, sendo assim, por exemplo, tanto os partidários do grupo Ribeiro como os aliados dos Guilherme

⁵³. Circulava nas cidades de Altinho, Bonito, Bezerros, Cachoeirinha, Caruaru, Jurema, Panelas, São Joaquim do Monte, Lagoa dos Gatos, Cupira, São Caetano e Garanhuns.

costumavam pensar estes últimos como uma família abastada, isto é o que podemos perceber no relato de uma aliada histórica do grupo Ribeiro: “os Guilherme toda vida foram gente de posição, gente de dinheiro, gente... assim, que tinha *status* na sociedade, sempre foram ricos”⁵⁴. Por outro lado, um partidário dos Guilherme, além da questão das posses, enfatizou o prestígio político desta família

Aqui em Agrestina existia os Guilherme, os Assunção e os Pinheiro, esse pessoal eram os ricos da região, não era de Agrestina, era da região! Seu Abel era uma pessoa muito rica e, naquele tempo, todo rico tinha privilégio com o governo [...] ⁵⁵.

O mesmo ocorre em relação aos Ribeiro, já que, ao que tudo indica, aliados e adversários consideravam esta uma família de origem humilde, mas que havia se projetado no cenário municipal a partir da ascensão do líder do grupo. No entanto, apesar de haver certo consenso com relação à origem destas famílias e de ninguém questionar o fato de ter ocorrido uma escalada em termos econômicos, políticos e sociais por parte de Elias Libânio, existiam, durante o período de hegemonia do grupo Ribeiro⁵⁶, representações contraditórias acerca da forma como se deu esta ascensão.

Neste sentido, os membros e correligionários do grupo Ribeiro tendiam a enfatizar a dedicação ao trabalho, a inteligência, capacidade de investimento e a visão diferenciada do líder do grupo como determinantes para que esta personagem conseguisse galgar posições na sociedade agrestinense. Assim, quando questionado sobre as origens e a ascensão de Elias Libânio, um de nossos informantes afirmou

Ele era muito inteligente, ele sempre partia na frente com alguma coisa. Ele não era rico, pelo meu conhecimento ele não era rico, ele trabalhava em cartório e montou uma cooperativa agrícola para emprestar dinheiro aos agricultores e trabalhando em cartório foi onde ele conseguiu a grande riqueza dele, foi negociando terra... foi comprando e deixando lá. Comprou não só terra de grandes proprietários, mas também terra de gente pobre, aquelas terrinhas pequenas [...] ele foi uma pessoa inteligente, foi tomando conta de tudo⁵⁷.

Por outro lado, para os partidários dos Guilherme, a escalada de Elias Libânio estaria ligada à generosidade de Abel Guilherme que teria sido o responsável pela sua nomeação para

⁵⁴. Beatriz, (75 anos)

⁵⁵. João, (64 anos)

⁵⁶. Esta é mais uma temática em que nos arriscamos a generalizar.

⁵⁷. Joaquim (59 anos).

o cargo de tabelião público do município de Agrestina, cargo este que, como pudemos perceber no relato acima, costumava ser pensado e apontado como determinante para a ascensão desta personagem. Em consonância com esta linha de raciocínio, um aliado histórico dos Guilherme nos relatou

Seu Elias morava em um sítio, a família dele tinha um terrenozinho e ele morava lá [...] foi quando seu Abel pegou e disse: “ô menino, vem trabalhar comigo aqui no cartório”, ele, muito inteligente, começou a trabalhar no cartório de seu Abel e terminou dono do cartório, foi quando começou a entrar na política⁵⁸.

Por sua vez um correligionário, também histórico, só que do grupo Ribeiro, contou o que seria a versão da própria família acerca da ascensão de Elias Libânio. De acordo com este depoimento, a indicação para o cargo de tabelião público, também aqui vista como determinante, teria ocorrido a partir do estabelecimento de uma relação de amizade com um sujeito que veio a Agrestina apenas para ocupar o referido cargo no recém criado cartório municipal, isto pouco tempo depois da emancipação política da cidade. Acompanhemos sua narrativa:

Veio um cidadão para Agrestina e esse cidadão veio tomar conta do cartório, chegando aqui ele gostava... dizem que ele gostava muito de palestrar, de conversar à boca da noite e seu Elias gostava muito disso também, então seu Elias demonstrou insatisfação com o grupo que tava no poder, se eu não me engano era o grupo dos Guilherme, aí esse camarada disse: “porque o senhor não se candidata? É a maneira, se está insatisfeito, de tirar esse grupo do poder” [...] depois ele disse a seu Elias que não iria mais ficar aqui, seu Elias disse: “está louco? Quem vai comandar o cartório?”, “O senhor”, “não, eu não sei nada”, ele disse: “Não, o senhor tem competência, eu vou lhe ensinar” e assim fez: ensinou, seu Elias aprendeu, fazia inclusive bem feito e continuou, entrou na política... ele colocou seu Elias na política e também no cartório⁵⁹.

Não é difícil imaginar o peso destas representações – daí o esforço no sentido torná-las hegemônicas – no que diz respeito às disputas, entre os Ribeiro e os Guilherme, no cenário político local. Isto tanto no que diz respeito à própria legitimidade destes grupos a longo prazo, quanto em momentos como os das campanhas eleitorais, onde cada candidato procura

⁵⁸. João (64 anos).

⁵⁹. Luiz (55 anos). Este informante conviveu, durante anos, com os filhos de Elias Libânio, Benito de Souza Ribeiro e Benildes de Souza Ribeiro, além de seu sobrinho Sinval Ribeiro Melo. Segundo o entrevistado, foram eles que lhes contaram esta versão acerca da ascensão de Elias Libânio.

desconstruir a imagem pública e, conseqüentemente, minar o prestígio de seus adversários junto aos eleitores.

Desta forma, podemos supor que esta questão da suposta ascensão de Elias Libânio por meio da generosidade do líder do grupo Guilherme fosse usada pelos políticos e correligionários deste grupo contra os Ribeiro, enquanto que estes, provavelmente, também buscavam no passado dos membros do Grupo Guilherme, sobretudo no que diz respeito aos seus mandatos ainda na época do Estado Novo, meios de atingi-los.

3. OS RIBEIRO EM CENA: DISPUTAS POLÍTICAS E MANDATOS DO GRUPO ENTRE 1947 E 1969

O tempo da experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar no município de Agrestina foram marcados pela hegemonia política do grupo Ribeiro, neste período o grupo exerceu cinco mandatos de prefeito e, em todos eles, contando com a maioria absoluta no legislativo municipal. Em tal contexto os Guilherme, enquanto oposição, tentaram, por todos os meios de que dispunham, minar os pontos fortes e desestabilizar os governos do grupo Ribeiro sem, no entanto, alcançar grandes resultados. A situação viria a se alterar apenas no último mandato do grupo neste período, quando os Ribeiro sofreram alguns reveses que culminaram com a derrota nas eleições municipais de 1968.

Grupos de base familiar e voltados prioritariamente para as disputas no âmbito local, embora não se restringissem a elas, tanto os Ribeiro como os Guilherme estavam inseridos num determinado contexto institucional e, deste modo, precisavam desenvolver estratégias de cunho político-partidário, além costurar alianças ou acordos com lideranças estaduais que pudessem lhes favorecer nas relações de força ao nível municipal. Assim, neste capítulo, pretendemos abordar as disputas políticas que tiveram lugar no cenário agrestinense, além de tentarmos acompanhar, em alguns de seus aspectos, os mandatos dos prefeitos pertencentes ao grupo Ribeiro durante o período que coincide com o recorte temporal deste trabalho.

3.1. “É preciso assegurar a continuidade”: o primeiro mandato do líder do grupo Ribeiro (1947-1951)

A vitória do grupo Ribeiro no pleito de 1947 não se restringiu à eleição do chefe do executivo municipal, dos nove vereadores eleitos apenas dois faziam parte da oposição. Desta forma, o primeiro mandato do líder do grupo foi bastante tranquilo em termos de governabilidade, ao menos ao nível local. Tanto é assim que, durante os quatro anos de seu governo, Elias Libânio viu todas as solicitações que fez, todos os projetos que enviou e todas

as suas prestações de contas serem aprovadas, sem dificuldade alguma, na Câmara de Vereadores da cidade de Agrestina⁶⁰.

Remando contra a maré neste contexto, um dos vereadores da oposição, José Guilherme de Azevedo Lira, bem que tentou, dentro das suas possibilidades, dificultar as ações e desestabilizar o governo do grupo Ribeiro. Neste sentido, Primeiro adotou a estratégia de se ausentar das sessões da câmara, talvez até para questionar a própria legitimidade dos Ribeiro no comando das instituições políticas da cidade, depois passou a votar, juntamente com seu único aliado, ambos filiados ao PSD, contra os projetos do prefeito e dos vereadores da situação.

Sendo assim, eles tentaram embargar projetos como o que estabelecia uma gratificação para os vereadores por comparecimento às reuniões da câmara e o que autorizava o prefeito a abrir um crédito para a aquisição de um terreno e construção do matadouro público, em ambos os casos sem sucesso. Mas foi contra as propostas orçamentárias anuais e, sobretudo, contra as prestações de contas do prefeito que mais se debateram estes vereadores sendo, porém, votos vencidos em todos os embates do legislativo municipal.

No entanto, se ao nível local Elias Libânio pôde governar sem dificuldades, o mesmo não ocorreu no âmbito estadual. Nesta perspectiva, vale lembrar que, durante seu primeiro governo, o grupo Ribeiro esteve vinculado à UDN, enquanto que o governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, pertencia ao PSD. A situação não se alterou após a eleição de Agamenon Magalhães no pleito de 03 de outubro de 1950, já que este era, reconhecidamente, um importante líder pessedista no Estado.

Antes mesmo desta eleição, no início de 1950, o prefeito chegara a cobrar publicamente uma atuação mais efetiva do governo estadual no município de Agrestina⁶¹. As dificuldades no relacionamento com os governadores pessedistas, que se faziam de surdos às reivindicações do prefeito de Agrestina, fariam, inclusive, o grupo Ribeiro repensar sua filiação à UDN, o que será abordado adiante.

Contudo, apesar de se encontrar em uma condição desfavorável no que se refere ao governo pernambucano, os Ribeiro contavam com alguns aliados na Assembleia Legislativa do Estado, sendo assim, o líder do grupo teve o apoio de deputados como Cid Sampaio e João Cleofas, ambos da UDN, durante o seu primeiro mandato, o que rendeu, inclusive, a

⁶⁰. Estas e as demais informações acerca do primeiro mandato do líder do grupo Ribeiro foram retiradas do Livro nº 2 dos anais da Câmara Municipal de Agrestina.

⁶¹. Isto em discurso realizado por ocasião da inauguração do matadouro público da cidade e que foi transcrito nos Anais da Câmara Municipal, encontrando-se disponível no Livro nº 2 folhas 53-56.

realização de algumas obras na cidade para instalação de órgãos públicos administrados pelo Estado.

Estes apoios na Assembleia Legislativa Estadual, juntamente com domínio da Câmara Municipal e o auxílio de verbas federais, possibilitaram a Elias Libânio, além de uma administração sem grandes percalços, a realização de obras públicas que, para uma cidade como a Agrestina do final dos anos 1940 e início da década de 1950, podem ser consideradas de vulto.

Seguindo esta linha de raciocínio, um dos grandes marcos do primeiro governo do líder do grupo Ribeiro foi a construção de um matadouro público, inaugurado no dia 02 de fevereiro de 1950, obra esta que, para uma cidade que tinha na pecuária uma de suas principais atividades econômicas, era de vital importância. Neste período, a Prefeitura de Agrestina construiu ainda o mercado público municipal, enquanto que o governo do Estado se encarregou da construção dos prédios onde passaram a funcionar a coletoria, a cadeia e a delegacia de polícia da cidade, além de um grupo escolar estadual, sendo que todas estas obras foram realizadas na área urbana.

No entanto, ocorre que, como apontamos no primeiro capítulo, o município contava nesta época como uma população predominantemente rural, deste modo, o prefeito procurou realizar algumas obras que pudessem beneficiar também o campo. Assim, foram construídas, com o auxílio de verbas federais, algumas escolas primárias na zona rural, enquanto outras acabaram sendo reformadas; foram ainda edificadas cemitérios, isto nas localidades de Barra do Chata e Barra do Jardim; tendo sido feitas, também, pequenas melhorias como a instalação de porteiros em determinados lugares.

Ainda no primeiro governo do líder do grupo Ribeiro, a Sociedade Anônima Refrescos do Recife S/A, fabricante autorizada da Coca-Cola, pediu uma autorização, inclusive com isenção de impostos por um período de cinco anos, para estender suas vendas e entregas à cidade de Agrestina. O argumento utilizado pela suplicante para justificar tal isenção fiscal foi de que isto beneficiaria o consumidor com preços menos onerosos e que, passado o período de isenção, o município aumentaria a arrecadação, já que o produto, provavelmente, estaria sendo consumido em grandes quantidades.

Todavia, nem estes argumentos e nem mesmo o símbolo de modernidade que representava a presença deste “afamado produto” (foi assim que a suplicante o definiu) no município foram suficientes para sensibilizar o prefeito e os vereadores a conceder tal

isenção, o que levou o pedido a ser rejeitado⁶². Por outro lado, esta opção pode ser também um indicativo do quanto, naquele momento, era imprevisível o resultado das disputas políticas e eleições que estavam por vir, já que o grupo Ribeiro não se arriscava a tomar medidas das quais só fossem se beneficiar alguns anos depois, isto, provavelmente, pelo simples fato de que eles não sabiam se, num futuro próximo, estariam governando a cidade.

Aliás, graças ao esforço de Elias Libânio e demais membros do grupo Ribeiro no sentido de divulgar as benfeitorias trazidas para o município de Agrestina durante seu primeiro mandato, o que é bastante compreensível já que naquele momento parecia improvável que o grupo viesse a conquistar seguidas vitórias nas eleições subsequentes, temos o registro até de ações corriqueiras na administração da cidade e de pequenas aquisições feitas pela prefeitura. Porém, apesar de terem à primeira vista pouca importância, o registro destas pequenas benfeitorias podem nos ajudar a conhecer um pouco melhor as questões administrativas com as quais se deparava o prefeito.

Neste sentido, em discurso proferido por ocasião da inauguração do matadouro, o líder do grupo Ribeiro coloca entre as realizações de seu governo a instalação de grades de ferro no açougue municipal; a realização de reparos gerais no motor da rede elétrica; a aquisição de um cata-vento, para buscar água para os banheiros públicos e para a própria usina elétrica (vale lembrar que Agrestina não possuía água encanada); a aquisição de duas carroças de boi para a limpeza da cidade e para o transporte de carnes do matadouro; além da distribuição de sementes aos agricultores pobres. Esta lista das melhorias realizadas entre 1947 e 1950, além das obras as quais já fizemos referência, podem nos proporcionar uma dimensão, ainda que limitada, do que significava administrar uma cidade como Agrestina nesta época.

Por outro lado, neste mesmo discurso, o prefeito expôs alguns de seus projetos para um futuro próximo, como a construção de uma praça e o calçamento do centro urbano da cidade, o que evidencia a preocupação, claramente presente durante todo o seu mandato, de realizar o máximo de obras que os recursos de que dispunha a Prefeitura Municipal lhes permitissem. Isto, provavelmente, se devia ao intuito de preparar o terreno para as eleições que se aproximavam e, assim, garantir a continuidade do grupo Ribeiro no controle das instituições políticas locais.

Às vésperas de completar os quatro anos de governo para os quais fora eleito em 1947, Elias Libânio se articulava, junto aos demais membros do grupo Ribeiro, para enfrentar as eleições municipais de 1951. Nesta perspectiva, Uma primeira aresta a ser aparada era a

⁶². Estas informações podem ser observadas no livro nº2, folhas 40, 41 e 42, dos Anais da Câmara Municipal.

questão das alianças ao nível estadual, de fato, como afirmamos em parágrafo anterior, Elias Libânio não contou com auxílio dos governadores de Pernambuco no seu primeiro mandato, isto por estar filiado a um partido que fazia parte da oposição, a UDN. A saída encontrada pelo grupo Ribeiro para equacionar tal problema não poderia ser mais pragmática, já que optaram, inicialmente, por se aproximar de lideranças pessedistas e, posteriormente, pela mudança de partido. Desta forma, os membros do grupo que lançaram candidatura no pleito de 1951 o fizeram pelo PSD, numa inversão relativamente surpreendente.

Esta mudança partidária, por sua vez, começou a ser costurada a partir de um episódio ainda mais inesperado, que foi o estabelecimento de um acordo político entre os Ribeiro e os Guilherme, no âmbito municipal, para o lançamento de uma candidatura única. Com efeito, nos últimos meses do mandato de Elias Libânio teve início um processo de aproximação entre os dois grupos que, até então, disputavam o controle das instituições políticas locais, processo este que culminaria com a composição de uma chapa de consenso, sendo que esta tinha por finalidade, em grande medida, apenas cumprir as formalidades eleitorais no pleito que se avizinhava, já que os nomes que ocupariam os cargos de prefeito e de sub-prefeito (a palavra vice ainda não era utilizada) do município haviam sido definidos previamente.

De acordo com a aliança estabelecida pelos Ribeiro e os Guilherme, os primeiros indicariam o prefeito, enquanto que os segundos seriam responsáveis pela indicação do sub-prefeito, sendo que todos os candidatos, do prefeito aos vereadores, estiveram vinculados, nestas eleições, ao PSD. A opção pelo partido dos Guilherme, apesar dos Ribeiro, naquele momento, ter o controle das instituições políticas locais, ocorreu, provavelmente, pelo fato deste partido ocupar uma posição dominante no estado de Pernambuco, seguindo esta linha de raciocínio, vale ressaltar que o próprio governador do estado naquele momento, Agamenon Magalhães, pertencia ao PSD.

Neste contexto, os Guilherme indicaram para ocupar o cargo de sub-prefeito o pecuarista agrestinense Heretiano Cordeiro Couto, que, apesar de não ser um membro da família, era um aliado histórico do grupo. Por outro lado, os Ribeiro, que pela sua posição dominante exigiram o direito de indicar o prefeito, precisaram considerar a questão da sucessão, já que, naquele momento, não existia a reeleição e eles precisaram preparar o sucessor de Elias Libânio. Este acabou, também, não sendo um membro da família, isto porque os filhos do líder do grupo não contavam com nenhuma experiência política nesta época, enquanto que seus irmãos, ao que parece, não chegaram a atuar neste campo. Desta forma, o escolhido para a tarefa de substituir Elias Libânio foi Olímpio Pontes Belo.

A justificativa dada por políticos dos dois grupos para este inesperado acordo, foi que, durante seu primeiro mandato, o líder do grupo Ribeiro conseguiu pacificar, em termos políticos, a cidade de Agrestina. Neste sentido, é possível acompanhar a forma como membros de ambos os grupos se posicionaram a cerca deste acordo, isto através de telegramas que os mesmos enviaram ao governo do Estado que, por sua vez parece ter participado da costura deste acordo, os referidos telegramas foram publicados no Diário Oficial de Pernambuco. Assim, em mensagem do dia 21 de abril de 1951, portanto faltando pouco mais de dois meses para as eleições municipais de 01 de julho daquele ano, Olímpio Pontes se dirigiu nos seguintes termos ao governador:

Ao regressarmos ontem Recife fomos recebidos nesta cidade grandes manifestações populares e num entusiasmo incomum povo aplaudia prefeito Elias Libânio e atitude V. Excia. Que num gesto elevado espírito público pacificou família agrestinense viu minha candidatura prefeito recebendo inúmeras adesões elementos filiados antigo PSD local. Estamos concretizando reorganização do partido e somente próxima semana daremos resultado definitivo. Tudo indica minha candidatura será sufragada sem competidor. Abraços. a) Olímpio Pontes⁶³.

Por outro lado um membro do grupo Guilherme, em telegrama do dia 24 de abril de 1951, ao informar e justificar sua adesão ao acordo político com os Ribeiro, se dirigiu ao governador de Pernambuco da seguinte maneira:

Resolvi aceitar pacificação política acertada vossência e prefeito Elias Libânio em torno do nome Olímpio Pontes. Aplaudi brilhante atitude vossência e prefeito concretizando almejada tranquilidade nossa terra. Saudações. a) Herculano Couto membro antigo PSD⁶⁴.

Apesar de não termos elementos suficientes para abordarmos, além da referida pacificação política da cidade, os fatores que motivaram a aproximação entre os Guilherme e os Ribeiro, podemos tirar, deste acordo ao menos duas conclusões, por um lado, o acordo demonstra o quão pragmáticos eram os dois grupos no que se refere às suas opções políticas e, por outro, o próprio termo pacificação, utilizado por seus membros sugere uma profunda rivalidade entre eles, rivalidade esta que, inclusive, faria com que a trégua acertada entre estes grupos políticos tivesse vida curta. Com efeito, antes mesmo do término do governo de Olímpio Pontes os Ribeiro e os Guilherme já estavam a se engalfinhar pelo controle das instituições políticas locais.

⁶³. Diário Oficial de Pernambuco, dia 21 de abril de 1951.

⁶⁴. Diário Oficial de Pernambuco, dia 24 de abril de 1951.

3.2. Finda o mandato, mas continua em cena o líder do grupo: o primeiro governo de Olímpio Pontes (1951- 1955)

Aliado político e amigo pessoal de Elias Libânio, Olímpio Pontes atuava no ramo de laticínios, além de ter sido proprietário da Indústria de Laticínios Estrela, uma pequena fábrica de queijo localizada na própria cidade de Agrestina, chegou a atuar também com fornecedor de leite à CILPE, isto no início dos anos 1960. Ao que tudo indica, entrou na política apenas e exclusivamente a partir de um pedido do líder do grupo Ribeiro⁶⁵. Sem experiência política, mas com a orientação e o apoio de Elias Libânio – é provável que o líder do grupo tenha articulado e conduzido o acordo em torno do seu nome como candidato único no pleito de 1951 – Olímpio Pontes foi eleito prefeito de Agrestina, tendo tomado posse no dia 15 de novembro daquele ano.

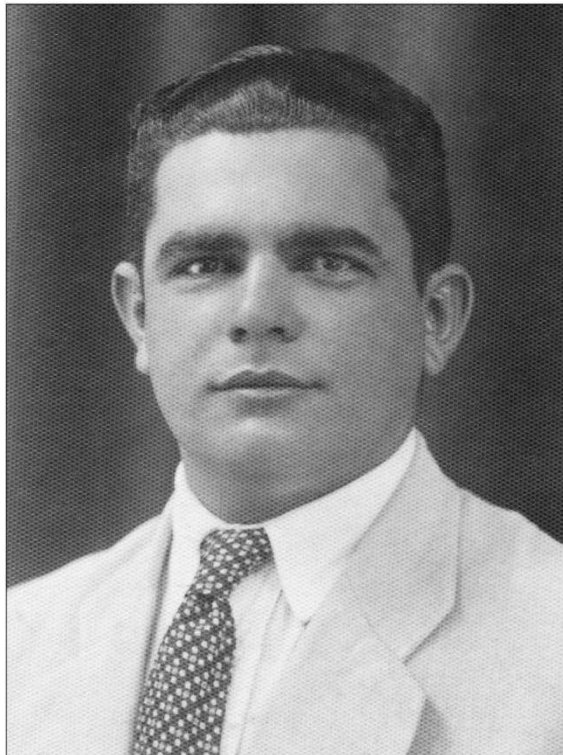


Imagem 10: Olímpio Pontes Belo⁶⁶.

⁶⁵. Estas informações foram obtidas através do depoimento da Sr^a Ana Maria, esposa de Olímpio Pontes Belo.

⁶⁶. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que se encontra na própria sede da prefeitura municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Não temos informações acerca da data de sua produção.

O acordo feito entre os Ribeiro e os Guilherme em torno dos nomes de Olímpio Pontes e Heretiano Couto que foram eleitos, respectivamente, para os cargos de Prefeito e sub-prefeito não significou, no entanto, que ambos os grupo passassem a governar de forma conjunta o município, pelo contrário, o que se viu neste mandato foi uma extensão do domínio do grupo Ribeiro na cidade.

De fato, além de contarem com o prefeito, os Ribeiro tinham, naquele momento, todos os vereadores que compunham o legislativo municipal do seu lado, sendo que um dos vereadores a tomar posse foi Benildes de Souza Ribeiro, filho de Elias Libânio, Benildes Ribeiro, aliás, provavelmente por influência do líder do grupo, foi eleito também presidente da Câmara Municipal. Neste contexto, o sub-prefeito acabou ficando rapidamente isolado⁶⁷, enquanto que o líder do grupo Ribeiro assumiu de vez o controle do município, o que acabou por interromper a trégua que havia sido estabelecida entre os dois grupos.

Sendo assim, no que diz respeito ao mandato de Olímpio Pontes, um dos aspectos que mais chama a atenção é a ostensiva influência de Elias Libânio nos rumos políticos e administrativos da cidade. Sem embargo, após o término do seu mandato e a eleição de um aliado para sucedê-lo, o líder do grupo Ribeiro não se limitou, como era de se esperar, aos bastidores da cena política, deste modo, o que se viu foi uma atuação quase que direta do ex-prefeito.

Nesta perspectiva, ele esteve presente em diversas reuniões da Câmara Municipal orientando e articulando as medidas a serem tomadas tanto no âmbito das alianças políticas como no que se refere a questões administrativas. Assim, apenas a título de exemplo, foi Elias Libânio que apresentou, em reunião da Câmara de Vereadores no dia 10 de maio de 1952, ofertas de firmas comerciais do Recife para o serviço de instalação dos novos equipamentos da rede elétrica municipal⁶⁸.

A partir de episódios como este, podemos supor, com uma boa margem de probabilidade, que o ex-prefeito esteve presente nas tomadas de decisões mais importantes deste período. Por outro lado, alguns dos projetos realizados durante o primeiro mandato de Olímpio Pontes foram pensados no governo anterior, o que amplia a sensação de continuidade que marca estes dois mandatos. Exemplo disto é o projeto que culminou com a construção de

⁶⁷. Nos documentos a partir dos quais abordamos este mandato, especialmente nos Anais da Câmara Municipal, Heretiano Couto foi citado apenas uma vez, sendo que esta foi justamente na ata de posse do dia 15 de novembro de 1951, no restante do mandato ele chama a atenção apenas por sua ausência que contrasta com a ostensiva presença de Elias Libânio, sendo que este não ocupava, oficialmente, nenhum cargo no município.

⁶⁸. Estas informações podem ser observadas no Livro n° 3, folha 11, dos Anais da Câmara municipal.

uma praça pública e que havia sido articulado por Elias Libânio no final de seu primeiro mandato.



Imagens 11 e 12: Praça pública no centro de Agrestina na década de 1950⁶⁹.

Com efeito, foi no primeiro governo de Olímpio Pontes que saiu do papel um antigo desejo de Elias Libânio: a construção de uma praça na área central da cidade, praça esta que pode ser visualizada nas imagens acima. Também nestas imagens, mais especificamente na primeira, temos a possibilidade de visualizar a nova rede elétrica do município que, por uma iniciativa do líder do grupo Ribeiro, apoiada com entusiasmo pelo prefeito e pelos vereadores, foi instalada também neste mandato.

Ainda com relação à continuidade que marca os governos de Elias Libânio e Olímpio Pontes, até mesmo pequenas pendências deixadas pelo primeiro foram concluídas em consonância com o que havia sido planejado anteriormente. Desta forma, uma das primeiras resoluções do novo prefeito, aprovada pelo legislativo, foi a doação dos dois terrenos, ao Estado de Pernambuco, onde já haviam sido construídos os prédios da coletoria e da delegacia de polícia da cidade. Neste sentido, vale lembrar que, naquele momento, o grupo Ribeiro era

⁶⁹. Estas imagens pertencem ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e foram cedidas por esta secretaria. Também neste caso, não temos informações precisas acerca da data de sua produção. Nos arriscamos, entretanto, a supor que a primeira é do final da década de 1950, isto a partir da data de construção da praça e da comparação com outras fotografias deste espaço, enquanto que a segunda parece ser mais recente, talvez até seja da década de 1960. O que justifica a utilização destas fotografias num espaço que trata do quadriênio 1951-1955 é que elas são, sem sombra de dúvidas, imagens da praça pública que foi construída neste período e isto antes que tivesse passado por qualquer reforma.

aliado do governador Etelvino Lins, tendo em vista que tanto este como aquele grupo pertenciam ao PSD.

Por outro lado, ainda nos primeiros meses deste mandato, a Câmara de Vereadores solicitou e obteve, do secretário de educação e cultura do Estado de Pernambuco, autorização para colocar no grupo escolar estadual, recentemente construído na cidade, a denominação de José Constantino, isto sob o argumento de que, assim, se poderia prestar homenagem àquele “mestre-escola” que tanto fez pelo município⁷⁰. No entanto, é possível que esta medida também tenha se efetivado por influência de Elias Libânio já que, segundo relatos⁷¹, José Constantino chegou a ser professor do ex-prefeito.

Além de ter resolvido pendências e de ter dado continuidade a alguns projetos do seu antecessor, Olímpio Pontes realizou, durante seu primeiro mandato, algumas pequenas obras na cidade, como a construção do meio fio das ruas 04 de Outubro e Marechal Deodoro, tendo iniciado ainda, após a aquisição do terreno necessário para tal empreendimento, uma obra de grande envergadura que foi a construção do hospital da cidade.

Em termos de governabilidade, Olímpio Pontes teve ainda mais tranquilidade do que havia encontrado Elias Libânio no mandato anterior. Nesta perspectiva, vale lembrar que, naquele momento, o grupo Ribeiro governava em parceria com o governo do Estado e sem oposição alguma no legislativo municipal. Deste modo, até medidas que, em outras condições, poderiam ter uma aprovação bastante complicada, devido aos interesses políticos que as perpassavam, foram aprovadas de forma rápida e por unanimidade. Este foi o caso da criação dos distritos administrativos de Barra do Chata e Barra do Jardim, que também ocorreu durante este governo, mais especificamente em 1953.

Aliás, durante os quatro anos do governo de Olímpio Pontes, pouca atenção foi dada às localidades da zona rural. Tanto foi assim que o único projeto que chegou a sair do papel direcionado para esta área foi a construção de um prédio para o comissariado em Barra do Chata, o que provavelmente estava ligado ao fato daquela localidade ter sido elevada à condição de distrito do município de Agrestina.

No mais, o prefeito se limitou à rotina administrativa da cidade e isto sem ter que se preocupar com questões que poderiam ser demasiadamente desgastantes, caso houvesse oposição no legislativo, como as propostas orçamentárias e as prestações de contas anuais. Sendo assim, é possível que o grupo Ribeiro tenha se articulado com bastante antecedência e

⁷⁰. Estas informações se encontram no livro nº 3, folhas 4 e 5, dos Anais da Câmara Municipal.

⁷¹. Nesta perspectiva, o Sr. Luiz (55 anos) afirmou, segundo ele a partir de relatos dos próprios filhos do líder do grupo Ribeiro, que “seu Elias estudou com o professor José Constantino, ele foi um dos primeiros professores de Agrestina e seu Elias foi aluno dele.”

tranquilidade para o processo eleitoral que se avizinhava, já que o acordo e a pequena trégua que haviam sido estabelecidas com os Guilherme ficara para trás.

Neste sentido, diferentemente do que aconteceu nas eleições municipais de 1951, para o pleito de 1955 o grupo Ribeiro não teve dificuldades em definir o candidato a prefeito, aliás, é provável que já estivesse acordado, no seio do grupo, antes mesmo do início do mandato de Olímpio Pontes que Elias Libânio seria o seu sucessor. No entanto, se o candidato a prefeito estava definido o mesmo não ocorreu com relação às questões de cunho político-partidário e, com o fim da aliança com os Guilherme, o grupo acabou optando por voltar à UDN, sendo que os políticos do grupo estiveram vinculados, nestas eleições, à coligação UDN-PR.

E a volta à UDN veio acompanhada de uma contundente vitória nas eleições municipais de 03 de outubro de 1955. Com efeito, Elias Libânio conseguiu uma diferença de 882 votos sobre seu adversário, o ex-vereador José Guilherme de Azevedo Lira⁷², isto num total de 1910 votos apurados, por outro lado, sete dos nove vereadores eleitos pertenciam ao grupo Ribeiro⁷³, entre estes se elegera, mais uma vez, um filho do líder do grupo, porém, desta vez tratava-se de Benito de Souza Ribeiro.

Vale ressaltar ainda que, a esta altura, o grupo Guilherme também já havia mudado de partido, tendo em vista que os dois vereadores que pertenciam a este grupo, entre eles Antônio Guilherme de Azevedo Lira, foram eleitos pelo PL, o que reforça a nossa tese de que tanto o grupo Ribeiro como o grupo Guilherme orientavam suas opções político-partidárias de forma pragmática, conforme se apresentava a conjuntura em cada eleição.

3.3. Chega o momento de atuar em outros cenários: o segundo mandato de Elias Libânio (1955-1959)

O segundo governo de Elias Libânio, terceiro mandato seguido do grupo Ribeiro, foi marcado, por um lado, pela eleição do prefeito para o cargo de deputado estadual, fato que o impossibilitou de concluir seu mandato, o qual acabou sendo assumido pelo então presidente da câmara, Sotero Alves da Silva, e, por outro lado, por uma atuação mais enérgica da oposição, talvez até motivados pela forma como os Ribeiro agiram no período em que vigorou

⁷². Um de nossos entrevistados, o Sr. Francisco (78 anos), aliado histórico do grupo Guilherme, afirmou em seu depoimento que “Zito Guilherme” foi o adversário de Elias Libânio em 1955.

⁷³. Estes números foram registrados nos Anais da Câmara Municipal, encontrando-se no Livro 3, folha 55.

o acordo entre eles, o que acabou acirrando as disputas políticas entre os Ribeiro e os Guilherme no município de Agrestina. Disputas estas que acabaram, inclusive, alcançando as instâncias políticas estaduais, já que ambos os grupos se mobilizaram para acionar seus respectivos aliados na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

No que se refere à questão da oposição, já em uma das primeiras reuniões da Câmara Municipal após a posse de Elias Libânio, isto em 10 de fevereiro de 1956, o vereador Antônio Guilherme de Azevedo Lira solicitou a abertura de um inquérito a fim de apurar irregularidades contra o agente arrecadador do município, o que foi prontamente rejeitado⁷⁴ pelos vereadores da situação que, naquele momento, formavam a maioria absoluta do legislativo.

Nesta perspectiva, apesar de ter endereçado a acusação ao funcionário responsável pela arrecadação dos impostos municipais, talvez para facilitar a sua aprovação, é possível que o alvo daquele vereador fosse o próprio prefeito. Tanto foi assim que, em reunião do dia 10 de maio de 1956, Benito Ribeiro discursou defendendo Elias Libânio das críticas e, segundo ele, calúnias que sofrera o prefeito de seus inimigos políticos e pessoais⁷⁵.

Porém, se não tinham grandes possibilidades de se contrapor aos Ribeiro no âmbito das instituições políticas locais, já que contavam com apenas dois vereadores, os Guilherme procuraram, através de outros meios como alianças com deputados estaduais e até mesmo denúncias em meios de comunicação da capital pernambucana, minar os pontos fortes e desgastar o grupo Ribeiro.

Deste modo, chegou a ser proposta na Assembleia Legislativa Estadual em 1956, pelo deputado do PL Constantino Maranhão, uma emenda à lei de organização judiciária do Estado, criando o Segundo Cartório Judicial na cidade de Agrestina. Ora, o cartório controlado por Elias Libânio costumava ser pensado como um dos pontos de sustentação do domínio político dos Ribeiro na cidade, daí a investida dos Guilherme no estabelecimento do Segundo Cartório que provavelmente ficaria sob seu controle. No entanto, esta tentativa foi veementemente combatida pelos membros do grupo Ribeiro, que enviaram telegramas aos seus aliados solicitando que votassem contra tal emenda⁷⁶ e ela acabou não saindo do papel, ao menos naquele momento.

Por outro lado, foram feitas acusações contra a administração de Elias Libânio em jornais do Recife. Neste sentido, o próprio prefeito, em reunião da Câmara de Vereadores no

⁷⁴. Estas informações encontram-se no livro nº 3, folha 59, dos Anais da Câmara municipal.

⁷⁵. Livro nº 3, folhas 64-65, dos Anais da Câmara municipal.

⁷⁶. Estas informações podem ser verificadas no Livro nº 3, folha 61, dos Anais da Câmara Municipal.

dia 10 de fevereiro de 1958, rebateu denúncias do PTB que foram publicadas no jornal Hora do Povo e que ele classificou como levianas⁷⁷. Já em reunião do dia 19 de maio de 1958, vereadores do grupo Ribeiro protestaram contra a entrevista do advogado Alfredo Vieira, delegado do PL, que foi publicada no Jornal do Comércio, também este da cidade de Recife, alegando ser a mesma insultante e caluniosa⁷⁸.

Apesar de estar mais uma vez vinculado à UDN enquanto o governador do estado, Cordeiro de Farias, pertencia ao PSD, há indícios⁷⁹ de que o grupo Ribeiro mantinha um bom relacionamento tanto com o chefe do executivo estadual quanto com deputados deste partido, fato este que, aliado ao domínio do legislativo municipal, foi suficiente para neutralizar a maior pressão exercida pelo grupo Guilherme. Desta forma, também em seu segundo mandato, Elias Libânio governou sem maiores dificuldades.

Aliás, em termos de administração, ao contrário do que aconteceu em seu primeiro mandato, a infra-estrutura do município recebeu pouca atenção do prefeito. Sendo assim, apenas o calçamento do centro da cidade e de duas ruas próximas a este espaço, a Rua 04 de Outubro e a Marechal Deodoro, foram feitos; além de algumas estradas de rodagem em localidades da zona rural, como a que ligava Pé-de-Serra dos Mendes à estrada Agrestina-Caruaru.

Por outro lado, questões relativas a déficits orçamentários e até de ordem climáticas tornaram-se alvo da preocupação do prefeito. Desta forma, ainda em 1956, o chefe do executivo propôs o aumento dos impostos existentes e a criação de outros tributos, o que foi prontamente aceito pela Câmara Municipal. Enquanto que em 1958 foi preciso enfrentar o problema da estiagem que atingia o município, ocasião em que a prefeitura procurou abastecer com água potável a população urbana e rural.

No entanto, se a preocupação com a realização de obras públicas não foi a mesma, o esforço no sentido de divulgar os benefícios realizados pela prefeitura em sua administração não esmoreceu. Nesta perspectiva, Elias Libânio relatou em algumas reuniões da Câmara não só as realizações de seu governo, mas, também, as questões que a prefeitura pretendia, segundo ele, enfrentar num futuro próximo como os problemas da água encanada e da energia da CHESF, questões estas, no entanto, que acabaram não saindo do papel.

⁷⁷. Informações registradas no Livro nº 4, folha 7, dos Anais da Câmara Municipal.

⁷⁸. Informações registradas no Livro nº 4, folha 22, dos Anais da Câmara Municipal.

⁷⁹. Em registros que podem ser observados nos Livros nº 3 e 4 dos Anais da Câmara Municipal, vamos encontrar vereadores do grupo Ribeiro enviando telegramas de congratulação e fazendo pedidos, os mais diversos, ao próprio Cordeiro de Farias e a outros membros do PSD, o que nos leva a supor que a passagem dos Ribeiro por este partido possibilitou ao grupo o trânsito e o estabelecimento de alianças com lideranças do PSD.

Neste sentido, vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que governava a cidade, Elias Libânio articulava sua candidatura a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado. Este episódio nos leva pensar que, após três mandatos consecutivos ao nível municipal, o grupo Ribeiro se sentia suficientemente preparado para ultrapassar os limites do cenário político agrestinense, passando a atuar também no âmbito estadual.

Por outro lado, se o líder do grupo Ribeiro lançou sua campanha a deputado em Pernambuco, os Guilherme apoiaram, nas eleições de 1958, a candidatura de um membro da família – Antônio Geraldo Guedes, sobrinho de Abel Guilherme – ao cargo de deputado federal. Nesta perspectiva, é importante lembrar que exatamente nesta época circulava em algumas cidades do agreste pernambucano o Jornal de Agrestina, sendo um de seus proprietários e editores Pedro de Alcântara, filho de Abel Guilherme e uma das lideranças do grupo. Desta forma, este periódico foi utilizado para fazer a propaganda da candidatura de Antônio Geraldo Guedes, como podemos observar no artigo intitulado **À vitória!**

Enfim estamos chegando ao término desta campanha. Sempre estivemos, através do Jornal de Agrestina, presentes a ela. Cada nova oportunidade que surgia era por nós aproveitada para a orientação e esclarecimento do eleitorado de nossa terra. Resta-nos, agora, mais uma vez lembrar a todos que cõnsia e dignamente devem escolher seus candidatos e neles votar livremente no próximo dia 03 de outubro. [...] para a Câmara Federal indicamos o nome por todos os títulos digno, do Dr. Antônio Geraldo Guedes⁸⁰.

Ocorre que, nestas eleições, tanto os Ribeiro como os Guilherme alcançaram seus objetivos, já que ambos os candidatos foram eleitos, porém, parece claro que as vitórias destas personagens tinham um peso e significado diferente para seus respectivos grupos. Isto porque, por mais que Antônio Geraldo Guedes fosse um importante aliado dos Guilherme, para os Ribeiro tratava da eleição do líder do grupo, o que certamente teria ressonância direta no cenário político local e, seguindo esta linha de raciocínio, uma das primeiras mudanças trazidas pelo êxito nesta nova empreitada foi a redução do tempo em que Elias Libânio esteve à frente do executivo municipal.

Com efeito, em 03 de março de 1959, portanto oito meses antes do fim de seu mandato, o líder do grupo Ribeiro renunciou ao cargo de prefeito do município de Agrestina, tendo em vista que assumiria o lugar, para o qual fora eleito, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Em consequência desta renúncia, o mais comum seria o vice-prefeito assumir a administração da municipalidade, porém, naquele momento a cidade de Agrestina

⁸⁰. Jornal de Agrestina, 24 de setembro de 1958.

não possuía este cargo, desta forma, quem assumiu a chefia do executivo foi o então presidente da Câmara de Vereadores, Sotero Alves da Silva.



Imagem 13: Sotero Alves da Silva⁸¹.

Proprietário rural e pecuarista, Sotero Alves era um aliado histórico do grupo Ribeiro. No momento em que assumiu a Prefeitura estava em seu segundo mandato de vereador, no entanto, é provável que o fato de ter ocupado o lugar do ex-prefeito tenha sido fruto de um acordo político, tendo em vista que quem ocupou a presidência da Câmara entre 1955 e 1958 foi o vereador que viria ser o candidato a prefeito de Elias Libânio nas eleições que estavam por vir, enquanto que Sotero Alves foi eleito presidente apenas em fevereiro de 1959, portanto um mês antes de assumir o cargo de prefeito e, possivelmente, para que pudesse fazê-lo.

Nos meses em que esteve à frente do executivo municipal, Sotero Alves se limitou à rotina administrativa da cidade, fazendo, por exemplo, solicitações para a abertura de pequenos créditos especiais, geralmente para cobrir despesas corriqueiras. Enquanto isso, se aproximava o pleito de 2 de agosto de 1959, momento em que o grupo Ribeiro apresentaria um novo candidato a prefeito, sendo que isto já havia sido previamente definido. De fato, em

⁸¹. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que se encontra na própria sede da prefeitura municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Não temos informações acerca da data de sua produção.

seu discurso de despedida⁸², na Câmara de Vereadores, Elias Libânio anunciou o candidato a prefeito do grupo para as eleições municipais que se avizinhavam, tratava-se de Sebastião Grande da Silva.

3.4. Quando tudo conspira a favor: O governo de Sebastião Grande (1959-1963)

Antigo aliado do grupo Ribeiro, o fazendeiro Sebastião Grande – que teve em sua chapa, como candidato a vice, o ex-prefeito Olímpio Pontes – contava com razoável experiência política, tendo em vista que já havia sido eleito vereador em duas oportunidades: a primeira delas em 1951 e a segunda em 1955 chegando, inclusive, a ocupar a presidência da Câmara entre 1955 e 1958, desta forma, acabou sendo o escolhido pelo líder do grupo para sucedê-lo.



Imagem 14: Sebastião Grande da Silva⁸³.

⁸². Que encontra-se registrado no Livro nº4, folha 56, dos Anais da Câmara Municipal.

⁸³. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Esta imagem fazia parte da galeria de retratos dos prefeitos da cidade que

Com o candidato a prefeito definido, a questão partidária também foi rapidamente equacionada. Isto porque, pela primeira vez desde que assumiu o controle das instituições políticas locais em 1947, o grupo Ribeiro não optou por uma mudança de partido antes de enfrentar o processo eleitoral. Sendo assim, apesar de Elias Libânio ter sido eleito deputado estadual pelo PST⁸⁴, os políticos do grupo Ribeiro que concorreram nas eleições municipais de 1959 em Agrestina o fizeram pela UDN. Ainda no que se refere à opção dos Ribeiro em continuar neste partido, vale lembrar que o governador de Pernambuco, naquele momento, era Cid Sampaio, membro da UDN e um dos principais aliados do grupo Ribeiro no âmbito estadual.

O próprio líder do grupo, ao que tudo indica, continuava bastante ligado tanto à UDN como a políticos deste partido. Tanto é assim que, na cerimônia de posse em 15 de novembro de 1959, o então deputado estadual tomou a palavra e, após congratular-se com o prefeito, o vice e os vereadores eleitos, passou a incentivá-los a telegrafarem, hipotecando irrestrita solidariedade, ao governador e ao deputado João Cleofas. Este último era presidente da UDN pernambucana e um antigo aliado político de Elias Libânio, com o qual ele mantinha contato desde o seu primeiro mandato de prefeito⁸⁵.

Importante destacar ainda que a vitória do grupo Ribeiro nestas eleições havia sido completa, já que a oposição, desta vez, não conseguiu eleger nenhum vereador, enquanto que a família Ribeiro passava a contar com dois membros na Câmara da cidade já que, por um lado, Benito de Souza Ribeiro foi reeleito e, por outro, Albertina Adelina de Vasconcelos, prima de Elias Libânio, se elegeu pela primeira vez.

Esta conjuntura, domínio completo do legislativo municipal e aliança com o governo do Estado, possibilitou ao prefeito Sebastião Grande enfrentar uma das maiores carências do município em termos de infra-estrutura, a questão da energia elétrica. Questão esta que, apesar de ter sido considerada no governo anterior, tendo inclusive se tornado uma promessa de Elias Libânio para um futuro próximo, ainda não havia sido equacionada.

Nesta perspectiva, em reunião da Câmara de Vereadores, no dia 10 de outubro de 1961, foi aprovado um projeto-lei que havia sido encaminhado pelo prefeito e que o autorizava a assinar convênios, contratos ou qualquer outro documento em nome do

se encontra na própria sede da prefeitura municipal, tendo sido digitalizada pela secretaria acima citada. Não temos informações acerca da data de sua produção.

⁸⁴. Tanto nos Anais da Câmara municipal como no Diário Oficial do estado de Pernambuco, encontra-se registrado que Elias Libânio foi eleito deputado estadual por este partido.

⁸⁵. Estas informações encontram-se registradas no Livro nº 2, folha 98, dos Anais da Câmara municipal.

município com o Departamento de Águas e Energia (DAE) do estado de Pernambuco, isto já com o objetivo de ser concretizada a instalação da rede elétrica da CHESF⁸⁶.

De fato, foi no governo de Sebastião Grande, mais precisamente no final de 1961, que foi instalado em Agrestina o serviço de eletrificação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), desta forma, este serviço deixava de ser responsabilidade do município e passava para a alçada do Estado pernambucano, o que possibilitou uma melhor qualidade e a ampliação da distribuição de energia elétrica na cidade.

Talvez seja até desnecessário enfatizar o peso que teve a aliança com o governo estadual para que este projeto pudesse sair do papel. Neste sentido, em reunião do dia 02 de fevereiro de 1962, a Câmara Municipal de Agrestina concedeu o título de cidadão honorífico ao governador Cid Sampaio por ter dotado o município de energia da CHESF o que, na visão dos vereadores, proporcionaria autonomia e desenvolvimento para a cidade pela possibilidade de atrair a iniciativa privada⁸⁷, previsão esta que acabou não se concretizando.

Apesar deste projeto ter sido, sem sombra de dúvidas, a maior empreitada em que se envolveu a prefeitura durante os quatro anos do governo de Sebastião Grande, outros, de menor envergadura, foram realizados neste período. No entanto, nenhum deles foi destinado à edificação de obras públicas ou aquisições por parte da prefeitura, estando mais voltados para questões administrativas, como a criação do Departamento Rodoviário Municipal, ou mesmo para questões sociais.

Nesta perspectiva, pela primeira vez desde 1947, ao menos no que se refere aos registros nos Anais da Câmara Municipal, aparecem algumas iniciativas, de membros do grupo Ribeiro, que podem ser consideradas de cunho social como o projeto pelo qual passava a ser considerada de utilidade pública o Instituto de Educação Profissional e de Assistência Social de Agrestina (IEPASA), o que a tornava apta a receber verbas da prefeitura⁸⁸. Contudo, não temos informações que nos permitam saber se este instituto havia sido fruto de uma iniciativa do grupo ou mesmo se a sua criação era recente.

Ainda neste sentido, a partir de um projeto da vereadora Albertina Adelina de Vasconcelos, outra instituição passou a ser considerada de utilidade pública. Desta vez tratava-se do Centro Social e Recreativo de Agrestina, a prefeitura municipal ainda doou um terreno, localizado na rua João Guilherme, para a construção da sede desta instituição⁸⁹ (que

⁸⁶. Estas informações podem ser observadas no livro nº 4, folha 30, dos Anais da Câmara municipal.

⁸⁷. Estas informações encontram-se registradas no livro nº 4, folha 40, dos Anais da Câmara municipal.

⁸⁸. Estas informações podem ser observadas no livro nº 5, folha 12, dos Anais da câmara municipal.

⁸⁹. Informações que encontram-se registradas no livro nº 5, folhas 57 e 58, dos Anais da Câmara Municipal.

existiu durante algumas décadas, sendo conhecido popularmente como “clube social”) que, provavelmente foi fundada pelo grupo Ribeiro.

De resto, o mandato de Sebastião Grande seguiu sem muitos percalços ou novidades, com o prefeito se limitando à rotina administrativa da cidade. Ao se aproximar as eleições municipais de 1963, o líder do grupo Ribeiro – que àquela altura já se encontrava em seu segundo mandato de deputado estadual, tendo sido eleito, desta vez, pelo PDC – indicou, pela segunda vez, a candidatura de Olímpio Pontes ao cargo de prefeito do município, o que se mostrou uma decisão acertada para o grupo à medida em que, com ele, os Ribeiro alcançaram seu quinto mandato consecutivo e, também neste caso, sem que a oposição conseguisse fazer um vereador sequer, por outro lado, os dois membros da família Ribeiro que já faziam parte do legislativo municipal se reelegeram⁹⁰.

3.5. Golpe de Estado, reveses políticos e derrota nas eleições municipais de 1968: O segundo governo de Olímpio Pontes (1963-1969)

O segundo governo de Olímpio Pontes transcorreu entre o final de 1963, ele tomou posse em 15 de novembro, e o início de 1969, seu mandato terminou em 31 de janeiro. Ao se deparar com essas datas, é provável que o primeiro impulso de qualquer historiador do político, que estivesse trabalhando esta temática, fosse a iniciativa de procurar compreender os impactos do golpe de 31 de março de 1964 sobre este governo, talvez tendesse a buscar indícios de transformações significativas ou mesmo de uma grande reviravolta a partir do momento em que os militares tomaram o poder. No entanto, ao que parece, nossos personagens não vivenciaram este acontecimento sob o prisma da ruptura, ao menos num primeiro momento.

Neste sentido, não houve, por exemplo, sessão extraordinária na Câmara de Vereadores para discutir e se posicionar acerca da deposição do presidente João Goulart ou mesmo do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Só não podemos afirmar que o ocorrido passou em branco porque, na reunião de 10 de maio, o então presidente da Câmara,

⁹⁰. Para estas eleições não temos registros que indiquem, de forma segura, o partido pelo qual concorreu o grupo Ribeiro, até porque em 1965 o pluripartidarismo foi extinto. Entre 1963 e 1965, porém, há registros, no livro nº 5 dos Anais da Câmara Municipal, de suplentes do PTB que assumiram a vaga de vereadores do grupo Ribeiro, no entanto, acreditamos que isto seja pouco para afirmarmos que o grupo estivesse, naquele momento, vinculado a este partido.

Benito Ribeiro, apresentou um requerimento, o único em todo o período que se refere a este episódio, de congratulação com as forças armadas por terem acabado com o clima de agitação que, segundo ele, vinha perdurando e prejudicando a produção agrícola da nação (é provável que estivesse se referindo às Ligas Camponesas em Pernambuco), Benito lembra, ainda, do fato de terem as mesmas forças armadas mantido o que chamou de tradições democráticas do povo brasileiro.

Com efeito, nos primeiros anos do Regime Militar houve uma maior preocupação em manter a aparência democrática do sistema político, tanto é assim que as transformações ocorreram de forma gradual, através dos chamados Atos Institucionais, até a completa substituição da constituição de 1946 por outra, de cunho autoritário, em 1967. Por outro lado, se nos grandes centros urbanos se tornou comum a repressão aos movimentos de contestação ao Regime, além de terem sido instituídas eleições indiretas para o cargo de prefeito nas capitais, o mesmo não aconteceu em cidades de pequeno porte. Nestas, onde movimentos de contestação raramente aconteciam, continuaram havendo eleições tanto para o executivo como para o legislativo, enquanto que os grupos políticos locais, de forma geral, optavam por se aliar aos representantes das forças armadas.

Este foi o caso de Agrestina. Talvez isto torne compreensível a sensação de continuidade predominante durante o período da Ditadura Militar, quando os dois grupos políticos, tanto os Ribeiro como os Guilherme, se filiaram à ARENA e continuaram a disputar o controle das instituições políticas locais. No entanto – apesar do golpe não ter trazido transformações imediatas e do grupo liderado por Elias Libânio ter conseguido se adaptar muito bem à nova situação político-institucional, tendo inclusive, após um breve período de turbulência, ampliado seu domínio na cidade de Agrestina – os primeiros anos do novo Regime, ainda no governo de Olímpio Pontes, trouxeram alguns reveses para o grupo Ribeiro que culminariam com a derrota nas eleições municipais de 1968.

Nesta perspectiva, ao que parece, ao menos parte dos reveses políticos sofridos pelo grupo no segundo mandato de Olímpio Pontes – dos quais, insistimos, viriam a se recuperar ainda no auge do Regime Militar, embora este período não faça parte do nosso recorte temporal – se devem à pressão exercida pelo grupo Guilherme que, naquele momento, encontrava-se fortalecido, sobretudo, pela atuação de Antônio Geraldo Guedes. Este, apesar de só ter sido eleito novamente deputado federal no pleito de 1966, gozava de grande prestígio, no Estado de Pernambuco, junto aos políticos que ascenderam após o golpe que implantou o Regime Militar no Brasil, ao passo que mantinha estreitas relações com os Guilherme em Agrestina.



Imagem 15: Antônio Geraldo Guedes em Agrestina, 1966⁹¹.

Nesta imagem, temos a possibilidade de visualizar o então candidato a deputado federal, pela ARENA, Antônio Geraldo Guedes (o segundo da esquerda para a direita), no casamento do senhor Joaquim Satemberg Correia e Sá em Agrestina, no ano de 1966. Este era um aliado histórico do grupo Guilherme e desafeto declarado de Elias Libânio⁹², tendo chegado, neste mesmo ano, a ser nomeado suplente de delegado, possivelmente por influência de Antônio Geraldo Guedes e para auxiliar a combater o domínio político dos Ribeiro na cidade que, na época, controlavam as três instâncias do poder público municipal.

No que se refere aos reveses políticos sofridos pelo grupo Ribeiro aos quais havíamos nos referido, o primeiro deles ocorreu ainda em 1964, mais precisamente no mês de setembro, quando, a partir de um decreto estadual, foi organizada uma comissão de investigação para apurar denúncias de que o prefeito Olímpio Pontes residia na cidade de Caruaru-PE, portanto

⁹¹. Esta imagem pertence ao acervo particular família Correia e Sá, tendo sido cedida por esta família. A fotografia foi produzida no dia 04 de abril de 1966, por ocasião do casamento do senhor Joaquim Satemberg Correia e Sá com a senhora Lurdes... no qual esteve presente, entre outras lideranças políticas da cidade, Antônio Geraldo Guedes.

⁹². Em episódio que chegou a ser registrado nos Anais da Câmara Municipal, no livro nº 5, folhas 114-115, e ocorrido no dia 1 de março de 1965 durante o carnaval daquele ano, o seu irmão (conhecido popularmente por Chico de Nô, inclusive é assim que ele é citado na ata) que era casado com Laura Ribeiro e cunhado de Elias Libânio, embora este não aprovasse o relacionamento, invadiu a casa do líder do grupo Ribeiro, sendo por ele processado.

fora do município para o qual fora eleito. Ao receber um ofício do juiz da comarca de Agrestina, com o relatório da comissão acima citada, a Câmara Municipal fez a defesa do prefeito alegando que o mesmo fazia muitas viagens a Caruaru, inclusive pernoitando nesta cidade com a sua esposa, por motivos de saúde por um lado e, por outro, devido a negócios particulares já que ele atuava, nesta época, como fornecedor de leite à CILPE⁹³.

Já em 1965, ocorreu mais uma investigação na cidade. Desta vez, se tratava de uma denúncia de que os vereadores do município recebiam subsídios, o que também foi veementemente rebatido pelos próprios, sob o argumento de que, na verdade, recebiam uma “insignificante” gratificação relativa às despesas com transporte, já que a maioria deles residia na área rural. No entanto, o que talvez possa ser considerado uma das maiores derrotas do grupo neste período ainda estava por vir: a cassação do então deputado estadual Elias Libânio. O Jornal do Commercio, da cidade do Recife, na sua edição de 18 de outubro de 1966, noticiou da seguinte forma o ocorrido:

Informou o Conselho de Segurança Nacional que fatos da maior gravidade, conhecidos pelo SNI, justificaram o decreto de cassação e suspensão dos direitos políticos do deputado estadual Elias Libânio. O deputado cassado assinou um manifesto de solidariedade a Cuba. Como chefe político de Agrestina elegia analfabetos para a prefeitura e exigia como condição para o apoio, uma procuração a fim de ficar autorizado a receber todas as verbas federais e estaduais. Criava toda sorte de dificuldades para o alistamento eleitoral dos adversários. Conseguiu a nomeação de dois sobrinhos para dois cartórios na cidade [...]⁹⁴.

Não sabemos até que ponto estas informações e acusações são procedentes, já que, durante o período do Regime Militar se tornaram comuns cassações e suspensão de direitos políticos a partir de acusações que nem sempre eram verdadeiras, isto sem falar na censura à imprensa que, por sua vez, publicava sem questionamento algum, relatórios dos órgãos governamentais. Nesta perspectiva, uma das justificativas para a cassação de Elias Libânio foi a clássica acusação de que o mesmo mantinha algum tipo de relação com o comunismo o que, a partir das fontes de que dispomos, parece ser completamente improvável. Por outro lado, há ainda informações desconstruídas no sentido de que não foram dois sobrinhos que o líder do grupo Ribeiro conseguiu nomear para cartórios da cidade, mas um sobrinho, Sinval Ribeiro de Melo, e uma prima, Albertina Adelina de Vasconcelos⁹⁵.

⁹³. Estas informações estão contidas no Livro nº 5, folhas 110-111, dos Anais da Câmara Municipal.

⁹⁴. Jornal do Commercio, Recife, 18 de outubro de 1966.

⁹⁵. Estas informações foram obtidas por meio de relatos orais.

Já com relação a acusação de que criava dificuldades para o alistamento eleitoral dos adversários, diversos foram os relatos, de aliados históricos do grupo Guilherme, que apontaram neste sentido. Isto, inclusive, nos faz considerar a possibilidade de que membros deste grupo tivessem contribuído com algumas das denúncias que levaram à cassação de Elias Libânio, no entanto, não temos indícios suficientes para abordar o assunto com segurança.

Na verdade, este é um episódio, a perda do mandato de deputado pelo líder do grupo Ribeiro, que permanece bastante obscuro, tendo em vista que este grupo não chegou a fazer qualquer tipo de oposição aos governos estadual e federal neste período, por outro lado, esta cassação parece não ter alterado de forma significativa o prestígio de que gozava o grupo junto a lideranças estaduais ou mesmo seu domínio político no município de Agrestina, já que, apesar de terem perdido as eleições de 1968, conseguiram retomar o controle das instituições políticas da cidade no pleito seguinte e passaram mais vinte anos no poder. No entanto, é fato que, como abordamos anteriormente, o grupo Guilherme encontrava-se bastante fortalecido nos primeiros anos do Regime Militar.

Ainda com relação ao episódio da cassação, ele não foi mencionado nas Atas das reuniões da Câmara Municipal, o que não significa que não tenha tido repercussão na cidade. Neste sentido, uma aliada histórica do grupo Guilherme relatou: “a festa maior de Agrestina, que eu lembro, foi quando seu Elias foi cassado, foi uma folia... umas dez horas da noite saiu a conversa [...] era o povo gritando na rua”⁹⁶. Obviamente a festa a que se refere esta informante ficou restrita aos partidários dos Guilherme que, provavelmente, viram neste episódio uma possibilidade de derrotar os Ribeiro.

Outro aspecto deste momento turbulento pelo qual passou o grupo Ribeiro, no segundo mandato de Olímpio Pontes, foram as licenças frequentemente solicitadas por membros deste grupo. Sendo assim, ainda em 1965, o próprio prefeito ficou licenciado por dois meses⁹⁷, enquanto que Benito Ribeiro passou grande parte desta legislatura afastado com sucessivos pedidos de licença, por sua vez, Albertina Adelina de Vasconcelos também chegou a se licenciar em duas oportunidades⁹⁸. No que se refere a estes afastamentos, não temos elementos suficiente para sabermos até que ponto eles estavam relacionados a estes reveses que sofreu o grupo ou mesmo se estavam de alguma forma a eles ligados.

No entanto, apesar dos episódios acima citados, a situação parece ter se estabilizado nos últimos anos deste governo e Olímpio Pontes conseguiu terminar seu segundo mandato

⁹⁶. Sandra (63 anos).

⁹⁷. Livro n° 5, folha 120, dos Anais da Câmara municipal.

⁹⁸. Informações estas que podem ser observadas no livro n°5 dos Anais da Câmara municipal.

até com certa tranquilidade. Desta forma, em termos administrativos a prefeitura ainda teve tempo para realizar algumas aquisições, chegando até a planejar projetos de vulto, o que talvez seja um indicativo de que – ao contrário do que ocorria no primeiro mandato, quando o grupo não se arriscava a fazer planejamentos de longo prazo – os Ribeiro não contavam com a derrota nas eleições de 1968.

No que diz respeito às aquisições a que fizemos menção, a prefeitura comprou, para a realização de determinadas obras no município um trator, uma carreta e uma plaina⁹⁹. Por outro lado, em 1967 começou a ser discutido o projeto para o abastecimento de água da cidade, inclusive com aquisição do terreno para a construção da barragem do manancial¹⁰⁰. Chegou ainda a ser posto em pauta, no último ano deste mandato, um projeto para o calçamento das ruas João de Deus e João Guilherme¹⁰¹. Ambos os projetos, no entanto, acabaram não saindo do papel.

Para finalizarmos esta rápida abordagem relativa à atuação dos Ribeiro no cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática e primeiros anos do Regime Militar, passamos a fazer algumas considerações de caráter genérico acerca dos mandatos do grupo. Nesta perspectiva, durante seus governos entre 1947 e 1969, os membros do grupo Ribeiro, tanto prefeitos como vereadores, tenderam a concentrar suas atenções em questões corriqueiras de cunho administrativo como elaboração dos orçamentos anuais e prestações de contas, questões estas, aliás, que não chegaram a causar nenhum tipo de preocupação já que o grupo sempre governou com maioria absoluta no legislativo.

Também de forma geral e mais especialmente nos primeiros governos, notamos o esforço dos prefeitos do grupo no sentido de melhorar a infra-estrutura urbana do município através de diversas obras públicas, o que não significa que a zona rural, na qual também foram realizados alguns melhoramentos, tivesse sido esquecida. Chama a atenção ainda a preocupação do grupo Ribeiro no sentido de estabelecer alianças com as lideranças estaduais, sendo assim, vamos encontrar, nas atas da Câmara Municipal, diversos requerimentos de envios de telegramas para deputados e governadores, seja congratulando-se com os mesmos ou, mais raramente, solicitando algo de interesse do grupo.

No entanto, a preocupação dos membros do grupo Ribeiro com questões de cunho social neste período parece ter sido muito reduzida ou mesmo inexistente¹⁰². De fato, apesar

⁹⁹. Livro n° 5, folha 167, dos Anais da Câmara Municipal.

¹⁰⁰. Livro n° 5, folhas 169-171, dos Anais da Câmara Municipal.

¹⁰¹. Livro n° 5, folha 192, dos Anais da Câmara Municipal.

¹⁰². Analisamos todas as atas de reuniões presente nos Anais da Câmara Municipal durante o período compreendido entre 1947 e 1969 e raríssimos foram os debates em torno de projetos de cunho social.

da cidade de Agrestina contar, nesta época, com uma população predominantemente rural, não proprietária e que vivia em condições precárias, quase nada foi feito no sentido melhorar esta situação.

Assim, apesar dos trabalhadores rurais dependerem, via de regra, da cessão de pequenos lotes, por parte dos grandes proprietários, para plantarem seus roçados, não houve tentativas dos governantes no sentido de facilitar o acesso a terra. Em parte como consequência desta situação, a população agrestinense convivia com uma crônica falta de oportunidades de trabalho, mas, apesar disto, também não foi realizado qualquer projeto com o objetivo de gerar emprego. Por outro lado, no que diz respeito ao ensino institucionalizado, o acesso à educação continuava bastante limitado, já que as escolas públicas em Agrestina ofereciam apenas uma formação primária.

4. CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA HEGEMONIA: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PODER DO GRUPO RIBEIRO

Se, por um lado, o grupo Ribeiro estava inserido num determinado contexto político-institucional a partir do qual precisava fazer opções de cunho partidário e estabelecer alianças, sobretudo com as lideranças estaduais que pudessem ser úteis no campo das disputas políticas locais, por outro, o grupo atuava em uma cidade de pequeno porte e interiorana, com um cenário marcado pela predominância da população rural se fazendo necessário, portanto, desenvolver estratégias que, condizentes com este cenário, lhes garantissem a permanência no poder e a legitimação perante o eleitorado Agrestinense.

Por sua vez, se movendo neste contexto de domínio do grupo Ribeiro e a partir de uma maneira específica de pensar o campo político, os atores sociais agrestinenses procuraram estabelecer táticas que lhes trouxessem certos benefícios. Desta forma, pretendemos abordar, neste capítulo, as práticas, tanto em termos estratégicos como táticos, e as representações que possibilitaram a construção e legitimação da hegemonia do grupo Ribeiro no município de Agrestina durante período da experiência democrática e primeiros os anos do Regime militar¹⁰³.

4.1. Do clientelismo à exclusão dos adversários: estratégias de poder do grupo Ribeiro

Em termos de estratégias de poder, as práticas nas quais investiu o grupo Ribeiro foram tanto possibilitadas como, até certo ponto, condicionadas pelo contexto predominantemente rural no qual o grupo atuava. Neste sentido, conforme tentamos deixar claro nas páginas acima descritas, a esmagadora maioria da população agrestinense habitava,

¹⁰³. Esta é mais uma temática, assim como a questão dos grupos políticos que disputavam o poder no município de Agrestina, em que optamos por generalizar, desta forma, os pontos abordados neste capítulo, sejam relativos às práticas ou às representações em torno do poder do grupo Ribeiro, são válidos para todo o período que coincide com o recorte temporal deste trabalho. Esta opção se deve basicamente a dois motivos, o primeiro deles está relacionado à questão das fontes, já que não dispomos de registros que nos permitam abordar estas temáticas, por exemplo, em cada um dos mandatos do grupo Ribeiro neste período, por outro lado, acreditamos que as práticas e representações de que vamos tratar não tenham se alterado, ao menos de forma significativa, entre 1947 e 1969.

nesta época, na zona rural do município, enquanto que grande parte daqueles que residiam na área urbana também se dedicavam às atividades de caráter agropecuário.

Por outro lado, a própria estrutura urbana do município lembrava o campo, tendo em vista que a cidade, que era bem pequena, contava inúmeros terrenos ainda não aproveitados, fazendas e pequenos rios que eram utilizados, conforme também já havíamos mencionado, para o abastecimento da população, isto porque não havia água encanada. Ainda com relação à área urbana, grande parte das suas ruas não eram pavimentadas, o que reforçava o aspecto rural da cidade.



Imagem 17: Rua próxima ao centro de Agrestina no final da década de 1960¹⁰⁴.

Nesta imagem, por exemplo, temos a possibilidade de visualizar uma das ruas próximas ao centro da cidade de Agrestina na década de 1960, rua esta que não contava com qualquer tipo de pavimentação. Além deste fragmento da estrutura urbana do município, podemos observar ainda algumas mulheres, possivelmente voltando de algum rio próximo, onde, naquele contexto, realizavam atividades como a lavagem de roupas.

Na Agrestina deste tempo, também o acesso a meios de comunicação como jornais e rádio, isto para não falarmos em televisão, era bastante limitado. A este respeito, quando

¹⁰⁴. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Apesar não podermos precisar a data em que esta fotografia foi produzida ou mesmo por quem e com que finalidade, é provável que seja do final da década de 1960, tendo em vista que, apesar de parecer relativamente recente, ela deve ter sido produzida antes que fosse instalado o serviço de água encanada na cidade, o que ocorreu entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970.

perguntamos, por exemplo, se os políticos faziam uso do rádio em suas campanhas eleitorais, uma de nossas informantes respondeu “usavam aqueles mais influentes quando iam conceder alguma entrevista porque era difícil as pessoas possuírem rádio, era muito difícil”¹⁰⁵. Porém, as entrevistas a que se refere esta informante não aconteciam em rádios locais, já que Agrestina não as possuía durante este período.

Vale lembrar ainda que, nesta época, a esmagadora maioria da população agrestinense praticamente não tinha acesso à educação formal, tendo em vista que o número de escolas públicas era muito reduzido e as que existiam estavam aptas a oferecer apenas uma formação primária. Outra característica da população da cidade nos anos transcorridos entre 1947 e 1969 era a religiosidade e a predominância, quase que absoluta, do catolicismo.



Imagem 16: Evento religioso em Agrestina na década de 1960¹⁰⁶.

Nesta perspectiva, a imagem acima retrata um evento religioso na década de 1960. Nela podemos observar a igreja e populares circulando na praça central da cidade, possivelmente na já tradicional Festa de Nossa Senhora do Desterro que ocorria todos os anos no dia 02 de fevereiro. Sobre a questão da religiosidade e a predominância do catolicismo no município, uma de nossas informantes afirmou “as pessoas eram muito religiosas [...] todo mundo era católico. Uma vez, quando eu era criança, chegaram uns crentes, então eu fui olhar

¹⁰⁵. Maria Tereza (75 anos).

¹⁰⁶. Imagem pertencente ao arquivo fotográfico da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude do município de Agrestina e cedida por esta secretaria. Também neste caso não temos informações que nos possibilitem saber com exatidão a data em que foi produzida esta fotografia, no entanto, tendo em vista que a área central da cidade já estava calçada, acreditamos que possa ser da década de 1960.

[...] aí mamãe fez eu me confessar com o bispo, porque disse que eu pequei mortalmente, era assim”¹⁰⁷.

Deste modo, mesmo a partir destas limitadas informações, talvez não seja exagero afirmarmos que predominava no município, durante este período, um *ethos* rural. Junte-se a isto o fato de ser, como abordamos anteriormente, quase inexistente a polarização ideológica entre os grupos políticos que disputavam o poder e, assim, teremos alguns dos principais elementos que formavam o contexto no qual o grupo Ribeiro desenvolveu suas estratégias de poder, sendo que, em tal contexto, o grupo fez uso de práticas como o clientelismo e a exclusão ou mesmo perseguição dos adversários.

Segundo Carvalho (1997), o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve a troca de benefícios como isenção fiscal, empregos, etc. por apoio político, principalmente na forma de voto. Sendo assim, algumas das estratégias do grupo Ribeiro podem ser classificadas como clientelísticas. No entanto, tendo em vista que os Ribeiro atuavam em um cenário predominantemente rural, o clientelismo praticado pelo grupo, sobretudo por seu líder, estava ligado, em grande parte, à questão da terra no município, isto porque, como também já havíamos frisado, a imensa maioria das pessoas que se dedicavam à agricultura ou mesmo à criação de animais não eram proprietárias.

Desta forma, apesar dos políticos do grupo não terem realizado, durante todo o tempo em que governaram o município, qualquer projeto no sentido de facilitar o acesso à terra por parte da população agrestinense¹⁰⁸, era comum, ao que parece, Elias Libânio abrir suas propriedades para que os pequenos agricultores despossuídos pudessem plantar ou mesmo alimentar e criar seus animais. Nesta perspectiva, um ex-administrador das propriedades do líder do grupo afirmou “Ele deixava plantar, tirar madeira, criar, botar gado [...] as propriedades dele não eram dele só, eram de quem quisesse, ele nunca fez questão disso”¹⁰⁹. Em consonância com este depoimento, outra de nossas informantes argumentou que “seu Elias tinha muita terra, ele mandava todo mundo criar cavalo, bode e vaca dentro dos terrenos dele”¹¹⁰.

Este último relato, inclusive, nos remete a um aspecto crucial para a prática deste tipo de clientelismo, qual seja, a necessidade de se possuir os recursos que viabilizassem tal prática. Neste sentido, era fundamental para as estratégias do grupo o próprio patrimônio acumulado, sobretudo a partir das ações de Elias Libânio, pela família Ribeiro. Por outro lado,

¹⁰⁷. Vera (70 anos).

¹⁰⁸. Ao menos não tivemos acesso a qualquer registro que apontasse neste sentido.

¹⁰⁹. Pedro (84 anos).

¹¹⁰. Sandra (63 anos).

não é difícil imaginar o significado que tinha para agricultores pobres a possibilidade de se utilizar das terras do líder do grupo Ribeiro. No entanto, ao contrário do que relatou o ex-administrador de suas propriedades, é provável que para desfrutar da “generosidade” de Elias Libânio fosse preciso ser um correligionário seu ou, ao menos, que estivesse disposto a se tornar.

Porém, vale ressaltar que abrir as propriedades para que agricultores despossuídos pudessem plantar não era exclusividade do líder do grupo Ribeiro ou mesmo de políticos. Com efeito, como já havíamos mencionado, outros proprietários do município costumavam fazer isto e, em troca, estes pequenos agricultores deixavam a “rama da fava ou a palha do milho para o gado comer”¹¹¹. É certo, porém, que estes proprietários não enveredavam por tal prática com a mesma frequência, intensidade e objetivos que Elias Libânio.

Aliás, o fato de ser, nesta época, relativamente comum que agricultores pobres plantassem seus roçados nas terras de grandes proprietários do município, nos remete a outra atividade do líder do grupo Ribeiro a qual também era utilizada com fins políticos. Estamos nos referindo à cooperativa agropecuária que ele fundou e dirigia, associação esta que foi citada em alguns relatos como o que se segue “seu Elias era muito vivo nestas coisas, montou uma cooperativa que fornecia milho, feijão e algodão para as pessoas plantarem e fornecia também dinheiro emprestado”¹¹². Assim, é provável que muitos agricultores dependessem desta cooperativa para terem condições de plantar seus roçados, dependência esta que, certamente, poderia ser convertida em ganhos políticos para o grupo Ribeiro.

Por outro lado, se, no que diz respeito aos seus aliados que sobreviviam da agropecuária, Elias Libânio acenava com a possibilidade de utilizarem suas terras e com o fornecimento de sementes e empréstimos da cooperativa, era com empregos públicos que o grupo Ribeiro premiava seus correligionários mais fieis e que, geralmente, pertenciam à minúscula classe média urbana agrestinense.

Neste sentido, uma de nossas informantes afirmou que “muitas e muitas famílias tiveram seus filhos, suas filhas empregadas no Estado com um bilhete de Elias Libânio ou de Benito Ribeiro”¹¹³, na mesma direção, em outro depoimento nos foi relatado que “para o pessoal que trabalhava com eles, que fazia cabo eleitoral, eles arrumavam emprego, dava

¹¹¹. Luiz (55 anos).

¹¹². Luiz (55 anos).

¹¹³. Sônia (64 anos).

emprego no Estado para um, dava emprego para outro, eles sempre fizeram isso. O pessoal que era deles, eles sempre ajudaram”¹¹⁴.

Ocorre que, como podemos observar neste último depoimento, na mesma proporção em que procurava beneficiar os seus aliados para assegurar o apoio político, os Ribeiro acabavam por excluir os cidadãos agrestinenses que não fizessem parte do grupo. Em casos extremos, alguns adversários políticos chegavam mesmo a serem explicitamente prejudicados ou, para usarmos uma expressão de alguns atores sociais agrestinenses, perseguidos. Isto é o que temos a possibilidade de perceber em alguns depoimentos que, obviamente, são de aliados históricos do grupo Guilherme, mas que, apesar dos interesses de grupo envolvidos, podem nos propiciar um noção deste tipo de prática dos Ribeiro.

Nesta perspectiva, uma entrevistada afirmou “ninguém podia ser contra, porque se fosse eles perseguiam. Eles perseguiram muito meu marido, que era comerciante e era do lado contrário [...] quando chegavam as cargas eles mandavam o fiscal e os outros eles não perseguiam de jeito nenhum”¹¹⁵. Em consonância com esta linha de raciocínio, outro informante relatou “minha mãe foi perseguida por eles, ela era diretora de um grupo escolar estadual e, através da política, seu Elias tirou ela e queria colocar ela para o sertão”¹¹⁶.

Desta forma, através de estratégias como o clientelismo e a exclusão dos adversários de qualquer benefício que o poder público ou mesmo o patrimônio da família Ribeiro pudesse propiciar, o grupo conquistou muitos correligionários. No entanto, ocorre que, por mais que a cidade e o número de eleitores fossem reduzidos, estas práticas, provavelmente, não alcançavam todos eles. Sendo assim, as campanhas eleitorais também tinham, nesta época, uma importância até certo ponto decisiva para as sucessivas vitórias conquistadas pelo grupo.

No que diz respeito às campanhas deste período, de modo geral, elas eram pautadas em atividades relacionadas à propaganda eleitoral como comícios, distribuição de santinhos e músicas de campanha, em práticas que também podem ser consideradas clientelísticas como a entrega de “presentes” aos eleitores e na utilização de cabos eleitorais que atuavam, principalmente, na área rural do município. Vale ressaltar que, de modo geral, quase a totalidade destas práticas eram usadas tanto pelos Ribeiro como pelos Guilherme, variando, porém, a intensidade e a forma como eram realizadas, isto de acordo com os recursos que cada grupo possuía ou mesmo em consonância com o estilo de cada candidato.

¹¹⁴. Francisco (78 anos).

¹¹⁵. Josefa, (80 anos).

¹¹⁶. João (64 anos).

Outro ponto a se destacar é que, muito provavelmente, a forma como era praticada algumas destas atividades, sobretudo no tocante à propaganda eleitoral, deve ter sofrido alterações entre a segunda metade da década de 1940 e o final dos anos 1960, transformações estas que são difíceis de precisar devido ao tipo de fontes de que dispomos, mas que, mesmo assim, tentaremos acompanhar ao menos em linhas gerais.

Em termos de propaganda eleitoral, é possível que ela fosse menos intensa entre a segunda metade dos anos 1940 e a década de 1950. Com efeito, neste tempo, ao que parece, as principais atividades, no tocante à propaganda, eram a realização de pequenos comícios e a utilização de alto-falantes, que ficavam instalados na praça central da cidade, onde cada grupo político se pronunciava, além de serem cantadas as músicas de campanha, o que podemos perceber no relato de um dos nossos entrevistados:

Tinha um alto-falante ali na praça, eles chegavam de tarde... era só maltratar o outro, não tinha nada de plano de governo, do que pretendia fazer, não tinha nada disso. De ambas as partes, o papo era só maltratar o outro [...] tinha também as músicas que eram tocadas¹¹⁷.

Já na década de 1960, as campanhas parecem ter ficado mais dinâmicas, ao menos no que se refere à propaganda eleitoral. Neste sentido, os comícios, por exemplo, se tornaram mais frequentes e mais atrativos aos eleitores, já que passaram ter a presença de sanfoneiros tocando, ao passo que eram realizados tanto na área urbana como na zona rural. Assim, quando perguntado acerca desta temática, um dos nossos entrevistados respondeu “os comícios eram acirrados, eram uma festa. É que não tinham muitas festas e, por não ter muitas festas, as pessoas aproveitavam essa época de eleição, era sanfoneiro tocando e o pessoal gritando com umas bandeiras de papel feitas a mão”¹¹⁸.

Nesta época, inclusive, surgiram algumas novidades como a distribuição de camisetas com a imagem dos candidatos e a utilização de veículos com serviço de som. Nesta perspectiva e se referindo especificamente à campanha para as eleições municipais de 1968, uma entrevistada afirmou “era um carro de som para um grupo e um carro de som para o outro, não tinha dois ou três. O de Dr. Pedro parece que era uma rural, com quatro bocas bem grandonas”¹¹⁹. Ainda segundo o relato desta informante, os militantes de ambos os grupos políticos costumavam sair em veículos cantando as músicas de campanha, acompanhemos o seu depoimento “a gente ficava rodando a cidade nos carros, rodando e cantando as músicas...

¹¹⁷. Francisco (78 anos).

¹¹⁸. Luiz (55 anos).

¹¹⁹. Sandra (63 anos).

ficava meia dúzia de mulheres dentro do carro cantando [...] isso era dos dois lados, passava um de um lado, outro do outro”¹²⁰.

No entanto, se as práticas de campanha sofreram algumas alterações no que se refere à questão da propaganda política, outras, ao que parece, atravessaram todo o período de que trata este texto sem sofrer mudanças significativas. Este foi o caso do clientelismo e da utilização de cabos eleitorais. Com relação a esta última, tanto os Ribeiro como os Guilherme costumavam contar, nas campanhas, com a figura dos cabos eleitorais que atuavam em cada uma das localidades da zona rural e, geralmente, eram pessoas que exerciam algum tipo de lideranças nestas localidades, o que lhes possibilitava angariar votos.

Estas figuras, dos cabos eleitorais, também foram citadas nos depoimentos coletados. Assim, um dos entrevistados afirmou “eles tinham os cabos eleitorais, vamos dizer: um era em Mentirosos, outro em Pé-de-Serra dos Mendes, Barra do Chata... ambos os partidos tinham esses cabos eleitorais que, lá, eles faziam o trabalho e arrumavam a votação”¹²¹. Nesta perspectiva, contar com bons cabos eleitorais poderia ser decisivo em um processo eleitoral.

No que diz respeito à questão do clientelismo que se fazia presente também nas campanhas eleitorais, os candidatos costumavam dar “presentes” aos eleitores em troca do voto. Estes presentes, de forma geral, eram utensílios que iam de encontro às necessidades, sobretudo, das pessoas mais carentes naquele contexto. Isto é o que podemos observar no relato que se segue “tinha político que dava corte de tecido; tinha político que dava perfume; que dava faca, principalmente para quem mexia com matança; davam enxada para trabalhar na roça; era o que era distribuído aqui”¹²².

Apesar da variedade de objetos citados no depoimento acima, ao que parece, o mais comum era a distribuição de tecidos, já que esta foi uma prática lembrada em diversos relatos. Neste sentido, uma de nossas informantes afirmou “eles davam os tecidos que era para o povo votar, mas não era roupa estampada, era somente aqueles dois ou três metros de pano para fazer a roupa”¹²³. Por outro lado, alguns dos entrevistados fizeram ainda alusão à distribuição de dinheiro, como podemos observar neste depoimento “o candidato a prefeito, pelo seu cabo eleitoral, mandava corte de tecido para fazer a roupa de todo mundo, mas eles davam também sapato, davam dinheiro”¹²⁴.

¹²⁰. Sandra (63 anos).

¹²¹. Pedro (84 anos).

¹²². Joaquim (59 anos).

¹²³. Maria Tereza (75 anos)

¹²⁴. Beatriz (75 anos).

Todas as práticas, em termos de estratégias de poder, abordadas até aqui podem ser consideradas como sendo características de um contexto político-institucional democrático, já que elas tinham como principal finalidade angariar apoio político, sobretudo, na forma de votos. No entanto, a ordem democrática que caracterizou praticamente todo o período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, era uma experiência muito recente na história do Brasil e, sendo assim, o país convivia com fortes resquícios dos períodos autoritários, o que se verificava também no município de Agrestina.

Desta forma, alguns relatos, também estes de aliados históricos do grupo Guilherme, apontaram para práticas de cunho autoritário do grupo Ribeiro. Deste modo, se referindo especificamente ao pleito de 1955, no qual disputaram o cargo de prefeito Elias Libânio e José Guilherme de Azevedo Lira, um de nossos entrevistados relatou o seguinte episódio:

A primeira vez que eu votei foi em José Guilherme de Azevedo Lira, que chamavam seu Zito, por sinal ele perdeu a eleição para Elias Libânio. Em 1955 eu morava ali na rua Cônego Júlio Cabral, que antigamente se chamava Quintino Bocaiuva e eu presenciei uma coisa... nunca esqueci. Tinha um rapaz chamado Erondino, ele ia votar em seu Zito e, naquele tempo, eles chamavam chapa, que era um papel que davam para a gente e a gente colocava na urna, nesse dia o filho de Elias Libânio, Benito, junto com um tal de filho de seu... Zezinho de Sinfrônio, invadiu a casa de Erondino e foi ver se tinha chapa do outro candidato lá, eles vasculharam a casa do homem, para ver se ele tinha chapa para votar em seu Zito, e... não sei se encontraram ou não, eu sei que eles vasculharam a casa do rapaz¹²⁵.

Ainda neste sentido, outra entrevistada, também aliada histórica dos Guilherme, relatou mais um episódio envolvendo Benito Ribeiro e que pode ser considerado característico do autoritarismo “uma vez, eu era criança, estive aqui Cid Sampaio, aí ele [Benito Ribeiro] chegou lá em casa, puxou a cadeira, e eu sentada olhando, ele puxou a cadeira, ‘dona Maria! a senhora voltou em Cid Sampaio?’ mamãe disse ‘não’, aí ele chegou e esculhambou mamãe, disse tanta da coisa com mamãe...”¹²⁶.

Por outro lado, em discurso proferido por ocasião da inauguração do matadouro público municipal em 1950, ao qual já fizemos menção, Elias Libânio citou a “pressão política e policial” da qual estava sendo vítima, inclusive com tentativa de assassinato contra a sua pessoa, relatou ainda que já havia feito mais de quarenta viagens à capital pernambucana e enviado mais de duzentos telegramas às autoridades competentes em busca de providências,

¹²⁵. Francisco (78 anos).

¹²⁶. Vera (70 anos).

tendo encontrado apoio apenas no deputado João Cleofas e no Dr. José Vamberto que, segundo ele, fizeram tudo que podiam junto às autoridades pela “pacificação” de Agrestina¹²⁷.

Nesta perspectiva, vale lembrar que, no período em que foi proferido este discurso, haviam se passado apenas cinco anos desde que o País iniciara o processo de transição do regime autoritário do Estado Novo para a ordem democrática, enquanto que em Agrestina o grupo Ribeiro estava em seu primeiro mandato após o período anterior em que os Guilherme dominaram. Portanto, mesmo levando em consideração, os interesses políticos e de grupo que permeavam tal discurso, ele pode nos dizer algo acerca dos resquícios de autoritarismo que tiveram lugar no município de Agrestina mesmo naquele breve período de experiência democrática que coincidiu com a hegemonia do grupo Ribeiro.

Esta rápida abordagem das práticas, em termos de estratégias de poder, dos Ribeiro nos possibilita, ainda, pensar a questão da relação entre o social e o político. Com efeito, como pudemos observar, muitas das estratégias do grupo se tornaram possíveis graças aos recursos econômicos de que dispunha a família Ribeiro e, sobretudo, ao capital social de que desfrutavam as lideranças deste grupo.

Tanto era assim que foram, principalmente, através das alianças estabelecidas no âmbito estadual, com deputados e governadores, que os Ribeiro conseguiram, por exemplo, atuar na distribuição dos poucos cargos públicos de que dispunha a municipalidade e que, como vimos, eram de fundamental importância para as práticas clientelísticas do grupo. Estas alianças possibilitaram, ainda, o estabelecimento de considerável influência sobre outras instâncias do poder público municipal como o judiciário, influência esta que nos foi relatada em alguns depoimentos¹²⁸ e que costumava ser pensada como um dos aspectos do poder do grupo Ribeiro.

4.2. Da crença partilhada na autoridade às táticas populares: representações e práticas em torno do poder do grupo Ribeiro

A partir das suas práticas e, sobretudo, das sucessivas vitórias conquistadas, os Ribeiro construíram uma representação de si pautada na imagem de um grupo poderoso e vencedor. Imagem esta que foi encarnada de forma quase que perfeita por Elias Libânio, personagem

¹²⁷. Estas informações encontram-se registradas no livro nº2, folha 55, dos anais da câmara Municipal.

¹²⁸. Neste sentido, por exemplo, o Sr. Pedro (84 anos), afirmou “quando o jurado era sorteado, eles corriam para a porta de seu Elias para perguntar se votavam a favor do réu ou não, aí ele dava a opinião dele, se ele dissesse ‘é para sete a zero’ saía sete a zero.”

que, para além da liderança exercida no seio do grupo, assumiu o papel de protagonista incontestado no cenário político agrestinense desde quando tomou posse, com a vitória no pleito de 1947, até a primeira derrota do grupo, isto mais de vinte anos depois, já nas eleições municipais de 1968.

Por outro lado, a representação de si construída pelos Ribeiro, ao que parece, foi apropriada por grande parte dos atores sociais agrestinenses. Neste sentido, ocorre que o crédito concedido a esta representação foi, muito provavelmente, um dos grandes responsáveis pela efetivação da hegemonia deste grupo, isto porque qualquer domínio político depende de um mínimo de legitimidade, ainda mais em um contexto democrático como o que atuou o grupo Ribeiro. No caso de Agrestina, acreditamos que esta legitimidade estava relacionada à questão da crença partilhada na autoridade e no poder dos Ribeiro e, em especial, do seu líder, já que mesmo os aliados históricos dos Guilherme reconheciam este poder, embora o interpretassem de forma diversa, geralmente como sendo prejudicial ao município.

Sendo assim, o poder atribuído ao grupo Ribeiro e principalmente a Elias Libânio era, de modo geral, imenso, o que pode ser observado, com bastante clareza e sem exceção, nos depoimentos dos nossos informantes, onde foram enfatizados diferentes aspectos deste poder. Desta forma, ao se referir aos Ribeiro, um aliado histórico dos Guilherme destacou, além do domínio generalizado, a capacidade do grupo de influenciar o destino daqueles que cometiam algum tipo de delito na sociedade agrestinense, vejamos o seu relato “eles dominavam tudo aqui e, inclusive, naquela época, quem errava que não era do partido deles ia embora para São Paulo porque sabia que, se ficasse aqui, ficava preso, eles dominaram aqui, mais dominaram mesmo”¹²⁹.

No entanto, se no relato acima foi enfatizado o poder dos Ribeiro enquanto grupo, era a Elias Libânio que se costumava atribuir um domínio quase que absoluto na cidade. Nesta perspectiva, uma correligionária do grupo Ribeiro comentou que “ele dominou muito tempo mesmo, que até, quando ele perdeu, o povo dizia que foi uma Baraúna, que é uma árvore muito forte, que arrancaram, de tanto tempo que ele passou aqui”¹³⁰.

Enquanto esta correligionária do grupo fez questão de destacar o enorme tempo em que Elias Libânio dominou o município, outro de nossos informantes, também este um aliado histórico dos Ribeiro, lembrou a questão do prestígio político de que gozava o líder do grupo, como podemos observar em seu relato “o homem de prestígio político aqui no município era

¹²⁹. Francisco (78 anos).

¹³⁰. Beatriz (75 anos).

Elias Libânio, foi prefeito duas vezes, foi deputado duas vezes e os sucessores dele sempre ganharam.” Ele ainda finalizou dizendo que “o grito aqui era dele”¹³¹. Frase esta emblemática e que pode nos dar uma dimensão do poder atribuído ao líder do grupo Ribeiro por seus aliados históricos.

Porém, como afirmamos anteriormente, não eram apenas os correligionários do grupo que partilhavam desta crença no poder e na autoridade de Elias Libânio. Deste modo, os depoimentos dos que, na época, estavam ligados aos Guilherme apontam na mesma direção, o que podemos perceber nos relatos a seguir “antigamente quem mandava aqui dentro de Agrestina era seu Elias. Tudo que se precisava era com ele, ele tinha o cartório, tinha a cooperativa...”¹³², “o político que era o rei aqui na cidade era Elias Libânio, ele mandava em tudo dentro de Agrestina, depois foi que Dr. Pedro derrubou a Baraúna”¹³³.

Por outro lado, corre que, na mesma proporção em que era atribuído todo este poder ao líder do grupo, os outros membros costumavam ser pensados, mesmo aqueles que ocuparam o cargo de prefeito, como personagens subservientes. Desta forma, outra dimensão da crença na autoridade de Elias Libânio era a diminuição da autonomia das demais personagens que atuaram no cenário político do município e que faziam parte do grupo Ribeiro, com efeito, estas personagens passaram a figurar nas representações acerca do poder do grupo como manipulados ou, na melhor das hipóteses, como obedientes aos desígnios de Elias Libânio. Neste sentido, uma aliada histórica do grupo Ribeiro afirmou

Seu Elias foi prefeito muito tempo aqui , depois dele vieram os outros como seu Olímpio e Sebastião Grande, mas, durante o tempo em que esse povo do mesmo partido dele governou, ele manobrava [...] os outros prefeitos eram eleitos, mas, mesmo assim, quem manipulava tudinho era ele, só fazia uma coisa se ele autorizasse. Para fazer uma coisa, ele dizia “vamos fazer isso” aí fazia, se ele dissesse “isso não dá certo” não dava certo mesmo¹³⁴.

Um episódio, que se encontra registrado nos Anais da Câmara municipal, pode nos ajudar a compreender a força deste tipo de representação no tempo da hegemonia do grupo Ribeiro. Ele ocorreu em reunião do dia 10 de outubro de 1952, nesta ocasião, um dos vereadores do grupo sugeriu o envio de um telegrama de apoio à candidatura de Etelvino Lins ao governo do estado nas eleições que aconteceriam no dia 23 daquele mês, ao registrar a aprovação de tal medida, a amanuense escreveu “o que foi unanimemente aprovado pela casa,

¹³¹. Pedro (84 anos).

¹³². João (64 anos).

¹³³. Vera (70 anos).

¹³⁴. Beatriz (75 anos).

vez que, toda Câmara, obedece a orientação política do Sr. Elias Libânio Silva Ribeiro, o qual já havia hipotecado solidariedade àquela candidatura”¹³⁵.

Ora, esta ata foi aprovada pelos vereadores da Câmara Municipal, o que demonstra que mesmo os políticos do grupo compartilhavam destas representações acerca do poder de Elias Libânio e, talvez, até da crença de que, também eles, estavam submetidos a este poder. Ainda neste sentido, os demais prefeitos do grupo neste período, que foram apenas Olímpio Pontes e Sebastião Grande, passaram a figurar nas representações do cenário político agrestinense, no tempo em que este foi dominado pelos Ribeiro, como pessoas de boa índole, mas, no que se refere ao campo político, quase que sem vontade própria, já que apenas obedeciam às ordens do líder do grupo.

Isto, inclusive, fez com que eles fossem, até certo ponto, poupados das críticas que os aliados históricos dos Guilherme costumavam desferir contra Elias Libânio. Assim, um correligionário do grupo Guilherme afirmou

Teve um prefeito, chamado Sebastião Grande, que era um homem bom. Ele foi prefeito e, mesmo do lado deles, eu acho que ele não aproveitou do prestígio deles para fazer coisas... esse parece que até o outro lado falava bem dele. Olímpio também não fez o mesmo que fazia Elias Libânio¹³⁶.

Aliás, no que se refere a Olímpio Pontes, esta é uma personagem que, ao que parece, ocupava um espaço maior, excetuando-se obviamente o líder do grupo, nas representações acerca do poder dos Ribeiro, talvez isto ocorra pelo fato dele ter sido duas vezes eleito prefeito do município no período de hegemonia do grupo Ribeiro. Em termos políticos, ele costumava ser pensado como mais um dos que simplesmente obedeciam a Elias Libânio, nesta perspectiva, uma aliada histórica dos Guilherme argumentou, inclusive, que ele pouco frequentava a prefeitura, vejamos seu relato

Olímpio Pontes era o prefeito de Agrestina naquela época, mas era um prefeito que não ia nem... porque quem governava aqui era Elias Libânio, que era o rei, aí então, enquanto ele [Olímpio Pontes] estava vendendo leite, vinham os documentos da prefeitura, eu era criança, mas eu me lembro, aí ele assinava os documentos da prefeitura no caminhão mesmo, assinava e levavam para a prefeitura¹³⁷.

¹³⁵. Livro nº 3, folha 14, dos anais da Câmara Municipal.

¹³⁶. Francisco (78 anos).

¹³⁷. Vera (70 anos).

Fora do campo político, no entanto, Olímpio Pontes, ao que tudo indica, era considerado uma pessoa bastante sociável e que tinha um bom relacionamento com os demais cidadãos agrestinenses. Isto é o que podemos perceber no depoimento de uma aliada histórica do grupo Ribeiro “seu Olímpio era uma pessoa boa, todo mundo gostava dele porque ele era humilde, bom, e fazia amizade com todo mundo”¹³⁸. Seguindo esta linha de raciocínio, outra correligionária dos Ribeiro afirmou

Eu acho que Olímpio Pontes Belo sempre procurou o melhor para Agrestina, agora, não sabemos como ele dividia o que chegava, mas seu Olímpio tratava a gente muito bem, podia ser preto, branco, ele estava sempre recebendo de braços abertos e um sorriso que chegava a cativar a gente¹³⁹.



Imagem 17: Olímpio Pontes com amigos¹⁴⁰.

Nesta imagem temos a possibilidade de visualizar Olímpio Pontes (o primeiro da esquerda para a direita) com amigos, o que demonstra que os cargos políticos que chegou a ocupar não alteraram de forma significativa sua rotina na cidade, ou que tal comportamento

¹³⁸. Beatriz (75 anos).

¹³⁹. Maria Tereza (75 anos).

¹⁴⁰. Esta imagem pertence ao acervo particular família Correia e Sá, e foi cedida por esta família. Tendo em vista que a fotografia não estava datada, a própria família não pôde precisar o período em que ela foi produzida, indicaram, porém, que o registro é do início da década de 1960, no entanto, a julgar pela imagem de Olímpio Pontes, no que se refere a idade, esta imagem nos pareceu ser de um período anterior aos anos 1960. Ainda segundo relatos de membros desta família, esta fotografia foi produzida a mando de amigos do Sr. Sebastião Francisco Tavares (segundo da esquerda para a direita, que era pai da Sr^a Maria de Lurdes Tavares Correia e Sá, que nos cedeu a imagem e o presente relato) para registrar a sua presença, já que ele dificilmente participava de semelhantes encontros. Neste sentido, a presença de Olímpio Pontes na fotografia é apenas coincidência.

buscava, estrategicamente, construir uma imagem pública de político “amigo do povo”, de “pessoa simples, sem orgulho”. No entanto, ao que parece, a sociabilidade desta personagem também chegou a ser usada em campanhas políticas pelos aliados dos Guilherme, isto aconteceu, mais especificamente, nas eleições municipais de 1963, quando Olímpio Pontes teve com adversário o engenheiro Xisto Guedes.

Neste sentido, ao se referir aos ataques dos adversários contra a pessoa de Olímpio Pontes, uma correligionária dos Ribeiro afirmou “eles diziam assim ‘deixar de votar em um homem como Dr. Xisto Guedes, um homem preparado, formado, para votar em um cachaceiro’”¹⁴¹. No entanto, nem mesmo estes “argumentos” foram suficientes para ameaçar aquela que viria a ser a quinta vitória consecutiva do grupo Ribeiro e muito disso se devia, certamente, ao poder atribuído tanto ao grupo como a Elias Libânio.

Ainda com relação à questão das representações em torno do poder do grupo Ribeiro, se, por um lado, a crença na autoridade e no poder deste grupo era, ao que tudo indica, generalizada, por outro lado, os atores sociais agrestinenses se apropriaram de forma diversa destas representações, isto a partir tanto do pertencimento a este ou aquele grupo político como a partir das experiências que este pertencimento lhes proporcionava. Desta forma, enquanto os aliados históricos dos Ribeiro costumavam pensar de forma predominantemente positiva as vitórias, as práticas e a administração do grupo ao qual pertenciam, os correligionários dos Guilherme tendiam a pensar como prejudiciais estes mesmos aspectos da atuação dos Ribeiro no município de Agrestina.

Nesta perspectiva, em relação às práticas do grupo, aqueles que estavam, na época, ligados aos Ribeiro costumavam enfatizar o que eles interpretavam como ajuda à população agrestinense, questão essa que foi citada em diversos depoimentos, como o que se segue:

Ele nunca foi de estar com as porteiças fechadas, dizer não, ele sempre foi de ajudar a todos. Elias Libânio foi uma semente que se perdeu e não se encontra mais nessa cidade¹⁴².

Seguindo esta linha de raciocínio, outro aliado histórico dos Ribeiro afirmou

Ele fazia muitos benefícios e favores aos pobres de Agrestina, ninguém precisava de Elias Libânio para ele não servir, agora isso era em uma questão [se refere a conflitos entre populares], era um dinheiro emprestado,

¹⁴¹. Ana Maria (86 anos).

¹⁴². Maria Tereza (75 anos).

era nas propriedades, se precisasse, ele dava a terra para a pobreza trabalhar¹⁴³.

Por sua vez, os aliados históricos dos Guilherme, costumavam destacar, nas práticas dos Ribeiro o que eles entendiam ser, entre outras coisas, perseguição e ameaças, ou mesmo falta de visão, especialmente por parte do líder do grupo. Deste modo, uma de nossas informantes afirmou:

Ele [Elias Libânio] parece que não tinha uma visão aberta, queria manter as pessoas no cabresto. Dizem que ele falava “para que água em Agrestina? Agrestina não comporta isso não”¹⁴⁴.

Ainda neste sentido, outro entrevistado enfatizou o outro lado da moeda no tocante aos benefícios proporcionados pelos Ribeiro aos seus aliados, que era a exclusão ou mesmo a perseguição aos adversários, acompanhemos seu relato

Só quem mandava aqui era ele [Elias Libânio], então ele arranjava emprego para os dele. Muita gente só tinha emprego porque ele deu, se ele gostasse de uma família, bastava ser amigo dele, a primeira coisa que ele arranjava era para ser fiscal do Estado. Aí colocavam essas pessoas para perseguir os comerciantes aqui¹⁴⁵.

Se referindo ao domínio que o grupo Ribeiro detinha sobre o judiciário, mais um aliado histórico dos Guilherme levantou a questão das ameaças e do medo que o seu grupo considerava existir entre a população agrestinense

Tinha essa pressão, o povo tinha medo, quem falasse de seu Elias, só bastava dizer que ele era cego, era cadeia! Era pressão mesmo, a polícia era toda do lado deles¹⁴⁶.

Outra entrevistada, também esta correligionária histórica dos Guilherme, seguiu a mesma linha de raciocínio, talvez chegando até a ser mais enfática “Eles ameaçavam o povo, diziam que tinha que votar neles, prometia prender, essas coisas todas”¹⁴⁷.

No que se refere às sucessivas vitórias conquistadas pelo grupo Ribeiro no município de Agrestina, elas também costumavam ser interpretadas de forma diversa pelos

¹⁴³. Pedro (84 anos).

¹⁴⁴. Sandra (63 anos).

¹⁴⁵. Francisco (78 anos).

¹⁴⁶. João (64 anos).

¹⁴⁷. Josefa (80 anos).

correligionários dos dois grupos. Desta forma, os aliados históricos dos Guilherme, ao que parece, tendiam a atribuir o êxito dos Ribeiro a atos ilícitos, neste sentido, um dos nossos informantes afirmou

Depois que entrou esses Ribeiro era eles mesmo, porque eles faziam de tudo para ganhar, eles ganhavam na marra, ganhavam de todo jeito, eles ganhavam mesmo. Isso só mudou em 1968, quando ganhou Dr. Pedro¹⁴⁸.

Em consonância com esta interpretação, outra aliada histórica dos Guilherme colocou, mais uma vez, o medo como uma das armas do grupo Ribeiro, nesta ocasião, contudo, se referia às campanhas eleitorais, vejamos o seu relato

Eles amedrontavam muito o povo. Tinha gente que votava na mesa [na época o voto era executado por meio de uma cédula de papel que posteriormente seria depositado na urna] para eles poderem ver que votavam neles, eles faziam votar na mesa¹⁴⁹.

Ainda nesta perspectiva, outro de nossos entrevistados argumentou que

Seu Elias tinha o cartório eleitoral, você ia fazer o título e se eles soubessem que não ia votar neles, eles não entregavam. Tinha os fiscais do Estado, se o comerciante não votasse nele, ele mandava multar. Olhe, só votava contra seu Elias quem tinha algum problema com ele e quem não tinha, tinha medo¹⁵⁰.

Na contramão destas interpretações acerca das vitórias do grupo Ribeiro, seus correligionários costumavam atribuir tais êxitos à relação que o grupo mantinha com o eleitorado, na qual, segundo eles, os Ribeiro conquistavam as pessoas, sobretudo, através de auxílios nos momentos em que elas necessitavam ou mesmo através dos benefícios trazidos pela administração do grupo. Desta forma, uma das entrevistadas afirmou

O que eles faziam o povo gostava, com certeza o povo gostava, que aqui não tinha quase nada, então quando viam que eles faziam alguma coisa era como se fosse a coisa mais diferente do mundo¹⁵¹.

Com argumentos que não destoavam desta interpretação, outra aliada histórica dos Ribeiro afirmou

¹⁴⁸. Francisco (78 anos).

¹⁴⁹. Josefa (80 anos).

¹⁵⁰. João (64 anos).

¹⁵¹. Beatriz (75 anos).

Eles cativavam muito as pessoas. Elias Libânio mesmo, se tinha um preso, ele ia lutar para soltar; se tinha uma pessoa que era mal, ele ia aconselhar “olhe, você deixe disso que eu não vou...” e as pessoas conseguiam se sair. Ele era como se fosse um padre e ele ajudou muitas pessoas, eles souberam cativar¹⁵².

No que diz respeito às interpretações acerca da administração dos Ribeiro, a situação não era diferente, enquanto os seus aliados tendiam a exaltar as realizações do grupo, sobretudo, em termos de infra-estrutura, aqueles que se encontravam, na época, ligados aos Guilherme costumavam “esquecer” até mesmo as realizações mais significativas dos governos do grupo Ribeiro. Sendo assim, um dos nossos informantes afirmou

Para a cidade não foi feito nada, aqui eles nunca fizeram nada porque chegaram a fazer uma barragem, mas fizeram no rio de Elias Libânio, represaram o rio dele. Quer dizer: eles faziam muito para eles, não faziam nada por ninguém¹⁵³.

Em consonância com esta linha de raciocínio, outra aliada histórica do grupo Guilherme assim argumentou “no tempo de seu Elias aqui não tinha nada, a cidade era pequena. O povo também dizia que ele ficava com o dinheiro, ele não fazia nada”¹⁵⁴. Ainda neste sentido, mais um dos entrevistados afirmou “O que seu Elias fazia aqui dentro era varrer rua, só fazia a limpeza, não inovou em nada, não trouxe nada de novo para Agrestina”¹⁵⁵.

Por outro lado, como afirmamos anteriormente, os aliados históricos do grupo Ribeiro costumavam destacar o que entendiam ser importantes realizações do grupo na cidade. Desta forma, um dos nossos informantes argumentou que “algumas coisas que tinha em Agrestina, nessa época, foram feitas por Elias Libânio: matadouro, mercado, o colégio, tudo foi ele”¹⁵⁶. Isto é também o que afirma, embora com maiores detalhes, outra de nossas informantes

Olhe, logo no começo, Agrestina não tinha calçamento, não tinha açougue público, mercado público e quando a gente ia fazer a feira, as carnes ficavam penduradas nos ganchos expostas às moscas, eu não sei se foi Olímpio Pontes que fez o mercado, mas foi quando começou a melhorar. O Constantino, que no começo era pequeno, mas com o passar do tempo os governadores foram melhorando, tudo isso foi feito por eles¹⁵⁷.

¹⁵². Maria Tereza (75 anos).

¹⁵³. Francisco (78 anos).

¹⁵⁴. Josefa (80 anos).

¹⁵⁵. João (64 anos).

¹⁵⁶. Pedro (84 anos).

¹⁵⁷. Maria Tereza (75 anos).

Mesmo a partir desta limitada abordagem acerca da leitura diferenciada que faziam os atores sociais agrestinenses de certos aspectos da hegemonia política dos Ribeiro, isto de acordo com as experiências e interesses próprios do pertencimento a este ou aquele grupo, temos a possibilidade de refletir sobre a forma como as lutas de representações permeavam, a exemplo do que acontecia em relação à questão da ascensão de Elias Libânio, as disputas políticas que tiveram lugar no cenário político agrestinense entre 1947 e 1969.

Neste sentido, parece claro que estas representações contraditórias, mas que aspiravam a uma verdade universal, eram usadas como armas pelos membros e partidários tanto dos Ribeiro como dos Guilherme, muito embora o grupo Ribeiro tenha, clara e amplamente, levado vantagem. Talvez isto ocorresse justamente pelo fato de que a crença no poder deste grupo e, em especial, do seu líder era generalizada, ou, para falarmos de outra forma, é possível que tenha sido o crédito concedido, pelos atores sociais agrestinenses, à representação que os Ribeiro construíram de si, como um grupo poderoso e vencedor, o diferencial em termos de efetivação e legitimação desta hegemonia política.

Ainda no que se refere às representações, durante o período que coincide com o recorte temporal deste trabalho, os grupos Ribeiro e Guilherme passaram figurar nas representações do campo político no município de Agrestina, respectivamente, como “Pé de Penas” e “Boca Pretas”, denominações estas, inclusive, que sobreviveram às saídas de cena das famílias Ribeiro e Guilherme, isto já no início dos anos 1990. Apesar de muitos relatos terem apontado na direção de que estas denominações surgiram a partir das gozações que eram, também, uma das facetas da rivalidade política local, poucos foram os depoimentos que apresentaram uma explicação para o significado de tais nomes. Nesta perspectiva, a mais completa delas, embora não saibamos até que ponto ela pode ser considerada verossímil, foi a que se segue:

Boca Preta é porque o pessoal começou a criticar o que seu Elias fazia e aí ele falava “cachorro que muito ladra não morde” aí começou: “Boca Preta!” Boca Preta é um cachorro, é chamando de cachorro. Aí depois quiseram criar um nome para denegrir a imagem do pessoal lá, então começou: “Pé de Pena!” o que é Pé de Pena? É uma coisa macia, que entra para fazer as safadezas sem ninguém saber¹⁵⁸.

Outro aspecto, também este, relativo às representações acerca do poder do grupo Ribeiro, é a questão de como, a partir destas representações, os atores sociais agrestinenses orientaram suas práticas, isto em termos táticos. Antes, porém, de abordarmos as práticas dos

¹⁵⁸. João (64 anos).

eleitores no contexto da hegemonia dos Ribeiro, se faz necessário algumas rápidas observações em torno de outras questões de cunho cultural. Neste sentido, talvez possa nos ser útil o que diz Roger Chartier ao criticar as noções de cultura popular e cultura erudita, acompanhemos seu raciocínio,

Onde se acreditava descobrir correspondências estritas entre clivagens culturais e oposições sociais existem antes circulações fluidas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas. São numerosos os exemplos de usos “populares” de objetos, de ideias, de códigos não considerados como tais, e numerosos também os materiais e as formas de uma cultura coletiva das quais as elites só se separam lentamente¹⁵⁹.

Nesta perspectiva e adaptando, na medida do possível, estas reflexões ao nosso objeto, acreditamos que as práticas características do cenário político agrestinense, durante o período de que trata esta dissertação, eram partilhadas tanto pelos grupos que disputavam o poder como pelos eleitores, alterando-se, porém, os usos e o significado que estes ou aqueles emprestavam a tais práticas. Exemplo disto é a questão do clientelismo, prática que, por um lado, foi usada como uma estratégia de poder pelos grupos dominantes e, por outro, como uma tática, no sentido de que a partir dela os eleitores tentavam extrair algum benefício em proveito próprio.

Sendo assim, ao que tudo indica, enquanto os Ribeiro estabeleceram como uma de suas estratégias para angariar apoio político, sobretudo na forma de voto, a concessão de certos benefícios aos eleitores, estes tendiam a optar pelos políticos que dispusessem dos recursos necessários para o provimento de suas necessidades, já que, desta forma, teriam acesso a bens, condições de trabalho ou mesmo empregos públicos que, de outra modo, dificilmente conseguiriam naquele contexto.

Neste sentido, um dos relatos coletados pode ser emblemático no que se refere à forma como os eleitores orientavam suas práticas no contexto de domínio do grupo Ribeiro. Neste, uma de nossas informantes, que no período em foco nesta pesquisa esteve aliada aos Guilherme, narrou a forma como sua família anteriormente havia transitado entre um grupo e outro a partir das possibilidades de terem acesso a bens que viessem a satisfazer suas necessidades, acompanhemos sua narrativa:

O meu pai contou que quando chegou aqui, lá no Maracajá [uma das localidades da zona rural agrestinense] na época de política, eles iam, um e outro, fazer as visitas, o porta a porta. Então pai contou que seu Abel

¹⁵⁹. CHATIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo, Editora UNESP, 2004. p 8.

Guilherme foi lá, falou com pai e disse a ele que estava disponível para o que precisasse, que estava pronto para ajudar, aí pai foi e precisou de um dinheirinho emprestado, então pai chega e vai para a porta de seu Abel, que era lá no sobrado, quando pede a ele um dinheirinho emprestado para fazer o que eu não sei, “tem dinheiro não, que conversa é essa? eu não tenho dinheiro para emprestar não”, mas pai disse que teve uma decepção tão grande, tão grande que na mesma hora pai saiu de seu Abel e foi para o cartório de seu Elias, aí quando chegou lá disse a seu Elias “Seu Elias, eu estou precisando disso, eu fui falar agora com seu Abel e ele disse que não tinha”, “quanto é que você quer?” aí pai disse o que queria “tome agora, depois você paga” pronto. Nesse período ele também contratou minha mãe, a minha mãe foi professora lá no sítio, paga por seu Elias, então a gente ficou só votando no pessoal de seu Elias. Quando doutor Pedro fundou o colégio, que a gente se beneficiou de Dr. Pedro, aí todo mundo com doutor Pedro [riso] aí a gente deve muito favor a doutor Pedro, muito favor a ele. Então a gente já foi... pai já foi de Seu Elias e já votou com Doutor Pedro, a gente não foi aquelas pessoas doente não, sempre foi maleável, se beneficiando¹⁶⁰.

Ao ser questionada se o que levava sua família a definir a questão da adesão política eram as circunstâncias, a mesma informante respondeu “as vantagens. As vantagens que apareciam, a gente tudo necessitado, ia fazer o que? [...]”¹⁶¹. Seguindo uma linha de raciocínio parecida, embora estivesse se referindo de forma apenas indireta ao seu caso, já que fez questão de generalizar, uma aliada histórica do grupo Ribeiro afirmou

as pessoas votavam por favor, porque fulano trabalhava, sicrano trabalhava, sempre foi visto assim. Uma cidade pequena, uma cidade pobre, cada um corre para um lado, atrás de que? De ganhar um salário¹⁶².

Em consonância com os relatos anteriores, ao ser questionada acerca de como as pessoas escolhiam seus candidatos, mais uma correligionária dos Ribeiro afirmou

Escolhiam por interesse de ajudar, arranjar um trabalho para um filho, de arranjar alguma coisa para aqueles que... alguma comida, alguma coisa. A família Ribeiro sempre tinha algo para oferecer, Benito Ribeiro mesmo, arranhou trabalho para muitas pessoas, teve muita gente aí que subiu na vida e foram eles que ajudaram¹⁶³.

Em outro ponto do seu relato, ao se referir às críticas que os aliados históricos dos Guilherme costumavam fazer ao grupo Ribeiro, a mesma informante argumentou que

¹⁶⁰. Sandra, funcionária pública aposentada (64 anos).

¹⁶¹. Sandra (63 anos).

¹⁶². Sônia (64 anos).

¹⁶³. Maria Tereza (75 anos).

Nem Deus agradou a todo mundo, uns estavam contentes e outros não. Aqueles que estavam contentes eram os que arranjavam trabalho para os filhos, que sempre estavam recebendo alguma ajuda, mas aqueles que não recebiam nenhum favor eram revoltados, sempre teve aquele grupinho de pessoas revoltadas, que não estavam satisfeito¹⁶⁴.

Este último trecho do depoimento toca em um aspecto fundamental quando se trata da tentativa de se compreender a forma como os eleitores orientavam suas práticas, em termos táticos, no contexto de hegemonia do grupo Ribeiro. Com efeito, ao que parece, havia uma lógica comum que perpassava as práticas de grande parte dos eleitores, fossem eles aliados dos Guilherme ou dos Ribeiro, qual seja, a busca por benefícios para si e para seus familiares, sendo que, como argumenta esta informante, o que levava os correligionários do grupo que se encontrava aliado do poder a ficarem insatisfeitos era justamente a impossibilidade de ter acesso a tais benefícios.

No entanto, se, por um lado, nós classificamos estas relações como clientelísticas, por outro, é provável que os atores sociais nelas envolvidos não às enxergassem de forma tão fria e calculista como uma concepção limitada do conceito possa dar a entender. Desta forma, é possível que estas relações envolvessem outros elementos como gratidão e fidelidade. Nesta perspectiva, talvez o conceito de dádiva formulado por Marcel Mauss possa nos ajudar a compreender um pouco melhor a complexidade destas relações.

A questão central neste conceito está relacionada ao fato de que a dádiva concedida, apesar do aparente desinteresse, gera a obrigatoriedade de retribuição, além de firmar o estabelecimento de uma aliança proveitosa que não pode ser recusada e que dificilmente se dissolve, o conceito envolve ainda a questão da honra, já que aquele que não retribui uma dádiva recebida costuma ser e se sentir inferiorizado¹⁶⁵.

No tocante ao nosso objeto, foi possível identificar alguns desses elementos nas relações entre os grupos Ribeiro e Guilherme e seus respectivos eleitores. Neste sentido, como já tivemos a oportunidade de observar em diversos relatos, as práticas clientelísticas do grupo Ribeiro, por exemplo, assumiam uma aparência desinteressada, sendo pensada como ajuda por aqueles que delas se beneficiaram, no entanto, esta ajuda vinha acompanhada da obrigatoriedade de retribuição e esta acontecia na forma de apoio político, sobretudo, através do voto. Ainda no tocante a este ponto, não foram poucos os depoimentos que, além da exaustivamente citada questão da ajuda, abordaram temas como gratidão e,

¹⁶⁴. Maria Tereza (75 anos).

¹⁶⁵. Conferir MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas**. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, EPU, 1974.

consequentemente, fidelidade, valendo ressaltar ainda que esta forma de pensar e agir estava presente entre os partidários dos dois grupos políticos que disputavam o poder em Agrestina.

Nesta perspectiva, uma aliada histórica dos Guilherme afirmou

A gente estudou o tempo todo no Santo Antônio, então a gente tinha aquela admiração por Dr. Pedro, porque se não fosse ele não tínhamos estudado [...] a gente deve muito favor a ele, muito, muito favor¹⁶⁶.

Sem destoar deste relato, uma correligionária dos Ribeiro, ao narrar sua trajetória de vida e comentar um dos empregos que conseguiu a partir da ação do líder do grupo Ribeiro, demonstrou toda a sua gratidão ao construir o seguinte discurso

Elias Libânio foi um pai para mim, foi ele que mandou me chamar para eu assumir uma vaga de professora que tinha em Riacho do Peixe [outra das localidades da zona rural agrestinense] ele era um político que sempre estava a me ajudar [...]. Eu sempre tive a proteção divina e tive a família Ribeiro. A família Ribeiro foi quem matou minha fome¹⁶⁷.

Outro de nossos entrevistados, ao comentar acerca dos motivos que levavam as pessoas a aderirem ao grupo Ribeiro, enfatizou a questão do favor e da fidelidade, acompanhemos o seu relato

As pessoas votavam pelo favor emprestado, o povo daquela época era diferente, eu mesmo sou diferente, tinha a fidelidade e eles souberam conquistar o povo¹⁶⁸.

Ainda no que diz respeito à adesão, outros fatores chegaram a contribuir para que as pessoas optassem por este ou aquele grupo político no período compreendido entre o tempo da experiência democrática e os primeiros anos do Regime Militar, entre estes podemos citar, isto a partir dos depoimentos coletados, a questão da família e dos valores morais. Com relação ao primeiro, ao comentar o seu pertencimento ao grupo Ribeiro, outra de nossas entrevistadas afirmou “eu já nasci com minhas irmãs trabalhando, duas delas eram professoras e outra era casada com um vereador do grupo, com certeza veio de família”¹⁶⁹.

Esta, ao que tudo indica, era a situação de grande parte dos eleitores na cidade de Agrestina durante o período de que trata este trabalho. Com efeito, numa cidade em que, pelo

¹⁶⁶. Sandra (63 anos).

¹⁶⁷. Maria Tereza (75 anos).

¹⁶⁸. Pedro (84 anos).

¹⁶⁹. Sônia (64 anos).

seu tamanho, era possível conhecer grande parte dos habitantes, as pessoas costumavam identificar o pertencimento político do indivíduo a partir da família a que este pertencia. No entanto, casos havia em que um dos membros se desgarrava, ou mesmo que a família se dividia em matéria de apoio político.

Neste sentido, um dos nossos informantes relatou que era afilhado (a partir da cerimônia de batismo da igreja católica) de Elias Libânio, mas que sua mãe era partidária dos Guilherme, enquanto que seu pai, o mentor do estabelecimento desta relação de compadrio, cultivava a condição de correligionário do líder do grupo Ribeiro. Neste caso, o entrevistado conta que optou por ficar “do lado” da sua mãe e narra um episódio de conflito gerado por esta situação, episódio este que envolve, inclusive, o próprio Elias Libânio, vejamos o que ele tem a nos dizer

Na véspera de uma eleição [1955], eu lembro como se fosse hoje, o Elias Libânio foi na porta lá de casa, ele saía de porta em porta, aí disse “compadre, está todo mundo comigo aqui?” ele sabia que não estava, minha mãe não estava, mas ele queria que os filhos votassem nele, então pai disse “ta todo mundo, compadre.” Eu estava do lado e falei “todo mundo menos eu, eu vou votar em seu Zito, ele ficou...”¹⁷⁰.

Ainda segundo este informante, o que levou tanto sua mãe quanto ele próprio a optarem pelos Guilherme, apesar de seu pai ter sido um aliado histórico dos Ribeiro, foram questões que podem ser classificadas como morais. Nesta perspectiva, ele argumentou

Minha mãe era muito enérgica, muito positiva e mãe não gostava das coisas erradas que eles faziam, naquele negócio mesmo, que eles invadiram a casa de Erondino, minha mãe ficou doente¹⁷¹.

Deste modo, talvez não seja exagero supor que elementos ligados à moral, no sentido de valores a partir dos quais as pessoas julgavam se algo era correto ou condenável, juntamente com outros como representações, práticas clientelísticas e questões familiares, também faziam parte das complexas relações entre os grupos dominantes e os eleitores no município de Agrestina, isto no período compreendido entre o tempo da experiência democrática e os primeiros anos de Regime Militar.

¹⁷⁰. Francisco (78 anos).

¹⁷¹. Francisco (78 anos).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das temáticas abordadas e das reflexões realizadas nos capítulos que precederam estas considerações, tentamos compreender a forma como foi construída, pensada e legitimada a hegemonia política do grupo Ribeiro no município de Agrestina. Hegemonia esta que se estendeu entre 1947, quando Elias Libânio tomou posse pela primeira vez, passando a ocupar o cargo de prefeito do município, e 1969, ano em que terminou o quinto mandato consecutivo do grupo naquela cidade. Nesta perspectiva, se 1947 pode ser considerado o marco inaugural desta hegemonia, em 1969 temos o encerramento de um ciclo ou, para usarmos uma metáfora dos próprios atores sociais, o momento em que a Baraúna foi arrancada, isto mais de vinte anos depois dela ter fincado raízes em solo agrestinense.

Episódio este que teve início no contexto de transição para ordem democrática. Com efeito, foi após o fim do Estado Novo, período em que o grupo Guilherme teve o domínio das instituições políticas locais, que os Ribeiro assumiram a condição de protagonistas no cenário político agrestinense. Grupo político de base familiar, os Ribeiro construíram sua hegemonia política atuando basicamente em duas frentes, por uma lado, o grupo estava inserido em um contexto político-institucional democrático, a partir do qual precisavam fazer opções de cunho político-partidário e estabelecer alianças que pudessem, de alguma forma, contribuir para a efetivação de suas ambições políticas.

Neste sentido, o grupo Ribeiro abriu mão da fidelidade partidária e, agindo de forma bastante pragmática, chegou a transitar por partidos políticos que, na época, eram grandes rivais como a UDN e o PSD, este pragmatismo rendeu até mesmo uma tão inesperada quanto rápida aliança com os Guilherme, isto no âmbito local. O grupo procurou ainda costurar o máximo de alianças possíveis ao nível estadual, sendo que o incontestável êxito obtido nesta empreitada lhes rendeu, inclusive, um imenso capital social que, por sinal, viria a ser extremamente útil tanto nas disputas políticas contra os Guilherme no cenário político municipal quanto nas relações que o grupo estabeleceu com seus eleitores.

Por outro lado, atuando em uma pequena cidade do interior do Estado de Pernambuco – durante todo o período de que trata esta pesquisa Agrestina não chegou a contar com vinte mil habitantes – com uma população predominantemente rural, o grupo Ribeiro precisou desenvolver estratégias que, em consonância com este cenário, lhes assegurassem o apoio político do maior número possível de potenciais eleitores.

Desta forma, apoiado no patrimônio da família Ribeiro, sobretudo em termos de propriedades rurais, e no considerável capital social e político acumulado no Estado de Pernambuco, o grupo investiu principalmente em práticas de cunho clientelístico que lhes possibilitassem atender às necessidades de potenciais eleitores, tanto daqueles que sobreviviam da agropecuária como dos que formavam as quase inexpressivas camadas médias agrestinenses, isto em troca de apoio político.

O grupo se esforçou ainda para conseguir influência sobre outras instâncias do poder público municipal como o judiciário, sendo que o êxito, também neste campo, contribuiu para ampliar a força e o número de aliados dos Ribeiro, isto porque um delegado indicado, por exemplo, poderia garantir a possibilidade de intervir nos destinos daqueles que cometiam algum tipo de delito. Sendo assim, ao que parece, o grupo estendeu gradualmente seu domínio sobre praticamente todas as áreas do poder público municipal, já que, em alguns momentos teve o controle do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Desta forma, através de suas práticas e, especialmente, das sucessivas vitórias conquistadas, os Ribeiro construíram uma representação de si pautada na imagem de um grupo poderoso e vencedor, sendo que foi justamente o crédito concedido pelos atores sociais agrestinenses a esta representação que acabou por efetivar e legitimar a hegemonia política deste grupo, já que a crença no poder dos Ribeiro e, sobretudo, do seu líder era generalizada.

De fato, muito embora fizessem uma leitura diversa desta representação, de acordo com as experiências e interesses próprios do pertencimento a este ou aquele grupo político, tanto os aliados históricos dos Guilherme como dos Ribeiro costumavam atribuir um poder imenso ao grupo e a Elias Libânio, a própria metáfora da Baraúna, citada algumas vezes ao longo deste texto, indica isso.

Nesta perspectiva, se não tinha a simpatia de todos ou mesmo se sofria duras críticas dos seus adversários, fossem estes eleitores ou políticos dos Guilherme, o grupo Ribeiro contava com a crença partilhada no seu poder e autoridade, o que lhes assegurava a legitimidade de sua hegemonia e contribuiu de forma decisiva para que pudessem exercer cinco mandatos de prefeitos consecutivos em pouco mais de vinte anos de domínio das instituições políticas locais.

Aliás durante seus mandatos, os prefeitos do grupo Ribeiro, como tivemos a oportunidade de observar, não realizaram grandes transformações no município de Agrestina. Com efeito, passado todo o tempo de hegemonia deste grupo, a população agrestinense continuava com dificuldades de acesso a terra, a educação e a melhores oportunidades de trabalho, até mesmo a infra-estrutura urbana, apesar da realização de algumas obras públicas e

da implantação da energia da CHESFE, pouco foi alterada e a cidade continuava, por exemplo, sem contar com água encanada.

Por sua vez, movendo-se neste contexto de hegemonia do grupo Ribeiro e, provavelmente, sem esperança ou ilusão de que as condições econômicas, sociais e políticas do município viessem a se alterar num futuro próximo, os atores sociais agrestinenses desenvolveram táticas a partir das quais se apropriaram, alterando seu significado e usando-as em proveito próprio, das estratégias clientelísticas dos grupos dominantes, o que, na medida do possível, lhes assegurava o acesso a bens que de outra forma dificilmente teriam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada: Velhos e novos cenários na política belo-jardinense**. Recife: Comunigraf, 2009.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Com as fotografias em cima da mesa: o que fazer Historiador?** In: Orgs. ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva. **Epistemologia, historiografia e linguagens**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. – 2ª Ed. – Recife: FJN, Ed. Massanga; São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco**. Recife: Ed. CEPE, 1997.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. **Cultura Política, Identidade e Representações sociais**. Recife: FJN, Ed. Massangana, 1999.

BARROS, José D'assunção. **História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface**. SAECULUN – Revista de História [12]; João Pessoa, jan./jun. 2005.

BERSTEIN, Serge. **Culturas Políticas e Historiografia**. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. – 8ª Ed. – Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2005.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. – 1. reimpr. da 7. ed de 2011 – São Paulo: perspectiva, 2013.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

_____. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. MAUAD, Ana Maria. **História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 16ª reimpressão.

CARVALHO, Jose Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, n°. 2, 1997.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e Poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana.** João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história.** – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Ed. Difel, (1988).

_____. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A visão do historiador modernista.** In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **A História ou a Leitura do Tempo.** – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. **Origens culturais da Revolução Francesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano v. 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Brasil Republicano v. 4: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro; Ed.Graal. 1979.

_____. **Vigiar e Punir.** São Paulo, Vozes, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Relações de força: História, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** – 4. Ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 4ª ed., São Paulo: ALFA-OMEGA, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis.** São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: RECORD, 1993.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de antropologia da política.** Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar: uma visão antropológica.** Pstrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirri (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas**. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, EPU, 1974.

MOTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PRINS, Gwyn. **História oral**. In BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP 1992.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A GIRAFÁ EDITORA, 2008.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). **Roger Chartier a Força das Representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

SIQUEIRA, Nelson Barbalho de. **Altinho: de antes da fazenda até a freguesia de Nossa Senhora do Ó**. Recife: FIAM-CEHM/Prefeitura municipal do Altinho, 1988.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** – 4ª Ed.
– Brasília: Editora Universitária de Brasília. 2008.